

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ LUIZ SIMONETTI

**O PAPEL DO SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ACESSO ÀS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

PATO BRANCO

2023

ANDRÉ LUIZ SIMONETTI

**O PAPEL DO SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ACESSO ÀS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

**The farming trade unions in access to public policies for rural the role of family
development**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento
Regional, do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional, da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador: Dr. Miguel Angelo Perondi

PATO BRANCO

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Esta licença permite download e compartilhamento do trabalho desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-lo ou utilizá-lo para fins comerciais. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



**Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco**



ANDRE LUIZ SIMONETTI

O PAPEL DO SINDICATO NO ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de aprovação: 24 de Agosto de 2023

Dr. Miguel Angelo Perondi, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Ana Paula Schervinski Villwock, Doutorado - Universidade Federal de Sergipe (Ufs)

Dra. Catia Grisa, Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs)

Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Josiane Carine Wedig, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 24/08/2023.

Dedico este trabalho a todas as agricultoras e agricultores familiares, que diariamente trabalham para construir seus sonhos.

Aos sindicalistas, dessa classe, que se dedicam à utopia de tornar a sociedade mais justa.

À minha querida Nona Maria (*in memoriam*), por todas as orações e carinho por mim dedicado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, e ao poder do universo, por todas as oportunidades que chegaram até mim.

Aos meus pais, Ironi e Marilene, os quais trabalham sete dias por semana, para que a família tenha condições de alcançar os objetivos. Sou eternamente grato à vocês e minha irmã Elica por, além de incentivos e puxões de orelha, acreditarem nos meus mais audaciosos, e por vezes improváveis sonhos. Sem ter onde pousar, nenhum avião pode alçar voo, e eu sei que posso ousar, e voar o tanto quanto consiga, pois sempre terei suporte, e para onde voltar quando necessário. Tenho um amor incondicional por vocês, e levarei seus exemplos de simplicidade, humildade, trabalho e honestidade por toda a minha vida.

Ao lugar onde eu moro, a nossa pequena propriedade rural, na comunidade de São Caetano, zona rural de São Lourenço do Oeste/SC. Sim, sou grato por este pequeno pedaço de chão. Este lugar que é considerado “feio e longínquo” por muitas pessoas que nos visitam simplesmente por ser composto de morros e pedras, é muito mais do que um meio de produção, é um local de vida, onde foram construídas as mais belas lembranças, e onde, nos momentos de tristeza e dificuldade, trinta minutos de caminhada recuperam todas as energias. Não tenho dúvidas, que é um grande privilégio viver neste lugar.

Ao restante da família e aos meus queridos vizinhos (que são família também), por sempre estarem na torcida, me incentivando e compreendendo minha ausência nos momentos importantes.

Ao nono Nino, minha Prima Graciele, minha tia Anelza e a Nona Maria, que acompanharam o início deste trabalho, mas nesta ordem partiram para a eternidade, os dois primeiros pela pandemia e as duas últimas por não aguentarem estas perdas. Agradeço imensamente pelo apoio, pois não há um dia em que não lembre de vocês, espero que estejam orgulhosos!

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e ao governo popular que ousou interiorizar a educação superior em nosso país. Valorizo muito a oportunidade de ter permanecido todo esse tempo em uma Universidade pública, gratuita e de reconhecida qualidade, que me abriu inúmeras portas, me moldando como profissional. Todas as aulas, os professores, os momentos de descontração, e

as muitas viagens que realizei, a maioria delas com recursos da própria Universidade, além de me formar profissionalmente, me formaram como ser humano e cidadão, permitindo conhecer um mundo que jamais imaginei. Espero eu um dia todos os jovens tenham esta oportunidade.

Aos meus colegas de curso, pelas trocas durante às disciplinas, pelos momentos de descontração, trocas de memes e pelas conversas de apoio mútuo. Em especial, a Joana, Mary e ao Brendo, por tornarem este período mais leve, me mostrando que não estava sozinho nessa jornada.

A Angélica e Dalvana, por compartilharem sonhos, esperanças, medos, angústias, alegrias, e, principalmente, nossas utopias. Nossas conversas foram e são combustíveis para eu seguir trabalhando. Tenho certeza, que se existissem mais pessoas como vocês, o mundo seria um lugar muito melhor.

Ao SINTRAF e a COOPAF de São Lourenço do Oeste, nas pessoas de seus diretores atuais Neuri, Erico, Dorvalino, Claudete e da minha colega Marciane, que além de me fornecerem acesso amplo e irrestrito a documentos e histórias, compreenderam os momentos de ausência e de nervosismo, fazendo do meu local de trabalho e pesquisa, também um ambiente familiar.

A todos os entrevistados, que me permitiram conhecer um pouco de suas histórias e visões de mundo, eu me servem de inspiração tanto em questões profissionais quanto pessoais.

Agradeço, enormemente, às professoras Catia, Hieda e Josiane, pelas relevantes contribuições, orientações e documentos repassados. E a Ana, que passa a integrar essa banca, pela ajuda inestimável neste processo. Vocês são exemplos de profissionais em quem me espelho. Tenho muita honra em contar com as suas contribuições para a melhoria dessa pesquisa.

Ao meu orientador, professor Miguel, que a quase uma década houve minhas angústias e aceita as mais imprevisíveis ideias. Para mim, és muito mais que um professor, é alguém em quem confio e que está sempre disposto a mostrar os caminhos a serem seguidos, tanto no ambiente acadêmico quanto pessoal e profissional. Imagino que lá em setembro de 2014, quando bati pela primeira vez em sua porta, nenhum de nós imaginaria que isso se repetiria tantas vezes nesses nove anos. Sou imensamente grato por tudo o que o Senhor me oportunizou, por ter me aceitado na pesquisa em Itapejara do Oeste, por não ter deixado de responder meus e-mails durante o período em que estive no pós-doutorado, por ter me apresentado

a escrita científica e os congressos, sobretudo a SOBER, onde pude conhecer muitas pessoas que fazem parte da minha formação, e principalmente por ter me orientado com leveza, carinho e disposição, mesmo quando meus escritos não possuíam a devida qualidade. Enfim, obrigado por cada palavra de apoio e de carinho, por cada orientação e direcionamento, e também por ter aceitado o desafio de me orientar em um tema que não lhe é tão familiar. Agradeço por todas às vezes que me levou pela mão, indo muito além do papel de orientador.

Agradeço também à todos os professores que passaram pela minha trajetória, desde a minha primeira professora Noemi, até os professores do PPGDR. Esta é a profissão que eu mais admiro, e sou muito grato por todos que dedicaram algum tempo para me repassar conhecimentos.

Agradeço também a Fundação Araucária, pela bolsa concedida durante este mestrado.

Por fim, agradeço a todos aqueles que me acompanharam, apoiaram e acreditaram que eu seria capaz de chegar até aqui.

“Então a gente diz, não tem mais cura!
Tem!
É preciso mais organização [...]
É preciso mais força [...]
É preciso mais poder [...]
É preciso mais consciência política, né!”
Dom José Gomes
(GOMES, 2021)

RESUMO

O sindicalismo da agricultura familiar brasileira se desenvolve ao passo que a agricultura começa a tomar corpo e importância econômica no país. Entretanto, tal sindicalismo é regulamentado apenas no ano de 1963, em uma tentativa do Estado de controlar os incipientes movimentos de trabalhadores rurais e pequenos proprietários. No Oeste catarinense, ele surge na metade dos anos 1960, influenciado pela atuação da Igreja Católica, sendo que o sindicalismo da agricultura familiar, na época concentrado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, surge em São Lourenço do Oeste no ano de 1970, e se consolida como a principal entidade de defesa da agricultura familiar no município até os dias atuais. Tal sindicalismo consiste em uma importante ferramenta de luta para os agricultores conquistarem direitos, e espaço de reivindicação frente ao Estado. Por isso, o objetivo do presente trabalho é compreender o papel do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte, por meio de um resgate histórico, com sua base na organização dos agricultores familiares e na articulação dos atores sociais na promoção de políticas públicas e ações para o desenvolvimento rural local, motivado pela seguinte pergunta de pesquisa: como o SINTRAF de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte contribuiu na organização dos agricultores familiares e na articulação de diversos atores sociais na promoção do desenvolvimento rural local? Para tanto, realizou-se uma sociogênese do SINTRAF, partindo de uma pesquisa exploratória dos cinquenta anos da entidade, identificando seus principais articuladores, que são quatro Ex-presidentes, um agente estadual e um agricultor associado a entidade desde 1971. Em uma segunda etapa, foram entrevistados esses articuladores e quatorze famílias da base do sindicato. Nas entrevistas das famílias foram analisados os seus sistemas produtivos e o uso das políticas públicas construídas ou acessadas via luta sindical, todas as entrevistas foram analisadas pelo método de análise de conteúdo. Em uma terceira etapa, foram lidas todas as atas de reuniões da direção e assembleias gerais, além de outros documentos pertinentes, para complementar o levantamento de informações das entrevistas. Destaca-se que as ações do sindicato, na construção de políticas públicas, de fato promovem qualidade de vida ao agricultor. Ao analisar cronologicamente, tais lutas buscaram assistência à saúde e previdência social, avançando depois para o acesso ao crédito agrícola, melhorando as condições de trabalho e produção dos agricultores. Posteriormente, a atuação na qualidade de vida, com a política de habitação, o aumento de renda com políticas de acesso aos mercados (tais como PAA e PNAE). Além dessas questões macro, outras questões específicas tiveram espaço na entidade, como crédito fundiário, luta por resolução de problemas sazonais e locais, além de pleitos municipais que eram colocados pela base ou percebidos pelos diretores.

Palavras-chave: agricultura familiar; sindicalismo; políticas públicas; desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The Brazilian family farming unionism develops as agriculture begins to take shape and become economically important in the country. However, such unionism was only regulated in 1963, in an attempt by the State to control the incipient movements of rural workers and small landowners. In the West of Santa Catarina, it emerged in the mid-1960s, influenced by the actions of the Catholic Church, and family farming unionism, at the time concentrated in the Rural Workers' Union, emerged in São Lourenço do Oeste in the 1970s, and was consolidated as the main entity defending family farming in the municipality to this day. Such unionism is an important tool in the struggle for farmers to gain rights and a space to claim against the State. Therefore, the objective of this work is to understand the role of the Union of Workers in Family Agriculture of São Lourenço do Oeste and Novo Horizonte, through a historical review, with its basis in the organization of family farmers and the articulation of social actors in the promotion of public policies and actions for local rural development, motivated by the following research question: how did SINTRAF in São Lourenço do Oeste and Novo Horizonte contribute to the organization of family farmers and the articulation of various social actors in promoting local rural development? To this end, a sociogenesis of SINTRAF was carried out, starting from an exploratory research on the entity's fifty years, identifying its main articulators, which are four former presidents, a state agent and a farmer associated with the entity since 1971. In a second stage, these organizers and fourteen families from the union base were interviewed. In the interviews with the families, their production systems and the use of public policies constructed or accessed through union struggle were analyzed. All interviews were analyzed using the content analysis method. In a third stage, all minutes of management meetings and general assemblies were read, in addition to other pertinent documents, to complement the collection of information from the interviews. It is noteworthy that the union's actions, in the construction of public policies, in fact promote quality of life for farmers. When analyzing chronologically, these struggles sought health care and social security, later advancing to access to agricultural credit, improving farmers' working and production conditions. Subsequently, action on quality of life, with housing policy, increasing income with market access policies (such as PAA and PNAE). In addition to these macro issues, other specific issues had space in the entity, such as land credit, the struggle to resolve seasonal and local problems, in addition to municipal claims that were raised by the base or perceived by the directors.

Keywords: family farm; union; public policy; rural development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Utilização dos imóveis rurais no município de abrangência do SINTRAF.	25
.....
Quadro 1 - Descrição das entrevistas realizadas.	28
Quadro 2 - Síntese dos períodos do sindicalismo.	46
Quadro 3 - Principais lideranças do SINTRAF ao longo de sua historia.	54
Tabela 1 - Descrição da agricultura familiar lourenciana em 1970.	57
Figura 2. Tamanho das UPF no município de São Lourenço do Oeste no ano de 1970.	58
.....
Quadro 4 - Atuação do SINTRAF de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte ao longo dos períodos.	98
Quadro 5 - Descrição das famílias assistidas pelo projeto de ATER durante o ano de 2022.	132
.....

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AMPASLO	Associação Municipal dos Pequenos Agricultores de São Lourenço do Oeste
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AP	Ação Popular
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
CASLO	Cooperativa Agropecuária São Lourenço
CDL	Câmara dos Dirigentes Logistas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
COOPAF	Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Lourenço do Oeste
COOPERHA	Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar
CRB	Confederação Rural Brasileira
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DESER	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER	Empresa Brasileira de Extensão Rural
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETA	Escritório Técnico de Agricultura Brasileira
FAZ	Fundo de Assistência Social
FETAESC	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PFL	Partido da Frente Liberal
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM	Programa de Garantia de Preços Mínimos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção
PT	Partido dos Trabalhadores
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINE	Sistema Nacional de Empregos
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SLO	São Lourenço do Oeste
SNA	Secretaria Nacional de Agricultura
SSR	Serviço Social Rural
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
UDR	União Democrática Ruralista
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	O GERMINAR E CULTIVAR DE UMA PESQUISA.....	13
2	INTRODUÇÃO	17
2.1	Objetivos.....	23
2.1.1	Objetivo Geral	23
2.1.2	Objetivos Específicos	23
3	METODOLOGIA	24
3.1	O lócus de pesquisa.....	24
3.2	Procedimentos metodológicos	25
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
4.1	O Sindicalismo rural brasileiro.....	29
4.2	O campo de estudo das políticas públicas	46
4.3	Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira	49
5.	O SUJEITO DE PESQUISA.....	54
6	SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO LOURENÇO DO OESTE	57
6.1	O período de atenção em Saúde e Educação.....	60
6.2	Novo Sindicalismo: Direito a ter Direitos	70
6.3	A construção de proposições: Quais Direitos queremos?	79
6.4	Os Direitos na prática: implementando às políticas públicas.....	88
6.5	Sindicalismo lourenciano frente às mudanças nacionais.....	97
6.6	Os reflexos da atuação sindical na base	151
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
	REFERÊNCIAS.....	18
	APÊNDICE A – Questionário de pesquisa	24

1 O GERMINAR E CULTIVAR DE UMA PESQUISA

Desde o início desta Dissertação, me peguei várias vezes pensando em como iniciar, como apresentar e como persuadir o leitor a compreender a empolgação com que escrevo. É com esse pensamento que decidi escrever neste prólogo, um pouco de como germina e como é cultivado esse sonho. Sim, um sonho! Sendo assim, convido você, leitor, a ler essas primeiras laudas, para que consiga encontrar sentido no restante do trabalho.

Sempre gostei muito de estudar, ler e conhecer mais, sobre os mais variados temas. A vizinha mais próxima da nossa propriedade rural, era professora. Aliás, profissão que encanta minha mãe, muito embora, ela não tenha tido a possibilidade de estudar, tampouco de exercer essa profissão. É com esse cenário que cresci. Ambas me incentivando a estudar, seja através das atividades ou empréstimos de livrinhos infantis e gibis. Assim, fui pegando gosto pelo mundo das letras.

Somos uma família de agricultores! Meus pais se casaram em 1995 e vieram morar em uma pequena propriedade no município de São Lourenço do Oeste, Santa Catarina, nos sete hectares herdados do meu avô paterno. Na propriedade já tivemos diversas atividades e produções, como suínos, feijão e milho, mas atualmente, acompanhando as mudanças na agricultura regional, focamos na produção de leite, frutas e hortaliças. Uso o verbo na primeira pessoa do plural, “trabalhamos”, pois é nessa propriedade que me sinto realizado, auxiliando no trabalho e planejamento. Isso, mesmo quando estava somente presente nos finais de semana e feriados.

De forma breve, destaco que com quatro anos de idade, no ano de 2002, comecei a frequentar a escola rural na comunidade vizinha. A partir da terceira série, fui para uma escola na cidade, onde eu era o único filho de agricultor, o que não tornava raro as brincadeiras e piadas. No entanto, apesar de serem brincadeiras desconfortáveis, nunca desviaram meu orgulho pelo lugar de onde eu vinha e morava.

Outra data, é o ano de 2011, então com treze anos, veio o primeiro grande passo, deixar a Comunidade São Caetano, interior de São Lourenço do Oeste, e residir em Clevelândia, Paraná, para cursar o Técnico em Agropecuária, isso em regime de internato. Neste período, conheci engenheiros agrônomos e médicos veterinários. Nesse momento, que me encantei, definitivamente, pela área das agrárias. Encantamento que permanece vivo até os dias atuais. Enquanto estava cursando o segundo ano do curso técnico, recebemos no colégio a visita da

Professora Marlene, então coordenadora do Curso de Agronomia da UTFPR de Pato Branco, foi o meu primeiro contato com tal curso, quando recebi um folder de divulgação do curso, que começou a colocar um questionamento no meu desejo de cursar veterinária.

O tempo foi passando e em 25 de agosto de 2014 iniciei o curso de Agronomia na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), câmpus Pato Branco. Neste ambiente encontrei muitas oportunidades, participei de vários congressos, feiras, encontros, projetos sociais e grupos de pesquisa. Também fui petiano, monitor e rondonista. Essas atividades e encontros me permitiram conhecer muitas pessoas, colegas, professores, pesquisadores e agricultores, que compõem diversas histórias de vida e diferentes visões de mundo e de agricultura. Me realizei como estudante e essas experiências contribuíram para a construção do profissional, da pessoa e do sonhador André.

Dentre vários encontros, um dos mais significativos ocorreu em setembro de 2014, período onde conheci o Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi, que apesar de muito ocupado e das muitas demandas, muito carinhosamente me acolheu em seu grupo de estudos. Aliás, foi nessa ocasião que tive contato com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), coordenado na época pelo Prof. Miguel. Nesse momento, decidi que ao final da graduação seguiria para o mestrado no PPGDR. Com essa decisão em mente, comecei o preparo do lattes para a seleção, participando de diversos eventos e congressos, conhecendo novos debates e pesquisadores.

No entanto, surgiam mais perguntas do que respostas. E foi com essas indagações que o trabalho de conclusão de curso foi construído e defendido em 2019, tendo como orientador o Prof. Miguel. No mesmo ano, me inscrevi para o processo seletivo do PPGDR, com muita expectativa de ser aprovado. Entretanto, alguns problemas de saúde e familiares acabaram por consumir o meu tempo, o que fez com que eu não conseguisse efetuar o pagamento da inscrição no prazo estipulado. Devo dizer que foi um momento de profunda tristeza!

Contudo, nesse ínterim surgiu uma grande oportunidade, fui convidado pelo coordenador do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do município para trabalhar na entidade. Reconheço, que foi um convite tentador, pois além de ser a oportunidade para meu primeiro emprego, mexeu com meu coração. Destarte, mais que rapidamente aceitei o trabalho.

Quando uso a expressão “mexeu com meu coração”, estou remetendo a minha história de vida e da minha família, pois como filho e agricultor familiar o Sindicato nos auxiliou muito no decorrer desses anos. Para exemplificar, na década de 1990, meus pais conseguiram comprar duas vacas e um resfriador de leite, pelo “Pronafinho”, começando uma atividade de pequeno porte, que se tornou o sustento da família. Também foi por meio do sindicato que conseguimos acessar o Programa Nacional de Habitação Rural, possibilitando uma reforma na nossa casa, que deixou de ter frestas nas paredes e goteiras.

Ainda, foi pela organização do sindicato que conseguimos acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), vendendo produtos para o mercado institucional. O acesso a esses programas nos proporcionou, além de mais uma reforma na casa, a compra de uma moto, que utilizei desde a época do curso técnico, graduação e agora no mestrado. E tantos outros programas que acessamos, todos frutos da luta e conquista sindical, que visam a melhoria da renda e qualidade de vida das famílias rurais.

Desse modo, segui trabalhando no sindicato, ouvindo histórias de vida e aprendendo muito mais do que ajudando os agricultores. No ano seguinte novamente me inscrevi na seleção do PPGDR. Desta vez, consegui a aprovação para cursar o mestrado. A proposta de pesquisa, nesse momento, estava direcionada para a economia, abordando a análise em painel da trajetória de renda e patrimônio de um grupo de agricultores.

Entretanto, esse tema não me realizava, como é de se esperar de uma pesquisa. Então, na primeira reunião de orientação comentei com meu orientador, o Prof. Miguel¹, sobre a minha inquietude sobre a temática de pesquisa e meu interesse de trabalhar com pessoas e suas histórias de vida doadas à coletividade. Isso considerando tudo que havia vivido e vivo no dia a dia no sindicato. Após várias conversas e reflexões surge a ideia norteadora de pesquisa, centrada nas políticas públicas e o sindicalismo no meu município.

Assim, iniciou a construção deste trabalho, um período marcado por momentos como estudante, funcionário do SINTRAF, funcionário da Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Lourenço do Oeste (COOPAF) e, não menos

¹ Sim leitor, aquele mesmo professor Miguel que tão bem me acolheu no início da graduação se tornou meu orientador de mestrado.

importante, como agricultor. Nestes quase trinta meses foram muitos os desafios, que por vezes travaram minha escrita.

Dentre todos os desafios vivenciados, preciso destacar o período da pandemia da covid-19. Especialmente, em maio de 2021 afetou de forma significativa a minha família materna, pois tivemos quatro grandes perdas. Dessas, duas estão intimamente relacionadas a covid-19 e duas indiretamente a essa doença. Tais perdas, nos momentos que minha presença não era tão comum, acabam influenciando a escrita, pois profundos sentimentos me revisitaram.

Entretanto, contei com a compreensão do orientador e dos amigos. Eles foram importantes para que eu tivesse forças para continuar. Aliás, no Congresso da SOBER 2022, durante as palestras, reencontrei o entusiasmo para prosseguir com minha pesquisa. Agora, apresentado para a Banca de Defesa.

Esse trabalho final, é a união das minhas muitas paixões. Ele está ligado com minha história de vida e a da minha família, afinal, somos produtos das políticas públicas, acessadas ao longo desses meus vinte e cinco anos. E que se não houvessem essas políticas, teríamos provavelmente deixado de ser agricultores. Além, de estar relacionado ao meu trabalho, que tanto me fascina no dia a dia.

Devo confessar, quando penso sobre minha trajetória, fico sempre emocionado. Ao escrever esse prólogo me envolvo em lembranças e fica impossível conter esses sentimentos. Contudo, também é preciso reconhecer que é algo diferente de tudo o que fiz durante a graduação, o mestrado exigiu muito esforço, várias leituras, inúmeras reuniões de orientação, uma importante lapidação e redirecionamento após o momento da Qualificação.

Por fim, repito que esta dissertação é mais que uma pesquisa acadêmica, ela é um trabalho com rostos conhecidos, histórias de pessoas que admiro e por quem me espelho. É um trabalho feito com emoção, que arrepiam, cujo propósito perpassa as fronteiras do ambiente acadêmico, buscando registrar e valorizar a história de uma entidade viva, formada por pessoas simples, mas empenhadas na construção de sua utopia.

Diante disso, peço antecipadamente desculpas a você leitor. Já que em alguns momentos o acadêmico vai para a militância, o militante também vai para a academia. Afinal, estamos falando de um trabalho feito nas regras e normas acadêmicas, mas motivado pela emoção e cultivado com muito amor.

2 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar possui um importante papel na formação sociocultural e econômica do Brasil, sendo ímpar para a caracterização cultural dos territórios, formação e desenvolvimento das cidades, sobretudo naquelas municipalidades consideradas pequenas e interioranas, como no caso de São Lourenço do Oeste, Santa Catarina. É importante salientar, que a agricultura familiar sempre foi marginalizada, com o emprego de adjetivos e cognomes que minimizam a sua importância socioeconômica e cultural.

Picolotto (2022) sustenta que esse grupo foi historicamente relegado pelo Estado brasileiro e pelos setores dominantes, colocado em uma condição subsidiária da grande lavoura. Medeiros (2022) pondera que na linguagem sindical o grupo era chamado como pequenos produtores. Já as políticas públicas, dos anos 1970, denominavam de produtores de subsistência ou de baixa renda. Na linguagem, amplamente difundida na região Sul, eram os colonos, além outras denominações, como caipiras, matutos, posseiros e outros. O termo agricultura familiar passou a ser usada apenas a partir da década 1980, passando a ser difundida nos anos de 1990, a partir de políticas públicas que consagram socialmente tal categoria.

Entretanto, o divisor de águas foi a conquista de uma definição legal, dada pela Lei n.º 11.326 de 24 de julho de 2006. Conforme a lei, agricultura familiar é definida como aquela que possui propriedades de até 4 módulos fiscais de área de terra; estabelecimento utiliza, predominantemente, a mão de obra familiar; e que tenha a renda familiar originada, principalmente, de atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento (BRASIL, 2006). Desse modo, o público alvo da agricultura familiar passou a representar mais de 11 milhões de pessoas e 76,82% dos estabelecimentos rurais no país (IBGE, 2017).

Nesse cenário, para ser mais amplo, este trabalho procura empregar uma denominação acadêmica, tal como a definição de Wanderley (1996, p. 2), segundo a qual “a agricultura familiar é aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo ao mesmo tempo”. A autora, ainda afirma, que a associação entre “família”, “produção” e “trabalho” na estrutura produtiva resulta em “como” o agricultor familiar age econômica e socialmente.

Em termos político-institucionais, alguns fatos são marcantes e determinantes para a consolidação da agricultura familiar e podem ser observados na atualidade. Em primeiro lugar foi importante a criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996, que destinou orçamento específico de crédito para custear ou investir nas propriedades dos pequenos agricultores. A partir desse programa, várias outras políticas públicas foram criadas, tais como: Proagro, Programa de Garantia de Preços Mínimos, Mais Alimentos, Pronaf Jovem e Pronaf Mulher.

Além do PRONAF, outro importante marco para a agricultura familiar foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 1999, e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), em 2001, que garantiram direitos e participação social para a classe. Esses marcos culminaram na promulgação da Lei da Agricultura Familiar, Lei n.º 11.326, em 2006, batizando a criação de políticas públicas para este grupo, além de definir sua estrutura conceitual (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Tal capítulo, consolida uma categoria, que segundo Medeiros (2022) lutava para sair da invisibilidade, se afirmando pela sua integração aos mercados.

Dessa maneira, se por um lado a criação de uma legislação trouxe legitimidade para a categoria, a constituição do Ministério permitiu intensa participação das organizações populares na criação e reestruturação das políticas públicas, trazendo dignidade e desenvolvimento para o campo. Exemplificando as políticas públicas, temos: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); linhas específicas dentro do PRONAF; políticas de assistência técnica e extensão rural (ATER); maior aporte de recursos ao PRONAF; reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), trazendo protagonismo à agricultura familiar; e a reestruturação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Entretanto, não deve ser esquecido que foi percorrido um enorme caminho até que a categoria agricultura familiar saísse da marginalização do “Jeca Tatu”² (WANDERLEY, 2009), para a legitimidade de categoria garantida por lei. Além disso,

² Jeca Tatu foi um personagem criado no início do século XX pelo escritor Monteiro Lobato, que ilustrava o “caipira” ou “camponês” como sujeito atrasado, maltrapilho, sem perspectiva de futuro e sem possibilidade de “se integrar a uma sociedade moderna”.

conquistou o protagonismo junto ao governo, propondo políticas públicas para sua manutenção.

A própria academia, por muito tempo, olhou para a estrutura agrária brasileira exclusivamente pelo ponto de vista da grande propriedade, produtora de commodities, por meio da exploração de mão de obra escrava e com baixíssima produção de alimentos. Nesse cenário, foi excluída a agricultura camponesa pobre e livre, que se constituía no interior das grandes propriedades, como agregados ou nas periferias e entornos das cidades como posseiros. Essas parcelas estavam à margem dos grandes sistemas de produção, porém produziam muitos itens para a subsistência e manutenção alimentar dos centros urbanos (MEDEIROS, 2022).

Picolotto (2022) reflete sobre três formas de reconhecimento conquistados pela agricultura familiar, distintos, mas complementares entre eles, correspondendo: 1. o aumento da importância política e os atores representativos (com a formação da FETRAF como órgão representativo); 2. o reconhecimento institucional, propiciado pela promulgação da Lei n.º 13.326/2006 e a criação de espaços no Estado; e 3. a reversão de avaliações negativas a que este grupo era submetido (atrasado, ineficiente e inadequado).

Todas essas conquistas e reconhecimentos foram alcançadas mediante muita luta das organizações representantes desta classe. Para Beck (1994), o sindicalismo nasceu no século XX, como um produto da subpolítica, que surge como resposta a uma modernidade reflexiva, questionadora dos limites e riscos impostos pela sociedade moderna e globalizada.

Na área rural brasileira estas organizações surgiram na segunda metade do século XX, em sua maioria motivada pelas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, no acesso a uma política diferenciada que permitisse suplantar o acesso à terra, muitas vezes concentrada pelo poder de barganha dos grandes produtores. No oeste catarinense, as primeiras organizações representantes da agricultura familiar foram os sindicatos, entre os anos 1960 e 1970, chamados na época de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), tendo como principais bandeiras a luta pela terra e educação para a juventude rural. Nessa região, o apoio da igreja católica foi fundamental para incentivar a formação e manutenção destas organizações.

Segundo Picolotto (2022), em algumas ocasiões o Estado trabalhou na formação de pequenas propriedades, como foi o caso do oeste catarinense, centro-norte gaúcho e sudoeste paranaense, com a alocação de imigrantes europeus nessas

áreas no século XX, tendo como o objetivo não perder esses territórios. Este também foi um ponto importante na luta por direitos. Especificamente, no oeste catarinense a maioria desses “pequenos agricultores” já detinham a escritura de terra (meados do século XX). Aliás, a microrregião, onde se localiza o município de São Lourenço do Oeste, não apresenta relatos de disputa por terras entre pequenos e grandes proprietários.

Nesse sentido, um dos grandes marcos para os movimentos sociais populares da região oeste catarinense, inclusive para os STRs, foi a criação da Diocese de Chapecó, no dia 26 de março de 1959, trazendo para os habitantes, maioria colonos e caboclos, o sentimento de igualdade e necessidade de organização. Conforme Medeiros (1997), o movimento de luta por direitos por parte dos pequenos agricultores foi fortemente influenciado pela Igreja Católica em todo o Sul do Brasil, sobretudo por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais rurais.

No entanto, no oeste catarinense, nos primeiros anos da Diocese a movimentação foi discreta, sendo intensificada a partir do ano de 1968, quando o então Bispo de Bagé, Dom José Gomes, foi transferido para a jovem Diocese de Chapecó, permanecendo nesta por trinta anos. Com um olhar sensível aos pobres, uma forte inclinação à luta popular e disposto a melhorar a vida da população, Dom José incentivou e trabalhou na organização dos agricultores. Para isso, atuou na formação de lideranças comunitárias e encorajou que todos buscassem seus direitos e lutassem por seus ideais (DIEL, 2018).

Apesar de ter deixado o episcopado da Diocese de Chapecó em 1999, os ideais cultivados por Dom José ainda são mantidos até os dias atuais, com líderes que frequentemente lembram as suas palavras encorajadoras. Para Fox (1996), alguns movimentos sociais emergem com mais intensidade em uma área determinada, influenciados por fatores externos, e cita como um dos motivos “a Diocese de um Bispo Progressista”, como ocorreu em Chapecó.

Talvez por isso a cidade e seu entorno sejam um local marcante para a agricultura familiar, por exemplo, foi local do congresso de fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) e abrigou a sede administrativa. Paulilo e Silva (2016), comentam que a primeira mulher camponesa eleita para a Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina e para a Câmara Federal foi oriunda da região.

Nesse cenário, a luta se consolidou, com os sindicatos se firmando como apoiadores de políticas públicas e centros de organização popular, a partir dos quais surgiram associações, cooperativas e federações da agricultura familiar. Todas essas são ferramentas que as agricultoras e os agricultores usam para lutar contra as várias esferas governamentais para fazer, manter e ampliar seus direitos.

Dentro deste movimento de luta por direitos sociais, na década de 1970, foi criado no município de São Lourenço do Oeste o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, uma iniciativa de alguns produtores rurais visando conquistar bolsas de estudos em universidades para os filhos e filhas já que não conseguiam pelo sindicato dos produtores rurais, esse de cunho patronal. Contudo, após seis meses da fundação, na realização da primeira eleição, os “pequenos agricultores” conseguiram o controle da entidade, passando a lutar por uma série de direitos e melhoria das condições de vida e produção.

Durante este período de cinquenta anos, houve diversas lutas. Cada período teve um foco diferente, conforme a realidade da época, cabe destacar: a luta por acesso à educação pública; o período de assistencialismo na área da saúde; garantia dos direitos presentes na Constituição; o acesso ao crédito; políticas de incentivo à produção e comercialização; e política de habitação.

O sindicato esteve presente nas mais diversas mobilizações, atuando em muitas pautas caras à categoria, isso nas diferentes esferas administrativas. Na esfera federal esteve presente na luta pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pelos direitos previdenciários, crédito rural (PRONAF), habitação rural e por políticas de segurança alimentar como PAA e PNAE. Já na esfera estadual, esteve presente nas mobilizações por anistia de dívidas do programa “troca-troca³” nos períodos de perdas produtivas, na reivindicação de recursos para assistência técnica e na proposição de uma lei específica para agroindústria da agricultura familiar.

Em relação ao município, foram inúmeros pleitos, destacando: compra de um hospital para atender os agricultores (até a implementação do SUS); criação de duas cooperativas de produção (COOPAF e CASLO); organização municipal de uma cooperativa de crédito (CRESOL); pleito por melhoria na segurança pública;

³ Programa do governo estadual de Santa Catarina, por meio do qual a família agricultora recebe uma autorização da EPAGRI para retirar a semente de milho em uma agropecuária, e só realiza o pagamento após a colheita da safra, e um valor pago em sacas de milho, baseado no valor médio do produto no estado.

distribuição de energia elétrica na zona rural; ação judicial contra o calote de um laticínio local que decretou falência; e a disponibilização de assistência técnica gratuita para os agricultores associados.

Entretanto, com o passar dos anos, mesmo sem diminuir a luta – e por que não dizer, a utopia da agricultura familiar – os governos mudaram e a cada mudança as prioridades também foram alteradas. A participação popular em alguns momentos foi maior, em outros foram excluídos, retornando a uma verticalidade do Governo Federal. Aliás, muitas conquistas foram ficando pelo caminho.

Atualmente, a igreja está menos disposta a apoiar os movimentos sociais. No que se refere aos planos governamentais, os governos de 2016 a 2022, promoveram uma campanha crescente de descrédito dessas organizações. Nesse cenário, foi extinto o MDA, o aporte de recursos destinados ao PRONAF foi insuficiente, os recursos destinados ao PNCF não tiveram correção, programas importantes como PAA e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foram congelados, entre outros, apesar de ainda existirem muitas mobilizações para não perder os direitos conquistados, como, por exemplo, a nova reforma da previdência. Evidencia-se, assim, um retorno à exclusão dos atores sociais do processo, tornando a operação dos programas, caótica, ineficiente e excludente, não só da sua governança, mas também no seu acesso.

Concomitante a este processo, em uma época de retrocessos econômicos e sociais, temos a pandemia do covid-19 que agravou a crise econômica e política. Destarte, em meio à crise, observa-se um aumento nos níveis de pobreza e fome, com a elevação no valor dos alimentos, tornando-os inacessíveis para grande parcela da sociedade, enquanto de outro lado, os custos de produção se elevam, reduzindo drasticamente a renda dos agricultores.

Diante deste cenário, a pergunta que se faz é: Como o SINTRAF de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte contribuiu na organização dos agricultores familiares e na articulação de diversos atores sociais na promoção do desenvolvimento rural local?

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo Geral

Compreender o papel do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte, por meio de um resgate histórico, com sua base na organização dos agricultores familiares e na articulação dos atores sociais na promoção de políticas públicas e ações para o desenvolvimento rural local.

2.1.2 Objetivos Específicos

1. Entender as motivações que levam os agricultores familiares a formar e fazer parte de um sindicato e o que fideliza essa relação;
2. Perceber a inserção do SINTRAF de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte na hierarquia sindical, sobretudo a relação com as federações estaduais;
3. Compreender a relação do sindicalismo da agricultura familiar com os entes públicos na formulação e implementação de políticas públicas;
4. Analisar a contribuição das ações do SINTRAF com a conquista de políticas e equipamentos sociais que resultaram em melhor qualidade de vida da agricultura familiar lourenciana e o próprio desenvolvimento rural local.

3 METODOLOGIA

3.1 O lócus de pesquisa

O município de São Lourenço do Oeste, está localizado no oeste catarinense, a cerca de 600 Km da capital do estado, Florianópolis, fazendo divisa com a região sudoeste paranaense. Ele foi fundado no ano de 1958, possui aproximadamente 24.291 habitantes, dos quais 12,5% se encontram no espaço rural e 87,5% vivem no espaço urbano, tendo como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,749, valor considerado alto (IBGE, 2021)

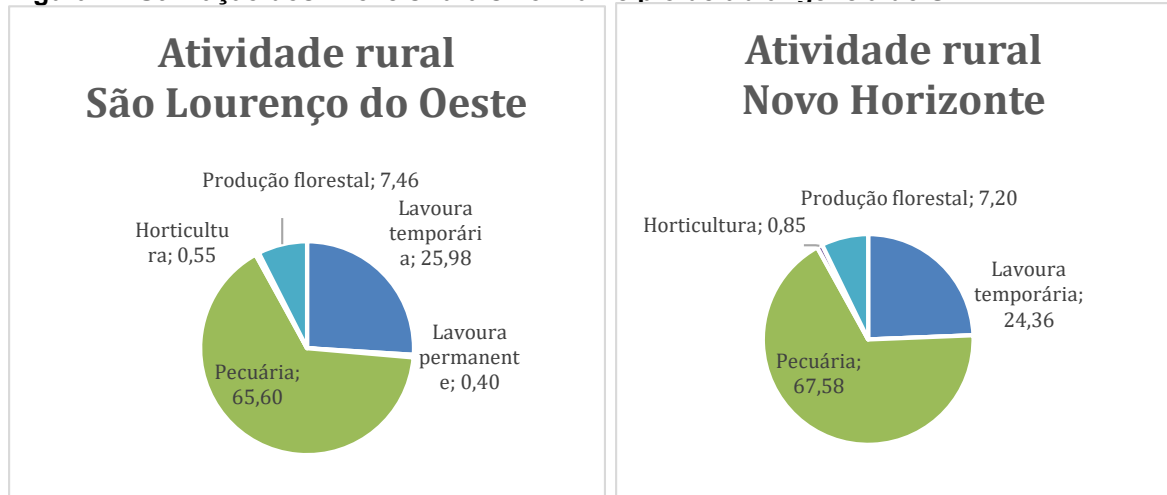
Segundo a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste (2020), o setor secundário da economia do município está baseado principalmente na indústria alimentícia, seguido pela participação das indústrias dos ramos metalmeccânico, vestuário e derivados de cimento. No setor terciário, existe uma base comercial consolidada, que atende a população local e microrregional. Já no setor primário, a base agropecuária é composta por uma produção diversificada, proveniente da agricultura familiar, com predominância da produção de leite, aliada a outras atividades, principalmente produção de grãos. Atualmente, existe uma crescente produção na área da horticultura, motivada pela venda nos mercados institucionais.

O Censo Agropecuário de 2017 aponta que o município conta com 1.270 propriedades rurais, com área superficial média de 22,42 hectares, ocupando 3.095 pessoas, uma média de 2,43 pessoas por estabelecimento. Levando em consideração que 82,44% desses estabelecimentos correspondem a agricultura familiar, teremos que 1.270 propriedades são oriundas da agricultura familiar no município. Do total de estabelecimentos, 25,98% trabalham com lavoura temporária, 0,4% com lavoura permanente, 65,6% com pecuária, 0,55% com horticultura e 7,32 com exploração florestal (Figura 1) (IBGE, 2021).

Já o município vizinho, Novo Horizonte, antigo distrito de São Lourenço do Oeste chamado de Santa Lúcia, obteve sua emancipação político-administrativa no ano de 1992. Atualmente, conta com uma população de 2.366 pessoas, sendo que destes 48% vivem na zona rural e 52% na área urbana, apresentando um IDHM de 0,706, considerado alto. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o município conta com 472 propriedades rurais, com área superficial média de 26,94 hectares, ocupando 1.146 pessoas, uma média de 2,42 pessoas por estabelecimento. Levando em consideração que 84,11% desses estabelecimentos correspondem a agricultura

familiar, teremos que 397 propriedades são oriundas da agricultura familiar. Do total de estabelecimentos no município, 24,36% trabalham com lavoura temporária, 67,58% com pecuária, 0,85% com horticultura e 7,2% com exploração florestal (IBGE, 2021) (Figura 1).

Figura 1 - Utilização dos imóveis rurais no município de abrangência do SINTRAF.



Fonte: Baseado IBGE (2021).

Ambos os municípios são, predominantemente, rurais, com agricultura típica de pequenos produtores. No ano de 1970, quando ainda eram o mesmo município, criaram o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, na época, Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O sindicato foi criado por membros da Sociedade Rural e do Sindicato dos Produtores Rurais, para que seus filhos e filhas pudessem acessar bolsas de estudos por meio de tal entidade. No entanto, em pouco tempo o sindicato foi tomado pelos agricultores familiares e trabalhadores rurais, passando a ser uma entidade de defesa e assistencialismo para tal público, atuando fortemente na promoção de políticas públicas, em todas as esferas da administração pública, bem como uma ferramenta de acesso/implementação de tais políticas.

3.2 Procedimentos metodológicos

Neste trabalho foi realizado um estudo de caso, através de uma pesquisa de abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é descrita por Godoy (1995), como uma perspectiva na qual um fenômeno pode ser melhor compreendido, no contexto do qual

é parte e onde ele ocorre, sendo analisado por uma perspectiva integradora. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), este tipo de abordagem, comumente, é mais utilizada nas ciências sociais e humanas.

Já o emprego do procedimento estudo de caso é um tipo de pesquisa que analisa profundamente a unidade do objeto de estudo (GODOY, 1995), buscando explicar algo específico (GERHART; SILVEIRA, 2009). Assim, para a realização deste trabalho, foi primeiramente realizada uma análise documental em documentos disponíveis na sede do SINTRAF, tais como livros, panfletos, cartilhas, comunicados, ofícios, estatutos sociais e o documentário elaborado em comemoração aos Cinquenta anos de Fundação do SINTRAF, gravado no ano de 2019 e outros.

A pesquisa em documentos se torna importante por consistir em uma rica fonte de dados, produzidas por atores que vivenciaram diretamente o objeto de estudo. Esse tipo de estudo possibilita o contato com as ideias de pessoas que não é possível entrevistar, bem como visualizar a ideia destes atores em determinado período, sem a influência posterior e que pode ser mudada ao longo do tempo, de acordo com os desdobramentos de suas ações (GODOY, 1995).

Com a análise dos documentos, foram identificadas as principais lideranças e mediadores que atuaram no SINTRAF, para posteriormente entrevistá-los, por meio de entrevista semiestruturada (Apêndice A), buscando o relato de suas experiências e uma análise pessoal das ações tomadas em diferentes épocas. Após definido o questionário, foi aplicada uma entrevista piloto, com um ex-presidente, na presença do autor e orientador, com o objetivo de validar e ajustar o questionário. Boni e Quaresma (2005) ponderam que nesse tipo de entrevista, o pesquisador combina perguntas abertas e fechadas, possibilitando ao interlocutor discorrer sobre o tema de uma forma semelhante a uma conversa informal.

Após validados os questionários, foram realizadas as entrevistas, mesclando perguntas abertas e fechadas, visando introduzir temas que o entrevistado não abordaria, porém, mantendo um cuidado para não ser invasivo, tampouco gerar qualquer desconforto ao entrevistado. Desse modo, foram entrevistados: quatro Ex-presidentes; um agricultor associado ao sindicato desde 1970 e que acompanhou toda a atuação da entidade; e uma liderança estadual do movimento sindical da agricultura familiar. Apenas um ex-presidente foi entrevistado via chamada de vídeo, pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, por conta da distância de sua residência, os demais todos foram entrevistados presencialmente. Dos ex-presidentes eleitos vivos,

apenas um não foi entrevistado, por ter ficado na entidade por um curto período de tempo e seu período ter sido bem descrito pelos demais entrevistados. O Presidente atual não foi entrevistado, visando manter a questão ética, uma vez que o autor é funcionário da entidade, subordinado ao mesmo, desta forma, o período de análise da presente dissertação concentra-se entre os anos de 1971 a 2020.

Após realizadas as entrevistas, essas foram transcritas e analisadas, pelo método de análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977), essa técnica conta com três etapas: 1. pré-análise, 2. exploração do material e 3. tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Para o autor, a pré-análise é o momento onde é realizada a organização do material, analisando o que faz sentido e o que ainda precisa ser coletado. Nessa fase, se procede uma leitura flutuante para ver do que se trata, escolher o que será analisado, formular hipóteses e preparar o material.

Na etapa de exploração do material, se faz uma codificação e categorização do material obtido nas entrevistas. Nesse momento, separam-se as falas pelo contexto, enumerando por ordem e sentido de cada uma delas, procedendo uma subcategorização e agrupamento das falas, classificando o que é similar e o que é complementar em cada uma delas (BARDIN, 1977). Já na última etapa, a de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, se interpreta os resultados, com base no material teórico construído na pesquisa bibliográfica.

Para este trabalho, foram elencadas cinco categorias de análise, que são os períodos de atuação do sindicalismo, sendo eles: 1) atuação sindical assistencialista; 2) atuação sindical reivindicativa; 3) atuação sindical propositiva; 4) atuação sindical na implementação de políticas públicas; e 5) período de reorganização sindical. Desta forma, para análise, as entrevistas foram identificadas por uma letra, de A a F, distribuídas de forma ocasional, com o objetivo de preservar a identidade dos entrevistados. Os detalhes de cada entrevista podem ser observados no Quadro 1.

Após categorização e análise das entrevistas, foram analisados os Livros Ata da entidade de todas as reuniões de direção, totalizando 385 atas. Ainda, a análise de todas as assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias realizadas entre os anos de 1971 a 2020, objetivando entender as decisões tomadas em cada uma das épocas.

Quadro 1 - Descrição das entrevistas realizadas.

Letra	Entrevistado	Data da entrevista	Forma de realização
A	Ex-presidente	27/02/2023	WhatsApp
B	Ex-presidente	20/12/2022	Presencial
C	Ex-presidente	12/01/2023	Presencial
D	Ex-presidente	23/11/2022	Presencial
E	Associado antigo	20/02/2023	Presencial
F	Liderança externa	14/12/2022	Presencial

Fonte: Autoria própria (2023).

Para análise relacionada aos usuários da entidade, foi aproveitado o projeto desenvolvido no sindicato intitulado “Transição Agroecológica baseada no Sistema Plantio Direto de Hortaliças”, em uma parceria entre SINTRAF, Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar (ICAF) e FETRAF-SC, pelo qual um profissional (neste caso, o próprio autor da presente dissertação) presta atividades de ATER para quatorze famílias associadas ao sindicato. Durante o ano de 2022, foram realizados diagnósticos socioeconômicos e produtivos nessas propriedades, entre os meses de julho e agosto, com a finalidade de se obter um diagnóstico inicial da situação de cada uma delas. Assim, foram adicionadas algumas perguntas sobre políticas públicas e participação social junto às entidades de organização, cujos resultados também serão apresentados nas seções a seguir. Após coleta deste material, o mesmo foi organizado e analisado tendo como base o referencial teórico, que segue na próxima seção.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão apresentados os principais conceitos que embasaram esta pesquisa, trazendo conceitos elaborados a partir dos principais estudiosos da área. Primeiramente, apresenta-se uma revisão do sindicalismo rural brasileiro, centrado na trajetória do movimento e como ele se molda ao longo do tempo, de acordo com as ações governamentais (ou falta delas) e as necessidades principais da base. Em seguida, é realizada uma revisão acerca das políticas públicas, iniciando por uma revisão geral, posteriormente uma revisão acerca das políticas públicas brasileiras específicas para a agricultura familiar.

4.1 O Sindicalismo rural brasileiro

Esta seção se dedica a explorar a bibliografia acerca da formação e desenvolvimento de um sindicalismo rural brasileiro, desde os seus primórdios, relacionado com o surgimento do sindicalismo urbano, até os dias atuais. Ressalta-se a dificuldade em encontrar registros, trabalhos e estudos acerca das primeiras organizações de agricultores no Brasil. Para Medeiros (1989), isso acontece porque a imagem do agricultor perpassada ao longo do tempo é construída pelos vencedores do processo histórico, levando a pensar o trabalhador rural como alguém submisso, passivo ou incapaz de formular suas pautas e lutar por elas.

Entretanto, várias foram as lutas por melhores condições de vida realizadas pelas famílias de pequenos agricultores ou trabalhadores do campo. Dentre elas destacam-se: as fugas de escravizados organizadas e coletivas; a revolta contra os registros civis e censos ocorrida no interior de Pernambuco (1851); revoltas como Canudos na Bahia (1896 a 1897), Guerra do Contestado em Santa Catarina (1912 a 1916); dentre outros movimentos que nunca foram reconhecidos politicamente, mas que tiveram grande importância socioeconômica e histórica (MEDEIROS, 1989).

Destarte, nota-se que a busca por melhores condições de vida é algo que está imbricado na essência do ser humano. Acredita-se que é partindo deste ensejo que muitos avanços foram conquistados pela sociedade desde seus primórdios. Não é incomum encontrar jovens casais com o anseio de que suas filhas e filhos tenham uma vida melhor do que a que tiveram, com menos dificuldades (por mais dura que possa ter sido, foi reconhecidamente mais fácil que a de seus pais ou avós).

Neste anseio é que se gesta o sindicalismo. Afinal, qual seria outro motivo para lutar, se não buscar melhoria nas condições de vida? No entanto, o direito a sindicalização é algo recente no Brasil e quando se trata de sindicalismo rural, esta discussão é ainda mais jovem, uma vez que o direito ao sindicalismo urbano foi conquistado na década de 1930, cerca de trinta anos antes que o direito à sindicalização rural.

Evidentemente, a união de forças do campo teve papel crucial na economia e na política brasileira, mas estes eram movimentos patronais, com objetivo de defender interesses pessoais dos grandes proprietários, como manutenção da sociedade escravagista, ou controle do Estado, como o período reconhecido como “República do Café com Leite”. Em se tratando do início da República, Medeiros (1997), expõe que os grandes e médios agricultores se reuniam nas sociedades rurais, excluindo destas os pequenos proprietários (em sua maioria posseiros) e os trabalhadores rurais, acreditando que estes iriam destoar as reivindicações de tais entidades, que focavam seus esforços principalmente na busca por crédito agrícola.

Essa situação foi somente alterada a partir da década de 1940, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) passou a organizar os trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária e várias outras bandeiras, focando seus esforços nos trabalhadores rurais, arrendatários e posseiros (MEDEIROS, 1997). Este movimento foi importante, principalmente para organizar e conscientizar tal categoria de seus direitos, mostrando que estes, apesar de terem menor peso econômico, teriam direitos.

Outrossim, se os primeiros direitos trabalhistas no Brasil foram reconhecidos na década de 1930, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para os agricultores estes direitos chegaram bem mais tarde. Para a população rural esses direitos foram garantidos somente com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, que regulamentou a organização desta classe no ano de 1963, após uma intensa luta categoria (PICOLOTTO, 2009).

Vale destacar que, segundo Picolotto (2008), a legislação trabalhista brasileira não seguiu as aspirações liberais inspiradas nos ideais da Revolução Francesa e sustentadas pela burguesia, tampouco os ideias socialistas, baseadas no marxismo e sustentados pelos movimentos operários que eclodiam. No caso brasileiro, o governo Vargas se baseou nos ideais fascistas de Benito Mussolini, inspirado na “*Carta del Lavoro*”, em que o Estado procurava mediar e sustentar um pacto social entre as

classes sociais, visando, ao fundo, uma regulação do movimento operário e camponês, sob a tutela do Estado.

Para Ramos (2011), durante o governo Vargas, nos anos 1940, existiram esforços para que o sindicalismo rural tomasse o mesmo formato do sindicalismo urbano, defendido por membros do governo que desejavam ver ações no meio rural que evitassem a migração para grandes cidades. A autora, ainda, sustenta que a classe agrária dominante, representada pela Secretaria Nacional de Agricultura (SNA), foi contra tal medida, alegando que a natureza das atividades agrícolas dificultava sua organização em sindicatos e estes deveriam seguir uma legislação específica, a ser elaborada com forte participação de tal entidade.

Para a SNA, não existiam embates entre patrões e empregados no meio rural, uma vez que ambos conviviam como “família”, desta forma a entidade sustentou a criação da Confederação Rural Brasileira (CRB), uma entidade de caráter associativo, não classista, tutelada pelo Ministério da Agricultura (MAPA) e não pelo Ministério do Trabalho, que seria sustentada por subvenções estatais e pela contribuição de seus associados (RAMOS, 2011). Tal ideia segue a linha de que o “pequeno agricultor” tem sua luta desqualificada, quando acredita – ou é forçado a acreditar – que suas conquistas sociais são dádivas do Estado, ou benesses do patronato, percebendo demandas sociais como pedidos e não como direitos (MEDEIROS, 1989).

Da mesma forma, Medeiros (1989) explana que a burguesia agrária brasileira continuou em posição de poder, mesmo após o fim do Estado Novo. As primeiras ações estatais em prol da industrialização no país, conseguiram alijar os pequenos proprietários e os trabalhadores rurais do processo de organização, controlando por completo a questão da propriedade da terra. Assim, a única entidade oficialmente representativa da agricultura brasileira até o ano de 1963 foi a CRB.

Conforme Ramos (2011), dentre as limitações da CRB estava que somente as associações vinculadas poderiam contatar os entes públicos, isso após informar a Confederação. No caso dos trabalhadores rurais, aqueles que não conseguiam pagar a sociedade, só poderiam usufruir dos serviços assistenciais, retirando a participação desses das discussões. Desse modo, as classes dominantes conseguiram se aproximar do Estado e participar das decisões, enquanto os menos capitalizados sentiam dificuldade em tal questão, inclusive de se organizar em sindicatos ou associações próprias. Apesar de haver alguma resistência por parte da Sociedade Rural Brasileira (SRB), a CRB foi mantida, pois defendia uma pauta comum a todas

as entidades patronais: que os trabalhadores rurais fossem impossibilitados de se organizar e que suas pautas fossem ouvidas.

Entretanto, estes movimentos de classe, encamados pelos menos capitalizados do campo, não foram totalmente abafados. Segundo Medeiros (1989), um dos primeiros movimentos de trabalhadores rurais nesse período se deu no estado de São Paulo, por conta das más condições de vida dos trabalhadores em cafezais, da mesma forma se organizavam os trabalhadores no setor do cacau na Bahia e da cana-de-açúcar em Pernambuco e também em São Paulo.

Ainda, para a autora supracitada, entre os anos de 1949 a 1954, foram registradas 55 greves rurais, motivadas por aumentos salariais, salários atrasados, ou férias remuneradas e pelas más condições de vida, uma vez que, no caso dos cafezais, os trabalhadores eram proibidos de produzir até mesmo para sua subsistência, gerando uma forte dependência do dono da fazenda. Essas lutas renderam algumas garantias judiciais pontuais para algumas classes, como, por exemplo, as férias remuneradas ou a garantia aos trabalhadores dos canaviais das usinas, os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos.

No mesmo período, também arrendatários, posseiros e meeiros começaram a intensificar alguns movimentos. Corroborando Medeiros (1989) aponta que os movimentos eram motivados pelo alto valor pago ao título de arrendamento, que na maioria das vezes chegava a 50% da produção e pelo tempo de permanência nas terras, uma vez que após o arrendatário abrir a área e estruturar uma produção, o proprietário retomava, sem nenhum tipo de indenização.

Na década de 1950, algumas experiências de sindicalismo rural alcançaram o reconhecimento no Ministério do Trabalho, os assalariados rurais eram orientados a criar sindicatos, e os que tinham acesso à terra (pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, meeiros e outros) eram incentivados a criarem as associações civis (MEDEIROS, 1989). Já entre as décadas 1950 e 1960, os “pequenos agricultores”⁴ passaram a se reunir e utilizar o termo “camponês” para designar a categoria. Assim, no processo de adotar uma identidade política, identificando os ligados ao movimento, nas décadas seguintes foi substituído pelo termo “trabalhador rural”, que englobava os então chamados de posseiros, pequenos

⁴ Na exposição e análise histórica dos dados optou-se por empregar a nomenclatura utilizada na época. Essas nomenclaturas vão variando ao longo do tempo, tanto no meio acadêmico quanto no meio social em que este grupo se insere, e estas variações também constituem ponto de análise neste trabalho.

agricultores, assalariados rurais, colonos, moradores, dentre outros (MEDEIROS, 2022).

Um dos principais agentes organizadores do movimento sindical rural foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para Medeiros (1989), o partido tinha como objetivo se aproximar dos trabalhadores rurais e urbanos para se tornar um partido de massa. Após o fim do Estado Novo, ele passou a defender pública e abertamente a reforma agrária, aproximando-se assim, do rural. Neste período, o partido atuava em conflitos rurais em diversas regiões do país, em 1954 criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), na realização da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, cuja pauta era defender a qualidade de vida no campo, melhores condições de trabalho, aumento salarial, previdência social e acesso à terra.

No período seguinte foram criadas outras entidades, como a Liga Camponesa em Pernambuco, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER, na época) no Rio Grande do Sul, e a inserção da Igreja Católica nos conflitos rurais, estando ao lado dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários (RAMOS, 2011; MEDEIROS, 1989). Para Medeiros (1989), o que marcou as Ligas Camponesas foram as realizações de marchas nas ruas, congressos e comícios, reforçando sua organização interna, e também, tentando aproximar o meio urbano das suas reivindicações, ampliando a base de apoio.

Neste mesmo período, a igreja passou a atuar nas pautas do campo, tornando-se sensível aos problemas sociais ali presentes, mas também pela preocupação com o nascente alinhamento comunista (MEDEIROS, 1989). Para Ramos (2011), a atuação da Igreja foi preponderante, uma vez que foram criadas várias experiências, levando assistência médica e educacional às populações rurais. Ademais, a formação de lideranças nesses espaços, o que culminou com a ampliação e consolidação dos Círculos Operários Cristãos, que começaram com a finalidade de evangelizar os operários, na década de 1930, sendo elevados durante o Estado Novo como órgão consultivo do Ministério do Trabalho, voltando há prática educacional nos anos 1950, atuando nos movimentos de base e na criação dos sindicatos de trabalhadores rurais nos anos 1960.

Com algumas experiências pontuais, inicialmente no Nordeste brasileiro, em 1961 o governo brasileiro criou o Movimento de Educação de Base (MEB), através de escolas radiofônicas e orientado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB), o que impulsionou a sindicalização em vários estados brasileiros. Um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classes, mas defensor de direitos sociais e da reforma agrária baseada na propriedade familiar (MEDEIROS, 1989).

De tal forma, Medeiros (1982 apud Ramos, 2011, p. 67), define que antes da regulamentação do sindicalismo de trabalhadores rurais brasileiros, existiam quatro linhas de trabalho para articular o movimento sindical rural, que eram: I) o PCB, que tinha como eixo central a luta pela terra como componente da revolução democrática; II) as ligas que enfatizavam a importância do campesinato e focavam também na luta pela terra; III) setores moderados da Igreja, que defendiam a reforma agrária como “forma de se fazer a revolução, antes que o povo faça”; IV) setores radicais da Igreja, que buscavam o ideal histórico do movimento pelo acesso à terra, formado principalmente por jovens católicos.

Diante da crescente organização dos trabalhadores rurais, o governo Jango decidiu regulamentar tais entidades, sendo aprovado em 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural, que normatizava a organização sindical corporativista no campo, criando entidades de representação máxima e oficial dos trabalhadores rurais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) e dos proprietários agrícolas, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) (RAMOS, 2011). Seguindo a mesma organização do sindicalismo urbano, cada município só poderia ter um sindicato, o que gerou uma “corrida” pela carta sindical, nos locais onde havia mais de uma representação.

Essa normatização ocorreu, sobretudo, para assegurar um certo nível de controle do Estado sobre as organizações, que foi muito empregado durante a Ditadura Militar. Acrescentando Picolotto (2022), afirma que o Ministério do Trabalho acompanhava de perto as atividades das entidades sindicais, que deviam adotar práticas de colaboração com o governo, podendo levar suas reivindicações apenas “pelos caminhos legais”, caso contrário poderiam sofrer intervenções, inclusive com afastamento compulsório de seus diretores.

Assim, segundo Ramos (2011), após conflitos e disputas entre as diferentes correntes e da criação das federações estaduais, foi eleita a primeira direção da CONTAG, sendo composta principalmente por membros ULTAB e da Ação Popular (AP – entidade ligada à Igreja Católica de viés comunista), ligados ao PCB, derrotando o sindicalismo rural ligado à igreja católica. Por outro lado, a CRB foi transformada na CNA, por meio de uma brecha no Estatuto, permitindo que fossem controlados os

sindicatos a ela ligados, por meio do apoio da ala formada pelos Círculos Operários Cristãos da Igreja Católica e do Serviço de Social Rural (SSR), atualmente chamado de Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Medeiros (1989) reflete que tal composição da CONTAG teve pouca influência, pois cerca de dois meses após a eleição, ocorreu o Golpe Militar, alterando toda a configuração do movimento.

De tal forma, a autora supracitada, defende que é nessa pluralidade de formas de vida e trabalho no meio rural, que é gestado o sindicalismo rural brasileiro. Desvendando questões estruturais, de caráter econômico e político, moldando-se na luta contra o domínio do latifúndio, que simbolizava uma forma de exercício de poder dominante, para além de representar uma grande propriedade tecnicamente atrasada e pouco produtiva.

Assim, percebe-se que o sindicalismo, de forma geral, foi legalizado no Brasil com a única finalidade de que o Estado pudesse controlar os movimentos dos trabalhadores que surgiam dentro das primeiras experiências industriais modernas do país, evitando a perda do controle sobre os funcionários. Segundo Ramos (2011), com a CLT, aprovada em 1943, foi definida que existiria apenas um sindicato de cada categoria, em cada base territorial, seguindo os modelos estatutários definidos pelo Ministério do Trabalho, eles deveriam apenas colaborar com os entes públicos e participar dos contratos coletivos de trabalho. Dessa maneira, os sindicatos estariam ligados a uma Federação Estadual e uma Confederação Nacional.

Picolotto (2009) sustenta que inicialmente este foi um sindicalismo muito parecido com o urbano assistencialista, baseado em uma tutela do Estado, em que existia apenas uma federação sindical por estado, obrigando os mais variados segmentos de agricultores a ligarem-se a apenas um sindicato. Essa forma de sindicalismo não foi por acaso, mas se deu pela conjuntura política da época. Para Santana (1999), com o Golpe de 1964, essas instituições perderam espaço e condições de ação, fazendo um tímido e silencioso trabalho, dadas as condições de repressão impostas pela Ditadura Militar.

Tal trabalho tímido, segundo Picolotto (2022), foi a execução do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural), fundo criado para proporcionar aos trabalhadores e pequenos proprietários rurais direitos como aposentadoria rural, auxílio-doença, pensão por morte, auxílio funeral e assistência

médica e odontológica⁵. Para o autor, a inclusão desses serviços tinha a intenção de tornar o assistencialismo o principal papel do sindicato. Os sindicatos não foram apenas passivos, simplesmente aceitando as condições de assistencialismo aos agricultores, mas viram tal situação como oportunidade de aumentar a sindicalização entre a sua base, sendo que as próprias federações incentivavam o assistencialismo era importante na defesa dos interesses dos agricultores, mas as entidades deveriam ter o cuidado para não se tornar meros escritórios ou órgãos paternalistas⁶.

Corroborando Ramos (2011) pondera, que nesse período a CONTAG foi amplamente dominada pelos nordestinos, apesar de ter alguma participação relevante em seu quadro de dirigentes os estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Segundo a autora, o estado com maior projeção era Pernambuco, não só por conta de o Presidente da entidade ser deste local, mas pela importância que a sua federação teve nas primeiras greves e nos movimentos para a derrubada do interventor do governo (nomeado Presidente provisório da CONTAG) e por ter concretizado as maiores greves de trabalhadores rurais dos anos 1970. Essa Federação é reconhecida como herdeira das Ligas Camponesas.

Segundo Abramovay, Magalhães e Schroder (2010), a tradição latifundiária e patrimonialista existente em toda a América Latina, levava os processos participativos em direção ao clientelismo, empregando o uso privado de órgãos governamentais e explanação de interesses particulares nas instâncias públicas de negociação. Salienta-se que, conforme Ramos (2011), muitos dos dirigentes sindicais que chegavam à direção da CONTAG faziam carreira sindical, passando por determinados sindicatos, determinadas federações, até chegar à confederação, e muitos deles após sair iam para instâncias da administração pública, desde vereadores ou secretarias municipais de agricultura, chegando até a se tornar vice-governador. Nesse sentido, apenas trinta por cento dos dirigentes da CONTAG, deste período, possuía vínculo

⁵ A criação do Funrural foi garantida com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, começando a ser operado no ano de 1971, após a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL). Os direitos de aposentadoria e pensão por morte, consistia em meio salário mínimo, destinado ao “chefe da família” que tivesse mais de 65 anos, e os auxílios à saúde seriam prestados gratuitamente para toda a família, de acordo com a renda familiar (PICOLOTTO, 2022).

⁶ Um dos problemas relacionados à questão paternalista, averiguados em vários locais do país, e documentados no Rio Grande do Sul, por Picolotto (2022), é que muitas vezes o presidente do sindicato era visto como o mediador responsável por repassar os direitos aos agricultores, sendo reconhecido como a pessoa que aposentava, ou que garantia a assistência médica, conseguindo assim, se perpetuar no cargo, aproveitando da gratidão das pessoas.

direto como trabalhador rural (assalariado, meeiro, posseiro, sitiante ou pequeno proprietário), configurando a intensa ocupação em outras esferas de tais dirigentes.

Importante destacar também que, nos anos 1970, durante a Ditadura Militar, foi adotada uma política de expansão agrícola, com experiências de transformação produtiva, que modificou o padrão tecnológico, as características econômico-estruturais e a natureza da produção rural, no processo conhecido como “Revolução Agrícola” (NAVARRO, 1996). Neste sentido, para Medeiros (1997), a política de modernização da agricultura, adotada pelos governos militares, alteraram em muito a configuração produtiva das “pequenas propriedades”, com a intensa diferenciação econômica que este grupo sofreu, principalmente no Sul do país, muitos desses produtores empobreceram precisando vender suas propriedades para conseguirem pagar as dívidas. Para Ramos (2011), este processo de modernização tecnológica da agricultura e o agravamento da concentração fundiária influenciaram no norteamento dos discursos e estratégias de ação da CNA e da CONTAG.

No que concerne à produção agropecuária, Picolotto (2022) sustenta que o sindicalismo teve importante participação na questão da modernização. Uma vez que, em estudo no Rio Grande do Sul, o autor constatou que o sindicalismo firmou parcerias com a ASCAR/EMATER, deixando-se dominar por essas entidades no que concerne a assistência técnica no período, focando seus trabalhos no assistencialismo, com médicos, dentistas e advogados conveniados com as entidades. Levando-se em consideração que o objetivo da assistência técnica estatal no período era a modernização agrícola, supõe-se que tal submissão colaborou em muito com os problemas advindos no novo modelo adotado.

Nos anos iniciais da Ditadura Militar, foram nomeados interventores em várias federações, ligando as entidades aos Círculos Operários Cristãos, órgão da igreja católica anticomunista, o que relacionou também essas entidades ao recém criado Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro Americano (ETA), que promovia o ensino agrícola, difundindo a técnica de modernização da agricultura por meio do extensionismo (RAMOS, 2011). Segundo Picolotto (2022), os sindicatos mais ligados à Igreja Católica foram poupados da intervenção estatal, sendo por eles a rearticulação da CONTAG, a partir do final da década de 1960. No II Congresso da CONTAG, realizado após a retomada das eleições diretas na entidade, uma das orientações da Confederação era de que as federações articulassem junto aos

estados a contratação de profissionais para prestarem assistência técnica para os pequenos agricultores.

Por fim, apesar de o sindicalismo rural durante a Ditadura Militar ter sido marcado pela tutela do Estado e a principal ação ser o assistencialismo, Picolotto (2022) reconhece que, embora com pouca autonomia para construir ou propor projetos, a formação e consolidação de uma entidade que defendesse os pequenos agricultores e trabalhadores rurais aos grandes proprietários, bem como papel de mediador entre camponeses e Estado, tornou o sindicalismo de trabalhadores rurais uma importante ferramenta para enfraquecer os padrões tradicionais de dominação.

Assim, a partir dos anos 1980, com a adesão dos “pequenos produtores” ao sindicalismo rural, este passou a pensar saídas para a “questão da produção”, passando a atuar inclusive na área de organização da comercialização, apoiando várias iniciativas associativistas e cooperativas (MEDEIROS, 1997). Segundo Picolotto (2008), a partir do final dos anos 1970, em meio à luta pelo fim da Ditadura Militar, ocorreu a emergência de novos atores, e os movimentos populares passaram a ganhar mais força, em muito influenciados pela luta pelos direitos humanos e pelo fim dos excessos cometidos pela ditadura. Nesse período, os sindicatos se renovaram, se fortaleceram, consolidando suas aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária, estes movimentos se projetaram no cenário público, deixando “marcas importantes” na Constituição de 1988.

A partir da reestruturação dos sindicatos, no início da reabertura democrática do país, surge o “novo sindicalismo”, que tem sua gestação no ABC paulista e questiona a tradição sindical anterior, a partir de um vigoroso movimento de retomada de lutas e mobilização social (FAVARETO, 2006), caracterizado por uma atuação progressista, cobrando ampliação do espaço para representação da classe trabalhadora (PICOLOTTO, 2009). Na mesma linha, para Santana (1999), o “novo sindicalismo” ocorreu na virada da década de 1970 para 1980, marcado por romper com as correntes do sindicalismo nacional e com aqueles que caracterizavam o passado de sua classe. O termo “novo” empregado na denominação do sindicalismo, dizia respeito a um sindicalismo não assistencial, próximo das bases, democrático, reivindicativo e revolucionários, em oposição ao sindicalismo assistencial, populista, burocrático e atrelado ao Estado, como era conhecida a função das entidades durante esse período (PICOLOTTO, 2008).

Desta forma, Picolotto (2008) destaca que as lutas que marcaram a Ditadura Militar, onde não era possível requerer direitos além daqueles que as leis previam e o Estado autorizava, uma sociedade hierárquica, excludente e autoritária, ao final propiciaram a criação de um espaço plural e descontínuo, com a possibilidade de circular as reivindicações e proposições diversas, o que propicia a construção da ideia da consciência do “direito a ter direitos”⁷. Para o autor, esta foi a maior conquista do movimento sindical neste período, uma vez que quando o agricultor toma consciência de que tem direitos e pode lutar por eles, passa a se reconhecer como sujeito, capaz, com voz e vez na sociedade.

Assim, com o advento do novo sindicalismo, a partir de meados dos anos 1970, a atuação do sindicalismo unificado no campo, que influenciava a modernização da agricultura e prestava serviços assistenciais, passou a ser criticada. Isso, a partir da formação de novos atores que questionavam a consequência das políticas de modernização e a falta de direitos (PICOLOTTO, 2014). Segundo Picolotto (2008), no final da década de 1970 eclodem vários movimentos questionadores da ordem, que dão espaço às demandas por terra e direitos que eram reprimidos pelo sindicalismo oficial, o que culmina com a implosão do sindicalismo rural oficial e da categoria “trabalhador rural”. Desse modo, passam a surgir, além de movimentos de oposição sindical que buscam um sindicalismo mais combativo e menos assistencial, movimentos populares desvinculados da legislação sindical, como movimentos de luta por terra, de seringueiros, de mulheres rurais, dentre outros.

Neste período de redemocratização, também foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no ano de 1983, o que, para Picolotto (2008), foi e permanece sendo a central sindical mais importante do país, tendo sido constituída com o objetivo de representar um sindicalismo independente de patrões, de governo, de partidos políticos e de credos religiosos. Desta forma, segundo Picolotto (2014), nos anos 1980 é formado o sindicalismo rural identificado com a Central Única dos Trabalhadores, com influência do Movimento dos Sem Terra e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), uma articulação que culminou com a criação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) dentro da CUT, no ano de 1988, se afirmando como um movimento interestadual no Sul do Brasil, marcando oposição à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

⁷ Expressão usada por ARENDT (1989).

Esse foi um movimento de tomada da CONTAG pela CUT, sendo que após cogitar a criação de uma nova federação sindical, a direção da CUT decide disputar o poder da CONTAG. Dessa maneira, 1995 a CONTAG se filia a CUT e o DNTR é extinto. Neste período, saímos de um sindicalismo reivindicatório – focado em mobilizações – para um sindicalismo propositivo – que faz reivindicações, mas que tem uma pauta concreta de projetos para a agricultura (PICOLOTTO, 2014). Para Fox (1996), esse movimento caracteriza o sindicalismo brasileiro como o mais ambicioso da América latina, por combinar a “unidade na diversidade”, conseguindo representar também os interesses dos mais pobres.

Nesta mesma linha, Medeiros (1997) relata que a partir da década de 1990 o termo “agricultura familiar” passou a ser utilizado dentro do sindicalismo, como uma nova denominação para os “pequenos agricultores”. Segundo a autora, o objetivo não era propor políticas públicas pontuais para este grupo, mas fazer com que todas as políticas públicas voltadas para a agricultura se articulassem com a perspectiva central da agricultura familiar. Nesse contexto, a maior conquista da categoria, nesta época, foi a criação do PRONAF em 1996, propiciada pela atuação unificada da CUT, CONTAG e MST, mostrando sua força e abrangência durante a realização dos Gritos da Terra. Esta política foi a propulsora de muitos feitos e conquistas para os agricultores familiares. Cabe destacar, conforme afirma Picolotto (2008), que a criação desta política pública permitiu o reconhecimento da categoria política da agricultura familiar.

Entretanto, esta unidade das centrais sindicais durou pouco tempo. Enquanto, no Paraná e Rio Grande do Sul os cutistas conseguiram ocupar espaços na CONTAG, em 1997 os catarinenses criaram a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAFESC), após solicitar por várias oportunidades filiação a CONTAG, mas todas sem sucesso (PICOLOTTO, 2014). Dentre as divergências do “novo sindicalismo” no campo, Picolotto (2008) reflete que este diminuiu a importância de pautas históricas, tais como a reforma agrária e os direitos trabalhistas, assumindo como bandeiras centrais do movimento a construção de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural”, ancorados na expansão e fortalecimento da agricultura familiar.

No final dos anos 1990, vários encontros foram realizados pelas organizações sindicais ligadas ao novo sindicalismo, que reuniram milhares de pessoas. Um deles, o III Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul, realizado em 1999, no município

de Francisco Beltrão/PR, logo após a chapa apoiada pelo Fórum Sul ter sido derrotada na eleição da CONTAG, oportunidade na qual foi criada a Frente Sul da Agricultura Familiar e que passou utilizar da denominação “agricultor familiar”, buscando um descolamento da invisibilidade do “pequeno agricultor”. Desse modo, foram criadas pautas propositivas, tal como produção de alimentos, moderna e sustentável (PICOLOTTO, 2014).

Este período também foi marcado pela abertura econômica do país e um aprofundamento na adoção das políticas neoliberais. Segundo Picolotto (2008), a abertura econômica e comercial, a elevação das taxas de juros e a implantação do plano real, com a opção de estabilização pela sobrevalorização cambial, levaram ao aumento do desemprego e a precariedade das condições de trabalho, levou o sindicalismo a ações reivindicativas, focadas nos aumentos salariais, para uma atuação propositiva.

Para o autor supracitado, o sindicalismo rural foi influenciado também por outros fatores, como a extinção da empresa responsável pela extensão rural no país, a EMBRATER, a eliminação de subsídios de alguns produtos (como o leite e o trigo) e a criação do Mercosul, o qual influenciou a comercialização de vários produtos agrícolas. Ao mesmo tempo, as rendas não agrícolas passaram a compor cada vez mais a renda total dos agricultores e estes passaram por um intenso processo de especialização, concentração no cultivo e produção de commodities.

Dentro deste escopo de atuação do sindicalismo propositivo, principalmente motivado pelas dificuldades relacionadas à produção, algumas conquistas merecem ser destacadas. Conforme já mencionado, no que tange as políticas públicas e o reconhecimento institucional, a criação do PRONAF foi um divisor de águas para a agricultura familiar brasileira, apesar haver algumas limitações. Para Picolotto (2008), a criação do PRONAF desencadeou uma dinâmica de organização na agricultura familiar no Sul do Brasil. Como pontos principais pode ser destacado: a organização das cooperativas de crédito, como a criação da CRESOL; na região sudoeste paranaense, a estruturação de ONGs ligadas à certificação solidária para estruturação da produção agroecológica; e a criação da União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF), uma rede de comercialização das agroindústrias familiares no Oeste catarinense.

De acordo com Picolotto (2022), entre 1996 e 1997, a CUT promoveu uma ação chamada “Mutirão de Animação de Base”, que contou com seis etapas

formativas, focando nos dirigentes sindicais e lideranças da agricultura familiar. A segunda etapa correspondeu ao I Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul, ocorrida em janeiro de 1997, na cidade de Chapecó/SC, contando com lideranças de mais de 200 cidades da região. No final do encontro foi lançada a Carta de Chapecó, denunciando as más condições de vida dos agricultores familiares e o sucateamento das políticas públicas, além de serem apresentadas propostas para solucionar a crise. Em 1998 e 1999, ocorreram mais dois Encontros da Agricultura Familiar da Região Sul, nas cidades de Erechim/RS e de Francisco Beltrão/PR, respectivamente, onde foram debatidos, sobretudo, estrutura sindical contagiada.

Com o avanço dessas discussões e com a estruturação regional da categoria, houve o fortalecimento da identidade política, através da realização de encontros da agricultura familiar e a execução do projeto Terra Solidária. No ano de 2001, foi realizado o I Congresso Sindical da Agricultura Familiar na cidade de Chapecó/SC, no qual foi fundada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), momento utilizado para diplomação dos 1.600 alunos do Programa Terra Solidária, que combinava a formação de ensino fundamental com a questão da agricultura familiar e uma visão político-sindical (PICOLOTTO, 2014).

A criação da FETRAF-SUL, veio como organização de uma categoria que já vinha se impondo pela academia, criação de políticas públicas e estruturas governamentais (PICOLOTTO, 2014). Importante salientar, que estiveram envolvidos na criação desta federação vários sindicatos ainda filiados a CONTAG, que ao passo que lutavam por sua desfiliação junto a esta entidade, atuavam no guarda-chuva da FETRAF-SUL.

Dentro do evento de criação, foram definidas as diretrizes de trabalho da nova entidade. Dentre as principais, se destacam: política de transição de STR para SINTRAF para os sindicatos; possibilidade de criação e vinculação de associações sindicais da agricultura familiar; e a implementação de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e solidário como modelo de agricultura.

A utilização do termo “trabalhadores” no nome da nova federação apresentou importantes sinalizações de posicionamento sindical, uma vez que marcou posicionamento de oposição às organizações patronais e reforçou sua vinculação com a CUT. Dentre as mudanças advindas da nova forma de fazer sindicalismo, foi implementada uma nova organização, sendo que no guarda-chuva da federação, haviam as coordenações estaduais, coordenações regionais, coordenação

microrregional e coordenação municipal, além do incentivo a formar sindicatos regionais, com pontos de atendimento em todos os municípios de abrangência. Além disso, a ideia de “Coordenação”, em contraposição a figura do “Presidente”, para que fossem criados grupos de condução para os sindicatos, com decisões coletivas. Ademais, foram criadas as funções de Coordenador Geral e outras coordenações temáticas, para auxiliar na condução das entidades.

Assim, com gestação de uma nova federação durante toda a década de 1990, com criação e consolidação nos anos 2000, Picolotto (2008) afirma que no período do governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC) a relação do sindicalismo com o Estado se dava com conflito, embora tenha havido alguma dose de negociação, como na criação do PRONAF. Já no governo Lula, essa relação foi de cooperação, criação e operacionalização de políticas públicas, mostrando assim, que o reconhecimento da agricultura familiar, como sujeito de direitos, não ocorreu somente com lutas autônomas, mas efetivamente com o estabelecimento de diálogo e cooperação com o Estado. Ao mesmo tempo, que essa situação promove conquistas para a categoria, também a torna dependente do Estado e reduz sua autonomia de atuação.

Nesse sentido, se PRONAF foi uma conquista importante para a categoria agricultura familiar (anos 1990) durante o governo FHC a criação do MDA promoveu um importante canal de comunicação entre o movimento sindical e o Estado. Segundo Picolotto (2022), a partir de 2003 foram criadas no MDA três secretarias: Secretaria de Reordenamento Fundiário, Secretaria de Agricultura Familiar e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que passaram a atuar sob sua coordenação, além do INCRA que já fazia parte de sua estrutura. Por conseguinte, é partir dos governos Lula e Dilma, que foram implantadas muitas políticas públicas para a agricultura familiar, gestadas em governos estaduais do Partido do Trabalhador (PT) como no governo de Olívio Dutra (1997 a 2002), Rio Grande do Sul, por meio da participação de quadros advindos do movimento sindical também no MDA.

Além, da reestruturação de políticas já existentes, como a quadruplicação de recursos para o PRONAF entre 2002 a 2010, foram criadas as seguintes políticas públicas para a agricultura familiar: Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF); Seguro da Agricultura Familiar (Seaf); Programa Garantia de Safra; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater); Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); Programa de

Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR); Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar; Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); Mais Alimentos; Programas de Educação e Capacitação (Programa Arca das Letras e Educação do Campo); Talentos do Brasil (Incentivo de artesões e outras atividades culturais rurais), dentre outras (PICOLOTTO, 2022; MATTEI, 2018).

Para Picolotto (2022), a criação dessas políticas públicas representa um reconhecimento desta categoria e das organizações de representação, que conseguiram interlocução com o Estado. É pertinente observar que as conquistas não foram apenas no campo produtivo, mas em outras dimensões, tais como, a habitação rural, educação e capacitação, cultura e desenvolvimento territorial, levando em conta um conjunto de fatores que priorizam, além da renda, a qualidade de vida no campo. O que é corroborado por Mattei (2018, p. 296), quando afirma que neste período o objetivo do Estado foi “mudar a realidade da estrutura agrária do país e fortalecer a agricultura familiar como forma de inclusão social e de fortalecimento da cidadania”.

Entretanto, após as eleições de 2014, o país emergiu em uma crise econômica e política. A partir do ano de 2015, várias dessas políticas passaram por contingenciamento de gastos e redução de recursos. Após o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, muitas delas foram congeladas, extintas e/ou negligenciadas, em um processo de ruptura do Estado com os movimentos sociais e sindicais, ocorrendo uma perda de direitos e políticas públicas para a agricultura familiar. Momento, que foi alçado ao poder um novo grupo político que, segundo Bagnara (2021), passa a gerir o Estado brasileiro baseado em ideias neoliberais, marcando o início de um período de regressão democrática.

Liderado pelo então Vice-presidente Michel Temer, que assume a presidência em maio de 2016, este grupo passa a tomar uma série de medidas, diferentes das defendidas pelas organizações da agricultura familiar, bem como divergentes do plano de governo petista. Entre essas medidas, destacam-se: a privatização de algumas empresas estatais; reforma trabalhista; elaboração de uma emenda constitucional (PEC 95), que limitava os gastos públicos; e a elaboração de uma reforma previdenciária ampla, que só foi concluída pelo seu sucessor, Jair Bolsonaro.

Para Bagnara (2021), dentre essas medidas, a que mais afetou foi a “PEC do Teto de Gastos”, que limitou o investimento público, reduzindo recursos destinados para as políticas públicas, inclusive para a agricultura familiar. O que foi intensificado

pela extinção do MDA e anexação da Secretaria da Agricultura Familiar com o Ministério da Casa Civil, o que dificultou o diálogo das entidades com o Estado.

Já para Mattei (2018), a extinção do MDA pelo Presidente Michel Temer, assim que consumado o processo de *impeachment*, representou a ruptura com as prioridades políticas adotadas nos últimos 12 anos. Uma vez que este Ministério era o protagonista nas ações de melhoria na distribuição de terra e renda, enfrentamento a fome, pobreza e redução das desigualdades sociais no campo entre 2003 a 2016.

Com a ruptura do diálogo entre movimento sindical e Estado, várias das políticas públicas conquistadas pelo movimento sindical, acima citadas, foram congeladas ou extintas, restando apenas o PRONAF e com uma redução drástica nos recursos. Em relação, ao PNAE e algumas experiências de PAA, marcaram um período de regressão, bem como o movimento sindical volta a ser atacado, pois não tem mais espaço na agenda de governo, passando de uma atuação de cooperação com o Estado, para uma atuação de críticas e conflitos.

Segundo Bagnara (2021), a agricultura familiar deixa de ser prioridade para o Estado, que passa a ter olhos e políticas públicas apenas para o grande agronegócio, situação iniciada no governo Temer e se intensifica durante governo Bolsonaro. Acrescentando, Mattei (2018) relata que durante o governo Temer, ocorreram as seguintes mudanças para a agricultura familiar: desestruturação do PAA, cancelamento de ações de ATER, desestruturação do corpo técnico das estruturas governamentais ligadas às políticas para a agricultura familiar e profundas alterações na legislação agrária (alterações que dificultaram programas de reordenamento fundiário). O autor, ao estudar a FETRAF-RS elenca cinco períodos distintos na atuação do sindicalismo brasileiro, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Síntese dos períodos do sindicalismo.

Período	Regimes autoritário ou representacional democrático	Relação Estado Sindicalismo	Relação Sindicalismo/ Políticas públicas	Relação sindicato/base
1964 a 1980	Ditadura Militar	Intervenção estatal	Exclusão	Assistencialismo
1980 a 1994	Democracia confrontacional	Protesto e confronto	Reivindicação	Conscientização, organização e mobilização
1994 a 2002	Democracia cooptativa, confrontacional e Democracia deliberativa	Protesto e aproximação	Proposição	Organização e mobilização Experiência em execução de políticas públicas
2003 a 2016	Democracia deliberativa	Cooperação conflituosa	Implementação	Organização e implementação de políticas públicas
2016 a 2021	Democracia confrontacional	Conflito e afastamento	Resistência	Conscientização e organização Mobilização

Fonte: Adaptado de Bagnara (2021).

Tais informações representam, de forma resumida, a teoria acerca do sindicalismo, apresentada nesta seção, sendo perceptível as transições entre cada uma das fases. Também é perceptível a ligação, ou afastamento, entre o sindicalismo, Estado e as políticas públicas, consoante com as condições políticas de cada momento e conforme a relação com a sua base. Desta forma, a próxima seção se dedica a realizar uma revisão bibliográfica acerca das políticas públicas para a agricultura familiar brasileira, sua relação com os movimentos sociais e o desenvolvimento rural.

4.2 O campo de estudo das políticas públicas

Ao longo deste trabalho, pode ser aferido que o sindicalismo consiste em uma importante ferramenta de organização, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esta entidade faz uma intermediação entre os agricultores familiares e o Estado, o que, por vezes, resulta em importantes avanços no campo das políticas públicas para o rural. Por isso, esta seção se dedicará a explorar tal campo.

A arena das políticas públicas é definida por Souza (2006), como o campo que, ao mesmo tempo, busca colocar o governo em ação e analisar essa ação, podendo inclusive propor mudanças em seu curso. Já para Reis (2010), política pública é um processo no qual o Estado toma as decisões inter-relacionadas em um campo de interesse, passando pelo (re)conhecimento até a avaliação de seus resultados, mediante o prévio diagnóstico de suas capacidades.

Evidentemente, a trajetória de uma política pública não é simples, tampouco um processo engessado. Para que realmente seja efetiva, ela deve passar por avaliações, e se necessárias mudanças, entre seu planejamento e implementação, por isso a necessidade dos estudos nessa área. O que para Najberg e Barbosa (2006), a implementação de políticas públicas é um processo em evolução, podendo tal política ser alterada de acordo com as circunstâncias encontradas.

Neste sentido, para Reis (2010) o ciclo de formulação de uma política pública parte da percepção de um problema pelo Estado, para uma reação com formulação de alternativas, e por fim uma tomada de decisão, que coloca tal programa ou política na agenda. O autor, ainda, ressalta que o Estado pode perceber tal agenda espontaneamente ou por pressão da sociedade, do mercado, ou outros setores da sua própria estrutura. Como a necessidade é percebida tem efeito fundamental na implementação e nos resultados a serem obtidos pelas ações. Já que, para Pires e Gomide (2015), o processo de implementação de uma política pública compreende a definição de quem são os atores envolvidos, quais os seus papéis e de que forma eles interagem em uma ação, plano ou programa governamental específico.

Nesse sentido, pode ser percebido que o ciclo da política pública é complexo e tem vários caminhos possíveis para ser concretizado, podendo variar conforme vários fatores, como ideológicos e socioeconômicos. Entretanto, compõe também este ciclo o processo de implementação e avaliação de tal política, sendo este processo importante, pois para Souza (2006), é na formulação das políticas públicas que o governante eleito transforma sua plataforma eleitoral em ações que produzirão resultados na sociedade.

Dentro desse processo de implementação de políticas públicas, existem duas abordagens principais: Top-down e Botton-up. Para Najberg e Barbosa (2006), na abordagem Top-down, a implementação da política pública é vista de uma forma simplista, numa implementação de cima para baixo, de uma maneira na qual os efeitos retroalimentadores não são considerados, e quando considerados permitem apenas

uma correção de rota de tal política. Nesta visão, se separa a elaboração e a implementação, tornando os problemas presentes na implementação apenas desvios de rota.

Já na abordagem Botton-up, se mantém durante a fase de implementação um certo processo de negociação, podendo inclusive ser alterada a concepção de partida. Essa abordagem parte dos atores sociais envolvidos na implementação das políticas públicas, examina os objetivos, estratégias e resultados, considerando que a eficiência ou não de uma política, ou programa está intimamente relacionado ao comprometimento e habilidades dos atores sociais neles envolvidos (NAJBERG; BARBOSA, 2006).

Neste sentido, Abramoway, Magalhães e Schroder (2010) entendem que na América Latina tal abordagem passou a ter força no processo de redemocratização dos países, ocorrida a partir do final da década de 1970, onde a participação e atuação de organizações populares, na tomada de decisão quanto ao uso dos recursos públicos, foi ampliada. Para Ladosky e Rodrigues (2018), foi a exacerbação do autoritarismo no local de trabalho e o silêncio imposto às organizações, em um momento de ampliação da acumulação de riquezas no meio rural e urbano, que nutriu os movimentos para que rompessem com tal lógica e externassem o anseio de participar das tomadas de decisões nas esferas governamentais.

Em se tratando de limitações nas abordagens de formulação de política pública, Najberg e Barbosa (2006) acrescentam que ambas apresentam na abordagem Top-down é o poder excessivo dado aos decisores políticos de alto escalão, que apesar de planejar a política pública, atuam marginalmente na implementação, deixando esta parte aos cuidados de agentes de nível intermediário. Esse formato, também limitado, por considerar um ambiente de formação perfeita, recursos ilimitados, legitimidade política e consenso acerca de tal programa, além de uma demasiada clareza de objetivos. Já na abordagem Botton-up, a principal limitação está nos fatores legais e socioeconômicos, que podem moldar preferências, recursos e os atores envolvidos no processo. Assim, Abramovay, Magalhães e Schroeder (2010), defendem que a qualidade da participação social está ligada a especificidades locais e históricas.

Neste sentido, Reis (2010) define os subsistemas do Estado abertos e fechados a novos atores, sendo o primeiro intimamente ligado a abordagem Botton-up, e o segundo à abordagem Top-down. Para o autor, no subsistema aberto é

evidente a tendência de inovação na concepção da política pública, e nos seus resultados, enquanto no sistema fechado, os meios da política podem sofrer pequenas alterações, mas a política em si, permanece inalterada.

Tendo em mente como as políticas públicas são construídas e a importância de estudá-las, a próxima seção é dedicada às políticas públicas, em especial aquelas direcionadas para a agricultura familiar brasileira.

4.3 Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira

Ao longo deste trabalho buscou-se demonstrar como o sindicalismo se articula na busca por ampliação de direitos e qualidade de vida para os agricultores familiares. Essas ações chegam em seu ponto máximo quando se convertem em políticas públicas, implementadas pelo Estado. Neste sentido, Grisa e Schneider (2014) elencam as políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em três gerações, que seguem uma à outra, complementando-se. A primeira geração foi focada na construção de um referencial agrícola, com ações pautadas no crédito agrícola, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica, extensão rural e incentivos fiscais para a exportação, favorecendo os médios e grandes produtores das regiões Sul e Sudeste. Logo, foi essa geração que atravessou a Ditadura Militar, período no qual os atores e movimentos, ligados a agricultura familiar, não tiveram espaço para propor políticas públicas, ficando sua defesa restrita apenas ao trabalho da CONTAG, que mudou de posição apenas durante seu III Congresso, em 1979, adotando uma postura mais combativa, crítica e propositiva.

Segundo Medeiros (1997), com o Golpe Militar (1964) o Ministério do trabalho determinou que haveriam apenas duas categorias de sindicalizados no campo, de um lado os produtores rurais, organizados no sindicato patronal, e de outro os assalariados, parceiros e arrendatários, nos sindicatos de trabalhadores rurais, situação que colocou em disputa os pequenos proprietários, pois apesar de possuírem terras, não detinham capital financeiro. Neste período, várias medidas estatais colocavam a empresa rural como modelo ideal, com políticas públicas pensadas para perseguir esse modelo, ao mesmo tempo, em que era consolidada a ideia de atraso da pequena propriedade (atualmente agricultura familiar), institucionalmente chamada de minifúndio, agricultura de baixa renda ou agricultura de subsistência.

Com a redemocratização e a eminência de uma nova Assembleia Constituinte, destacaram-se algumas mudanças na organização da agricultura familiar, a criação da CUT em 1983 (com um departamento específico para os trabalhadores rurais), a constituição do MST em 1984 e a institucionalização do MAB em 1991. Essas transformações possibilitaram a organização de ações que mostraram as condições precárias de reprodução social dos pequenos agricultores e que clamavam por intervenção do Estado para construção de políticas públicas adequadas às suas particularidades (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

É desta forma que os sindicatos, antes focados em ações de assistencialismo local, passaram a atuar mais fortemente na defesa de direitos dos agricultores familiares e na proposição de políticas públicas voltadas para este público (em um formato Botton-up). Colocando-se, segundo Silva, Dias e Silva (2014), como mediadores entre Estado e práticas organizativas da população, tornando-se parte de estruturas de gestão e da governança das políticas públicas.

Concomitante a isso, surge a segunda geração de políticas públicas, baseadas na construção de um referencial social e assistencial, como resultado das mobilizações das organizações da agricultura familiar e de uma mudança paradigmática dos estudos rurais. Nesse sentido, é reconhecido a importância de políticas voltadas para a agricultura familiar nos países desenvolvidos e dos interesses do governo em manter a ordem social no campo, culminando em 1995 com a criação da primeira política pública específica para os agricultores familiares, o PRONAF, uma política que contribuía para a capitalização e acesso dos agricultores familiares aos mercados (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Essa foi uma das primeiras políticas públicas no formato Botton-up formuladas para a agricultura familiar e, segundo Silva e Marques (2009), foi sua implementação que promoveu a ebulição do debate da participação social na formulação das políticas públicas.

Tal fato só foi possibilitado pela aliança estabelecida entre a Secretaria de Desenvolvimento Rural e o Programa Comunidade Solidária, permitindo ao PRONAF se tornar um dos dezesseis programas do Governo Federal beneficiados pela Comunidade Solidária. Isso possibilitou que o programa saísse da tutela do Ministério da Agricultura, devendo realmente chegar aos agricultores mais vulneráveis socioeconomicamente (SILVA; MARQUES, 2009).

Vale ressaltar, que após a criação da linha PRONAF Infraestrutura, dentro da Comunidade Solidária, o programa passou a definir critérios de pobreza para

destinação de recursos, bem como exigir a atuação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). Essa mudança no formato de formulação de políticas públicas para a agricultura familiar foi possível no período de redemocratização, onde a participação social foi a principal bandeira dos agentes sociais e políticos, divergindo da marcante centralização na formulação e implementação de políticas públicas durante o regime militar, baseadas em um formato Top-down (SILVA; MARQUES, 2009). Conforme Silva, Dias e Silva (2014), a criação do PRONAF foi o marco da entrada da agricultura familiar na agenda de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.

Ao mesmo tempo, neste período, ocorreram uma série de mudanças macroeconômicas no Brasil afetando a política agrícola, reduzindo a oferta de crédito agrícola, eliminando subsídios e desregulamentando o mercado agrícola interno, mudanças essas, aliadas ao processo de abertura econômica e desmantelamento de órgãos públicos de pesquisa e extensão rural, que provocaram reações nas formas de organizações no meio rural (SILVA; DIAS; SILVA, 2014). Desta forma, apesar de importante, a criação do PRONAF não foi suficiente para garantir a sustentabilidade deste grupo. Assim, aos poucos, foram sendo criadas outras políticas relacionadas, como o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), seguro agrícola e ações de ATER (SAMBUICHI *et al.*, 2020).

Com a evolução deste debate e a crescente atuação dos movimentos na proposição de políticas públicas, tem início o período reconhecido por Grisa e Schneider (2014) como a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, marcado pela construção de um referencial pautado na construção de mercados voltados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. Para os autores, essa geração tem início no ano de 2003 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República. Esse período marca o final de governos neoliberais fiados por alianças políticas conservadoras e o início de um governo com participação dos movimentos sociais e partidos alinhados à esquerda, bem como participação de grupos da burguesia bancária, industrial e agrícola nacional.

No início dos anos 1990, vários movimentos colocaram em pauta a questão da segurança alimentar e nutricional, propondo várias medidas, dentre as quais o reconhecimento da agricultura familiar como promotora do acesso aos alimentos e um sistema agroalimentar mais equitativo. Esses atores encontraram limitações durante o governo FHC, mas encontraram possibilidade de institucionalizar suas ideias, nos

governos Lula, ocorrendo importantes mudanças nas relações do Estado com a sociedade civil, sobretudo no direcionamento das políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Desta forma, em meio a uma extensa lista de políticas criadas a partir do ano de 2003, a política pública pode ser compreendida como “resultado de uma cooperação mais ou menos estável entre organizações e indivíduos que se conhecem, reconhecem, negociam, trocam recursos e partilham ideias, normas e interesses” (GRISA; ZIMMERMANN, 2015, p. 4). Para Grisa e Schneider (2014), nesta geração foi muito presente a participação de atores vinculados ao debate da segurança alimentar e nutricional, organizações agroecológicas, entidades da agricultura familiar, gestores públicos e estudiosos da agricultura familiar, segurança e abastecimento alimentar. Nesta fase, foi percebida forte participação de atores dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, em uma postura propositiva e de participação na execução de tais políticas.

Já no início da gestão foi implementado o Programa Fome Zero, que reconheceu o potencial do mercado institucional no fortalecimento da agricultura familiar, na dinamização da economia regional e dos municípios, e no atendimento às necessidades alimentícias de pessoas em vulnerabilidade nutricional e socioeconômica. Desse modo, em pouco tempo, com a exposição de seus excelentes resultados, o programa ganhou projeção, servindo de exemplo para outros países. Como ação do Fome Zero, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos, que visava articular a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar para a população em vulnerabilidade socioeconômica. No ano de 2009, foi reestruturado o PNAE, por meio da Lei n.º 11.947, determinando que ao menos 30% dos produtos da alimentação escolar deviam ser comprados da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Segundo Campos e Bianchini (2013), o PAA foi criado numa união entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério Extraordinário para Segurança Alimentar e Combate à Fome, com colaboração do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além de ampla participação de organizações populares. O objetivo principal do PAA, na sua criação, era a incentivar a agricultura familiar, porém, pode ser percebido dois outros objetivos implícitos, que eram promover acesso à alimentação adequada para pessoas em situação de fome e promover abastecimento alimentar através da

formação de estoques estratégicos (SAMBUICHI *et al.*, 2020). Surgindo a ideia de um programa que unisse desenvolvimento rural com combate à fome, característica que destacam este programa como inovador.

Dessa maneira, se o PRONAF marcou a segunda geração de políticas públicas, e foi ponto de partida para a abordagem Botton-up ser cada vez mais presente no Estado brasileiro, o PAA e o PNAE foram as políticas públicas que definem a terceira geração, uma vez que contaram com ampla participação popular e das instituições da agricultura familiar em sua formulação e implementação, levando renda para os agricultores familiares, alimentos de qualidade para indivíduos em vulnerabilidade, gerando desenvolvimento para os municípios. Tendo em vista a importância do sindicalismo na construção de políticas públicas para a agricultura familiar, o próximo capítulo passa a apresentar os principais resultados encontrados na pesquisa de campo, discutindo-os com a teoria aqui apresentada.

5. O SUJEITO DE PESQUISA

O protagonista deste trabalho é o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte, portanto, este se configura como o grande sujeito de pesquisa. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Oeste (STR), foi fundado em 19 de setembro de 1970, por 50 agricultores, oportunidade na qual foi eleita uma diretoria provisória, tendo como Presidente interino Ivo Schwad. A primeira eleição na entidade ocorreu no ano de 1971, a qual elegeu Augusto Mendes (*in memoriam*) como Presidente, que passou a dar expediente diariamente na sede do sindicato, retornando para sua casa apenas ao anoitecer (SINTRAF SÃO LOURENÇO DO OESTE, 2019).

Desta mesma forma, várias outras lideranças estiveram à frente da entidade, tendo como ponto em comum a dificuldade em deixar as atividades da propriedade, e o desafio de manter a unidade da entidade e expandir o quadro social. Além de uma grande ferramenta de luta para os agricultores, foi um importante local de formação de lideranças, contando com funcionários e dirigentes preparados e engajados com o movimento. Os principais nomes, citados no documentário e no dia a dia da entidade, que também embasaram essa pesquisa podem ser visualizados no Quadro 3.

Quadro 3 - Principais lideranças do SINTRAF ao longo de sua história.

Nome	Período de atuação no SINTRAF	Cargo exercido
Ivo Shwad	1971	Presidente interino
Augusto Mendes (In memória)	1971 – 1974	Presidente
Jaime Beltrame	1974 – 1982	Presidente
Edu Antonio Borges	1982 – 1992 1995 – 1998	Presidente
Dirce Rambo	1987 – 2011	Secretária
Isabel Bampi	1990 – 1992	Liberada
Zelir Perego	1992 – 1995	Presidente
Idalino Bampi	1995 – 2008	Presidente
Sergio Hentz (In memória)	1998 – 2004	Tesoureiro
Edilza Frizon	2001 – 2006	Eng. Agrônoma
Erico Ecker	2004 – Atual	Presidente/Tesoureiro
Jakson Macedo	2006 – 2015	Técnico
José Antonio Dal Zot	2008 – 2013	Tesoureiro
Neuri José Garbin	2013 – Atual	Tesoureiro/Presidente
Marciane Muller Brzezinski	2013 – 2015/2019 – Atual	Secretária

Fonte: Baseado SINTRAF (2019).

Durante os anos de 1970 e 1980, preocupado com a saúde dos agricultores e agricultoras do município, o sindicato oferecia serviços odontológicos, além de ter uma farmácia em sua Sede, ambos coordenados pela Secretária da entidade. Esse era o principal trabalho, uma vez que, na questão da aposentadoria, os processos eram apenas organizados no sindicato e levados até o Fórum, para homologação de um juiz (SINTRAF SÃO LOURENÇO DO OESTE, 2019).

Na transição da década de 1980 para 1990, em meio às discussões da nova constituinte e a consolidação do SUS, a luta do sindicato passou a ser direcionada para a tomada de preços justos, transporte escolar rural, estradas de acesso às propriedades, mas a principal pauta estava vinculada a aposentadoria rural. Após a promulgação da Constituição de 1988 e sua implementação, foi reconhecido este direito aos agricultores e agricultoras, bem como a pensão por morte, salário-maternidade, auxílio-doença e auxílio acidente de trabalho (SINTRAF SÃO LOURENÇO DO OESTE, 2019).

Nesta época, até o final dos anos 1990, a suinocultura era a principal atividade da agricultura familiar do município. Dentro de tal atividade, o SINTRAF auxiliou na resistência às imposições das grandes corporações, como o sistema de parceria e integração, que visava a produção em grande escala, alterando as instalações e a forma de produzir. Após muita resistência e muitas conquistas, esta atividade foi tomada pelas integrações e parcerias, sendo substituída pela bovinocultura de leite, também com auxílio do sindicato.

Ainda, nesse período, superadas as questões na área da saúde, seguridade social e suinocultura, a atenção e a luta foram direcionadas para o crédito e assistência técnica para os pequenos agricultores, visando melhorias na produção. Em meio a isso, houve uma queda drástica no quadro social do sindicato, colocando em risco sua atuação pela vulnerabilidade financeira. Com tal cenário, a Direção tomou iniciativa de realizar reuniões nas comunidades para explicar a importância da sindicalização dos pequenos agricultores.

Após muitas lutas, protestos e ocupações, ao longo do tempo foram se somando várias conquistas para a agricultura familiar, culminado na criação do “PRONAF Mais Alimentos”. Esse programa possibilitou aos agricultores adquirirem máquinas e equipamentos, visando facilitar e otimizar o trabalho nas propriedades, isso a juros baixos e com longo prazo para pagamento.

A qualidade de vida também esteve presente nas bandeiras do SINTRAF de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte. Nesta esfera, a principal luta era pela habitação rural, conquistada em meados dos anos 2000, onde a família agricultora recebia o valor necessário para a construção de sua residência, geralmente a fundo perdido. Ademais, existiam as reformas residenciais, passando pelo SINTRAF aproximadamente 600 projetos entre reforma e construção.

Nesta seção foi realizada uma breve contextualização do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte, bem como as políticas públicas vivenciadas pela entidade. Nas seções que seguem serão apresentados os resultados obtidos nesta pesquisa.

6 SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO LOURENÇO DO OESTE

Chegou um ponto em que foi visto que boa parte do trabalhador rural, e o pequeno produtor rural não fechava com o sindicato dos produtores rurais. Daí houve a necessidade de criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. (ENTREVISTADO A)

Na década de 1970, ano em que o município de São Lourenço do Oeste⁸ estava completando doze anos de emancipação político-administrativa, a realidade agrária era muito diferente da configuração atual (Tabela 1).

Segundo o Censo Demográfico de 1970, o município contava uma população total de 16.753 habitantes, dos quais 80% residiam na área rural (13.453 agricultores), formando 1.965 unidades de produção familiar, 71% próprias (1.411 estabelecimentos), 17% arrendadas (331 estabelecimentos) e 12% ocupadas (223 estabelecimentos). Ademais, 53% do total dos agricultores eram classificados como trabalhadores rurais, número que corresponde a 7.241 pessoas, atuando como diaristas, agregados, e uma minoria que atuavam em regime de CLT, sobretudo em algumas fazendas de propriedade dos poucos empresários que existiam no município (IBGE, 1970b).

Tabela 1 - Descrição da agricultura familiar lourenciana em 1970.

Descrição	Quantidade (und)	Percentual (%)
População total	16.753	-
População rural	14.453	80%
Unidades de produção familiar (UPF)	1.965	-
UPF próprias	1.411	71%
UPF arrendada	331	17%
UPF ocupadas	223	12%
Trabalhadores rurais	7.241	53%

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir do Censo Demográfico e Censo Agropecuário de 1970

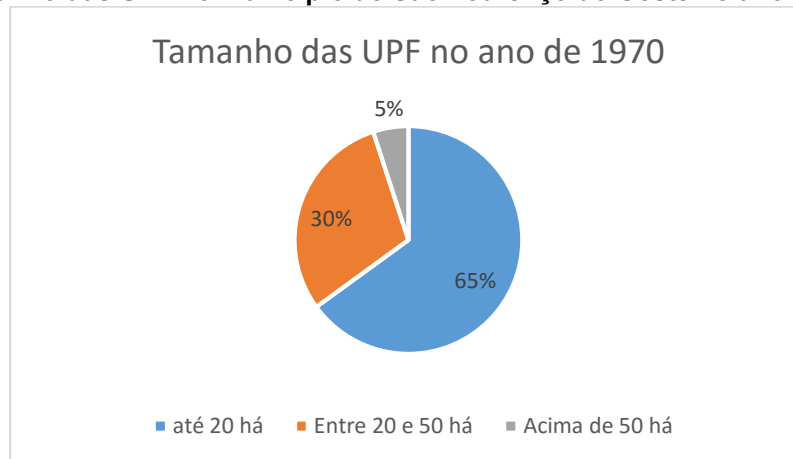
A área ocupada pela agricultura no período era de 37.783 hectares, sendo a principal atividade agrícola o plantio de milho, principalmente direcionado para alimentação animal, pois os suínos eram a principal fonte de renda para a agricultura familiar, seguido pelo cultivo de feijão e trigo. O cultivo de soja ainda era muito tímido, bem como a produção de carne bovina e leite, esses voltados para o autoconsumo

⁸ Conforme já citado, nesta época o município de Novo Horizonte, era um distrito do município de São Lourenço do Oeste, denominado Santa Lúcia, por isso os dados utilizados nesta seção compreendem o território de ambos os municípios.

(IBGE, 1970a) sem importância econômica na época. Contudo, a produção leiteira se tornaria uma das principais atividades econômicas do município, configurando entre os cinco municípios principais produtores de leite no estado, no ano de 2022 (MAGALHÃES JUNIOR; HOTT; ANDRADE, 2023).

Quanto a tamanho de áreas, o mesmo Censo Agropecuário de 1970 mostra que 65% dos estabelecimentos possuíam menos que 20 ha (tamanho do módulo fiscal no município), 30% continham entre 20 ha e 50 ha, e apenas 5% possuíam área superior a 50 ha (IBGE, 1970a). Estes dados mostram que o município além de ser essencialmente agrícola, era composto basicamente por pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Os que eram proprietários, possuíam pouca terra, fazendo com que as condições de vida fossem precárias.

Figura 2. - Tamanho das UPF no município de São Lourenço do Oeste no ano de 1970.



Fonte: Baseado IBGE 1970.

Entretanto, já havia no município um Sindicato Rural, e como esta era a única entidade os pequenos agricultores acabavam por se tornar associado. Entretanto, de acordo com um dos entrevistados, quem criou o sindicato patronal foram os pequenos agricultores do município, de forma enganada, pois imaginavam que como possuíam terra, não se enquadravam em um sindicalismo de trabalhadores. Para este interlocutor:

Foi criado enganado! A gente não era nada de empregador rural, às vezes éramos mais necessitados que aqueles que tinham menos terra, ou nem tinham.

(ENTREVISTADO A)

No entanto, a motivação para criação de uma entidade de classe que representasse os pequenos produtores, não partiu da base, ao contrário, foi uma ação

da direção do Sindicato Patronal. Na década de 1960, por várias oportunidades, foi solicitado ao Ministério da Educação a liberação de bolsas de estudo para os filhos de agricultores concluírem o ensino fundamental (na época chamado de ginásio), uma vez que nas escolas rurais só era possível estudar até a quarta série. Sempre esses pedidos eram recusados. Diante disso, um membro da Direção enviou uma carta ao Ministério da Educação, solicitando explicações para a não concessão das bolsas, e eis a resposta, segundo o autor da carta (*in memoriam*), registrado no documentário em comemoração ao cinquentenário do sindicato, “Como vamos dar bolsas de estudos pra filhos de agricultores ricos, grandes proprietários? Vocês precisam construir um sindicato de trabalhadores rurais” (SINTRAF, 2019, n.p.).

Segundo o entrevistado, foi a partir desta carta que se iniciaram os trabalhos para a construção do STR. O entrevistado A, ex-presidente do sindicato, corrobora com es afirmação quando fala:

Os caras viam nossos pedidos lá, e diziam, poxa, o que esses caras estão querendo, se são grandes proprietários, são empregadores, não estão precisando de bolsas de estudo. (ENTREVISTADO A)

Assim, em 1970, os membros do Sindicato dos Produtores Rurais, se organizaram e criaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Oeste, juntamente com a Prefeitura Municipal e com assessoria da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC). Já no ano de 1971, chegaram ao município trinta e cinco bolsas de estudos, e em 1972, cento e vinte bolsas, número maior do que o solicitado.

Esses dados contrariam o exposto por Ramos (2011), onde compreende que a finalidade das entidades patronais seria desestabilizar as organizações de trabalhadores. No caso do município pesquisado, a entidade patronal atuou para viabilizar a criação da entidade dos pequenos produtores. Também destoa do exposto por Medeiros (2022), segundo a qual os principais agentes organizadores do movimento sindical foi o PCB, pois tal organização não chegou a ter representação no município. Entretanto, quem teve grande influência nesse primeiro período do sindicalismo de São Lourenço do Oeste e de toda a região foi a Igreja Católica. Acrescentando, Medeiros (1989) e Ramos (2011), apontam que entre os anos 1960 e 1970 a igreja tornou-se sensível aos problemas sociais do campo.

Desta forma, na mesma assembleia de fundação do STR foi montada uma comissão provisória para conduzir os primeiros trabalhos, de registros e organização da sede. Em 28 de fevereiro de 1971, é realizada a entrega da Carta Sindical e após seis meses de atividade, no dia 14 de março de 1971, foi realizada a primeira eleição da entidade. Como um processo de transição, a Presidência passa a ser assumida por um agricultor familiar, engajado em várias pautas e necessidades desta distanciando-se do sindicato patronal e direcionando para as necessidades dos trabalhos do STR. Essa questão será melhor contextualizada nas subseções a seguir.

Corroborando com Bagnara (2021), foram identificadas na atuação do sindicato de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte cinco fases de atuação: um início muito baseado no assistencialismo, a segunda trabalhando reivindicação de direitos, uma terceira fase de proposição de políticas públicas, a quarta de implementação de políticas conquistadas e uma quinta fase de ruptura com o Estado. Cada uma das fases será discutida nas seções que seguem.

6.1 O período de atenção em Saúde e Educação

Nós atacamos todas as bandeiras, a parte da economia, que seria a cooperativa, parte da saúde que é a linha do Hospital, e o sindicato que era o defensor. Brigava por tudo quanto era lado. Sem medo. (ENTREVISTADO A)

Com as motivações, já abordadas, em um sábado à tarde, no mês de setembro de 1970, reúnem-se no centro pastoral de São Lourenço do Oeste cinquenta agricultores, por meio de um edital de convocação lançado alguns meses antes, para fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Oeste. Na oportunidade, além da fundação do sindicato, foram aprovados os estatutos sociais, eleita a primeira diretoria, que seria provisória, e fixados os valores das contribuições.

Nos primeiros anos de sua fundação, o sindicato funcionava em uma casa de madeira, em um terreno com o sindicato patronal. No entanto, no ano de 1972, já no mandato da primeira diretoria eleita, foi iniciada a construção de um novo prédio, com recursos próprios das receitas do sindicato, proveniente das mensalidades, serviços prestados e alguma ajuda da Prefeitura, que via no STR uma oportunidade de entrar mais recursos governamentais através dos governos estaduais e federal no município. Este prédio teve a construção encerrada no ano de 1975, no qual o sindicato funciona até os dias atuais.

Configurando a principal motivação na época para a constituição do sindicato, a questão da educação foi a principal pauta nos primeiros anos da entidade. Além, das trinta e cinco bolsas conquistadas no ano de 1971 e das cento e vinte no ano de 1972, no ano de 1973 foram trinta e quatro novas bolsas, em 1974 dezessete novas bolsas, e as demais eram mantidas, ou seja, a cada ano se acumulava mais bolsas.

Como exigência, para manter tal benefício, a família era obrigada a manter frequência de participação em 50% das assembleias do sindicato durante o ano. Segundo os registros das Atas, durante toda a década de 1970, a cada ano aumentava a quantidade de bolsas, sendo que o pai do aluno ou aluna interessada deveria se inscrever na assembleia geral ordinária de fim de ano, para que a bolsa fosse concedida no ano seguinte. Em caso de o número de interessados ser maior o que o número de vagas, estas eram distribuídas, nos primeiros anos, para as famílias mais carentes em relação a renda, posteriormente, a regra foi mudada, distribuindo as bolsas por sorteio.

Ainda, na área da educação, merece destaque um convênio buscado pelo STR com a Escola Familiar Rural de São José, em Palhoça/SC, no ano de 1976, concedendo bolsas para as filhas de agricultores interessadas em estudar nesta escola. Todavia, não existem registros se houve interessadas, mas demonstra uma preocupação com a qualificação dos agricultores e com as jovens mulheres.

Outra ação voltada para as mulheres, preferencialmente jovens, pensando em geração de renda, promoção de sucessão familiar e qualificação, foram cursos de corte e costura oferecidos pelo sindicato. Tal programa foi instituído no final de 1977, e já em maio de 1978 haviam quatro turmas em andamento. Para o programa, o STR contratou uma professora, desta área, para oferecer os cursos, nas comunidades onde houvessem vinte ou mais interessadas em realizá-lo, o sindicato enviaria a professora, sem custo algum para as alunas. Segundo relatos em Atas, tal ação foi “um sucesso”, chegando a gerar fila de espera de turmas. Importante ressaltar que, mesmo havendo intenção de qualificar o trabalho feminino, tal ação exemplifica uma ação que intensifica a divisão sexual do trabalho no campo, tema que passou a ser muito debatido a partir dos anos 1980.

Entretanto, logo no início, o tema que passou a ser a maior bandeira do sindicalismo em São Lourenço do Oeste, foi a questão da saúde, visto que esta era uma das questões de maior necessidade da agricultura familiar na época. Já na primeira assembleia, após a fundação, foram convidados os dois médicos

proprietários de hospitais da cidade para trazer assuntos referentes ao atendimento pelo convênio do Funrural, que funcionava por meio de um sistema de participação. Na época, São Lourenço do Oeste contava com dois hospitais particulares, propriedades de médicos. Por meio do convênio, a família agricultora pagava apenas 20% das despesas hospitalares, quando a pessoa recebia alta médica e a conta, passava no sindicato, que conferia e determinava o valor que o agricultor deveria pagar. Segundo um dos interlocutores, um dos hospitais não respeitava a regra, não aceitando a conferência do sindicato, conforme ele relata:

Teve uma cesariana, em uma família do São Valentim. Em valores de hoje, o cara pagou aproximadamente R\$ 20.000,00, pagando só 20% da participação. Era um absurdo, na época poderia comprar uma fazenda com o valor.

Levamos o caso pra Florianópolis, o Pró-Rural cortou o convênio com este hospital, e jogamos pra outro. Foi onde começamos a trabalhar pra montar um hospital nosso. (ENTREVISTADO A)

Outro agricultor entrevistado relata:

[...] era um momento que não dava mais de aguentar, o médico cobrava um absurdo, dava uma apendicite, já ia uma chiqueirada⁹ de porco, teve gente que ficou muito pobre por conta disso aí. (ENTREVISTADO E)

Nesse contexto, nas atas de reuniões da Direção, em setembro de 1974, foi debatido a questão de manter um médico na sede do sindicato, pelo convênio com o Funrural, e na reunião mensal de dezembro, o presidente da época expôs a ideia de construir um hospital dos agricultores no município. Segundo a Ata, após debater o assunto, a Direção decidiu marcar uma assembleia para o dia 21 de dezembro de 1974, para debater a ideia com os associados. Tal execução do Funrural corrobora com Picolotto (2022), quando este afirma que a inclusão destes serviços nos sindicatos tinha como finalidade tornar o assistencialismo a principal atividade de tais entidades.

Conforme o relato da Ata da Assembleia, o Presidente da época expôs a necessidade de construção do hospital para um melhor atendimento, bem como o

⁹ Na década de 1970, a principal atividade agrícola no município era a suinocultura. O termo “chiqueirada” remete a um lote de leitões na fase de terminação, quando estava próximo deste lote ser comercializado.

apoio do Funrural e da Prefeitura, esboçando que “se 1.500 agricultores ajudarem com Cz\$ 200,00 nós estamos realizados”¹⁰. Tal proposta foi aprovada por unanimidade pelos associados presentes, tendo sido escolhido um representante de cada comunidade para recolher as contribuições dos interessados.

Entretanto, foram encontrados apenas 640 interessados, não arrecadando o valor suficiente para a construção do novo hospital, mas suficiente para mudar o convênio e passá-lo para o Hospital São Roque. Segundo Ata da Assembleia Geral de 1975, “[...] se este novo convênio, ou o hospital não der boa assistência, conforme as leis, o STR pedirá ao Funrural que se construa um novo hospital, com todos os equipamentos necessários, no município, para atender os trabalhadores rurais”¹¹. Existe registro na mesma assembleia, do recebimento de uma ambulância, doada pelo Funrural, a primeira do município, para ser utilizada pelo STR.

Neste mesmo ano, após uma oferta do médico proprietário do hospital São Roque, o STR organizou a compra de partes de quotas deste, lançando uma campanha para angariar doações em dinheiro pelos agricultores. Desse modo, em cinco meses, foram angariados todos os recursos, e em outubro de 1975, o STR passou a ser o maior acionista do Hospital São Roque, mudando inclusive o nome para “*Fundação Médica e Assistencial ao Trabalhador Rural*”. Combinado a isso, foi aumentado o valor da mensalidade do STR, com a finalidade de auxiliar na manutenção do hospital, para que o associado que precisasse ser internado não tivesse custos, sendo sua participação (20% conforme convênio com o Funrural), bancada pelo STR.

No momento em que foi alcançada maioria e o hospital passou a ser propriedade dos agricultores, o sindicato ficou responsável por organizar a abertura da “Fundação Hospitalar” e garantir, via estatuto, várias cláusulas de barreira, impedindo que a agricultura familiar perdesse a administração, ou a maioria das ações desta entidade. Todo o processo de compra e alteração estatutária para garantir a posse do hospital foi assessorada pela equipe jurídica da FETAESC, sediada em Florianópolis/SC.

Assim, são percebidos vários artigos que garantem isso no Primeiro Estatuto, como o parágrafo único, do art. IV, cap. III, com a seguinte redação: “somente poderão ser membros da diretoria e do conselho fiscal os trabalhadores rurais que sejam

¹⁰ Trecho pertencente ao Livro de Atas das Reuniões da Direção, número 1, período 1974 a 1981.

¹¹ Ibid. n.p.

instituidores da fundação, que residam no município, e que possam exercer pessoalmente o mandato”. Da mesma forma, o parágrafo único, do art. V, cap. V, disserta: “somente poderá alterar os Estatutos com quórum superior à metade mais um dos instituidores da fundação”¹². Esses parágrafos, dentre outros, foram escritos por exigência dos agricultores, para manter as finalidades do hospital, que seriam:

- I – Criação e manutenção de unidades hospitalares, assistenciais, médicas e ambulatoriais, destinadas a atender aos Trabalhadores Rurais e seus dependentes;
- II – Realização de medicina preventiva em favor do trabalhador rural;
- III – Desenvolvimento de campanhas, visando a educação sanitária do Trabalhador Rural, por palestras, cursos e programas radiofônicos;
- IV – Elevação do padrão de saúde do trabalhador rural mediante cooperação com a comunidade e as entidades públicas e privadas destinadas aos mesmos propósitos. (SINTRAF, 1975, n.p.)

Em 1978, foi debatido e aprovado pelos associados a construção de um novo prédio para o hospital, já que o atual era de madeira e não tinha mais condições de receber os atendimentos. Importante salientar, tais decisões passavam pelas assembleias do hospital e também do STR. O Presidente do STR ocupava cadeira nas reuniões, sendo sua fala, na maioria das vezes, adotada pela maioria da assembleia. Para a construção do novo hospital, a Direção deste e a Direção do STR buscaram na capital do estado um financiamento junto ao Fundo de Assistência Social (FAS), que garantiu a construção. Entretanto, as assembleias já estavam conscientizando os agricultores de que se não fosse possível o financiamento, seria importante realizar uma campanha de arrecadação de fundos para essa finalidade.

Por fim, o novo hospital foi construído pelo financiamento e seguiu atendendo a agricultura familiar de forma gratuita ou cobrando valores condizentes com o trabalho. Tão importante esta ação, este hospital se tornou o único no município, seguindo seus atendimentos até os dias atuais. Embora, tenham sido realizadas muitas alterações estatutárias, com o advento do SUS, as finalidades da entidade foram alteradas, porém, pontos importantes permanecem, como a obrigatoriedade de um dos componentes da Direção do hospital ser indicado pelo sindicato.

Na área da saúde, além da construção do hospital, neste período o STR prestava também: assistência odontológica, o único atendimento desta área realizado para os agricultores, até meados dos anos 1980; atendimento oftalmológico; e

¹² Trecho pertencente ao Livro de Atas das Reuniões da Direção, número 1, período 1974 a 1981.

atendimento de farmácia, tendo permanecido por aproximadamente dez anos dentro do sindicato. Os farmacêuticos, dentistas e médicos oftalmologistas eram contratados pelo STR para atenderem os agricultores. Além destes, muitos convênios foram firmados com profissionais de outras áreas para o período, principalmente na cidade de Pato Branco/PR, centro de referência na área médica mais próxima do município, como neurologistas, ortopedistas e cardiologistas, alguns destes convênios seguem ativos até os dias atuais.

Em meados da década de 1970, a cooperativa que existia em São Lourenço do Oeste não estava bem financeiramente, necessitando fechar a sua filial no município, a partir disso, uma grande cooperativa, cuja sede era na cidade de Chapecó, tomou a iniciativa de ocupar este espaço. No entanto, essa grande cooperativa não teria interesse em atender os anseios dos pequenos agricultores, bem como sua instalação iria acentuar o problema da exploração dos agricultores. Nesse sentido, a Direção do sindicato articulou com o INCRA e a Cooperativa, que estava fechando, para que essa emitisse um documento abrindo mão da sua base no município em favor da criação de uma nova cooperativa, o que barrou a entrada da grande e possibilitou a criação de uma nova¹³.

Assim, o tema da fundação da cooperativa foi debatido em 1976 e levado para a Assembleia Ordinária em 1977, incentivando a organização dos agricultores para a fundação de uma cooperativa de produção e consumo, com a finalidade de facilitar a comercialização e a compra de produtos por parte dos pequenos agricultores do município. Logo, a ideia foi aprovada pelos presentes, determinando que “o sindicato lutasse para ver se conseguiria a cooperativa”¹⁴.

Entre os anos de 1977 e 1978, foi trabalhada a questão da fundação da cooperativa, em um trabalho do STR com o INCRA. Desse modo, na Assembleia Ordinária, em maio de 1978, pode ser lido a seguinte inscrição “[...] o presidente do STR falou sobre a cooperativa, que segundo contatos mantidos com as autoridades, a tão esperada cooperativa de São Lourenço irá sair, só está esperando o técnico do INCRA para iniciar os trabalhos”¹⁵. E assim, no dia 6 de junho de 1978 foi fundada a Cooperativa Agropecuária São Lourenço (CASLO), mais uma iniciativa do STR.

¹³ Na época, a legislação determinava que apenas uma cooperativa de produção poderia existir em cada município, motivo pelo qual era necessário que a cooperativa antiga enviasse tal documento ao INCRA, autorizando que outra organização ocupasse sua área de atuação.

¹⁴ Trecho pertencente ao Livro de Atas das Reuniões da Direção, número 1, período 1974 a 1981.

¹⁵ Trecho pertencente ao Livro de Atas das Reuniões da Direção, número 1, período 1974 a 1981.

É nítido a importância do sindicato para a cooperativa. Uma vez que, além de trabalhar para a fundação da mesma, ele auxiliou nos primeiros passos, como, por exemplo a ajuda para a consolidação, com a seguinte inscrição e uma ata de reunião da Direção, de agosto de 1978, “[...] o Presidente [do STR] verá um técnico economista para trabalhar na cooperativa, tendo em vista que a cooperativa não está bem financeiramente, por estar iniciando agora, suas atividades, o sindicato irá pagar as despesas de estadia do mesmo”¹⁶.

Segundo o Presidente do STR da época, que capitaneou a ideia da construção da cooperativa no município, havia na região uma grande cooperativa, que faliu após um golpe. Após outra grande cooperativa incorporá-la, tal Presidente preferiu trabalhar para montar uma pequena cooperativa local, inspirado nos *Kibutz*¹⁷, de Israel. Segundo esse entrevistado:

A intenção era criar uma pequena cooperativa, livre, só de agricultores pequenos. Mas o poder econômico é quem manda realmente nas cooperativas.

(ENTREVISTADO A)

Em pouco tempo, o sindicato perdeu sua influência sobre a cooperativa recém-formada. Dessa maneira, no período da Direção temporária, houve a tentativa de formar uma chapa de oposição para retomá-la, na primeira eleição em 1979, porém, não se obteve êxito, perdendo a sua influência. Uma parceria nos trabalhos só foi retomada muitos anos mais tarde, a partir de 2000.

Ainda, em relação à temática, sistemas de produção, ao longo dos dez primeiros anos, foi possível encontrar apenas uma única menção sobre uma política pública neste sentido, promovida em âmbito estadual. Por meio de tal programa, a família agricultora receberia sementes de milho, feijão e arroz, além de uma quantia em dinheiro do Governo Estadual para custear a plantação destas sementes. Nesse contexto, foi o STR quem trouxe para o município esse programa, convidando ACARESC, Igreja Católica e Prefeitura para atuarem em conjunto, com a intenção de organizarem uma propriedade em cada comunidade como modelo.

¹⁶ Ibid. n.p.

¹⁷ Os *Kibutz* são pequenos grupos cooperativos, existentes em Israel, inspirados em ideais socialistas. Em sua filosofia, pequenos grupos se reúnem, formam pequenas cooperativas, tantas quantas necessárias em determinada localidade, para aumentarem seu poder de barganha. O administrador não tem salário, é realizada uma previsão do que ele produziria se não estivesse na cooperativa, e ele recebe uma remuneração similar a este valor (NARDELLA-DELLOVA, 2020).

No entanto, as demais entidades não abraçaram o projeto e o STR ficou sozinho, algumas comunidades não seguiram os critérios estabelecidos para escolha dos agricultores que iriam receber os produtos, fazendo com que o programa acabasse não gerando resultados para os agricultores. Este é outro ponto que a atuação do STR de São Lourenço destoa do apresentado pela bibliografia. Em trabalho realizado no Rio Grande do Sul, Picolotto (2022) relata que o sindicalismo local facilitou a implementação do pacote tecnológico, defendido pelo governo da época e implementado pela EMATER. Em São Lourenço do Oeste, o sindicato não concordou com a proposta, conseqüentemente não conseguiu implantar o projeto.

No ano de 1978, após amplo debate dentro da Direção e nas assembleias, o STR buscou um advogado para prestar assistência jurídica aos agricultores. Dessa maneira, foi contratada uma banca de advogados, em conjunto com os demais sindicatos da microrregião, atendendo São Domingos, Galvão e São Lourenço do Oeste. Os advogados ficaram alocados em uma sala da sede do STR de São Lourenço do Oeste, trabalhando em várias questões, sobretudo nas questões de aposentadoria e regularização fundiária, duas questões limitantes e muito delicadas para a agricultura familiar da época.

No quesito luta por direitos, se enfatiza a conquista do STR obtida em 1979, por um grupo de famílias agricultoras que moravam em uma área ocupada, eram “posseiros de boa fé”, em duas fazendas, a Fazenda Pascoal e Fazenda Santa Inês. Em meados dos anos 1970, estes agricultores foram procurados para assinar um documento, recebendo o comodato da área para poderem tomar créditos nos bancos. Ao saber deste caso, o Presidente do STR buscou informações e percebeu que a finalidade do documento era, na verdade, para que estes agricultores reconhecessem que as áreas de terra tinham proprietário, para posteriormente, permitir que este entrasse com pedido de reintegração de posse.

Nesse cenário, o sindicato procurou a superintendência o INCRA de Florianópolis, explicando a situação, pois a pessoa que detinha a titularidade da área nunca havia tomado posse de fato e possuía residência muito distante do município, enquanto que os agricultores que ali estavam já haviam comprado a área e possuíam os recibos. Segundo um interlocutor, o INCRA ficou interessado pelo assunto, ficando o sindicato como mediador entre o Instituto e os agricultores. Desse modo, foi realizada a desapropriação da área e a titulação repassada para os agricultores posseiros, no ano de 1979. Ainda, conforme este interlocutor, essa foi uma das

primeiras ações de regularização fundiária que aconteceu no estado de Santa Catarina.

Outro ponto muito debatido na época, e que avançou após a fundação do STR, era a falta de enquadramento dos pequenos proprietários na divisão sindical entre patronal e empregador, sendo que as lideranças da época defendiam que algumas mudanças ainda eram necessárias. Segundo um dos interlocutores, muitas reivindicações dos pequenos proprietários não encontravam sustentação e não eram consideradas, já que nas esferas superiores ao STR eram consideradas “reivindicações patronais”. Este interlocutor resume qual era a situação da seguinte forma:

[...] se a CONTAG estava brigando por melhores salários, como a gente ia pedir pra brigar para melhorar o preço dos produtos? Olhavam pra nós e diziam: ‘como vocês estão pedindo pra melhorar o preço do produto? Vocês estão fazendo luta pra favorecer os grandes proprietários?’ Nós as vezes ficava até meio desarmado com isso. (ENTREVISTADO A)

Nesse contexto, os diretores passaram a defender a existência de outra categoria sindical, que abrangesse os pequenos proprietários de terra. Aliás, esse anseio, não era apenas lourenciano, mas também de uma série de outros sindicatos da região, recebendo o nome de “Terceira faixa”. O movimento foi encampado por vários sindicatos, sendo que na região Oeste, o Presidente do STR de São Lourenço do Oeste compôs um grupo de trabalho juntamente com os outros presidentes dos sindicatos de Chapecó e Xanxerê, em uma campanha para a criação da terceira faixa. Na época foi lançada uma cartilha, para mobilizar os agricultores.

Tal cartilha, buscou inicialmente uma reflexão sobre qual seria o sindicalismo que os pequenos proprietários precisavam, conjecturando que o sindicalismo deveria ir para além do assistencialismo e lutar por políticas públicas transformadoras para o pequeno proprietário. A publicação inicia explicando “os objetivos mais profundos de se criar um sindicalismo sadio e consciente” criticando a forma de fazer sindicalismo, sob a tutela do Estado, empregando termos como “cordão umbilical que faz o sindicalismo parecer assistencialismo”, ou “o movimento sindical não tem conseguido formar conscientização mais pura da classe” (SCHWARZ *et. al.*, s.d., p. 5).

Mais adiante, a cartilha defende a criação de uma terceira categoria sindical, que englobaria todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais autônomos, uma vez

que para os autores, o termo “trabalhador rural” recebia uma definição para enquadramento sindical, outra para fins previdenciários, e outra para fins tributários. Dentre as regras desta “terceira faixa”, se enquadrariam os agricultores e agricultoras que:

- a) Trabalhassem em regime de economia familiar, não presta serviços de natureza não eventual que fiquem sob a dependência do empregador mediante salários;
- b) Não possui empregados permanentes, não assumindo os riscos da atividade econômica, isto é, não contrata, nem assalaria, nem dirige prestação de serviços conforme consta na CLT. (SCHWARZ *et. al.*, s.d., p. 5).

É de conhecimento, que este movimento pela criação da “terceira faixa” não obteve êxito completo nos anos 1970, mas foi uma ideia semeada com amplo apoio dos sindicatos de toda a região, inclusive pela FETAESC, sendo mais tarde discutida. O que pode ser percebido é que os dois princípios da proposta, expostos acima, possuem muita relação com a regra de enquadramento da Lei da Agricultura Familiar, promulgada em 2006.

Na área de comunicação, no final da década de 1970 algumas ações importantes foram tomadas. No ano de 1978, foi firmado contrato com a Rádio Celinauta de Pato Branco, para realizar o programa “Informativos do STR”, posteriormente chamado de Rádio Doze de Maio, São Lourenço do Oeste, permanecendo ativo até os dias atuais. Tal programa teve, e tem, como finalidade de facilitar a comunicação de massa com a base sindical, levando recados, informativos, divulgando as ações do sindicato e dos poderes públicos.

Na mesma linha, tratando da comunicação e também da formação de lideranças, na Assembleia de final de ano, em 1978, foi instituído o cargo de líder sindical comunitário, com as funções de dialogar com a comunidade e mediar entre a entidade e a base, levando as demandas da base para o sindicato e trazendo as ações do sindicato para esta. Já em 1979, estes líderes passaram por um “processo especial de formação”, este cargo também segue até os dias atuais. Segundo um agricultor entrevistado:

[...] o líder tinha que trazer o que o sindicato estava discutindo, por exemplo, questão de governo. E levar a conversa do que precisava cobrar do governo, que era falado na comunidade. (ENTREVISTADO E)

Desse modo, estes grupos formaram e oportunizaram que muitas lideranças ocupassem importantes cargos no município, no sindicato, cooperativas de produção e de crédito, e até mesmo na política partidária municipal. Assim, neste clima de conquistas de direitos, formação de lideranças e conscientização da base, aos poucos a entidade passa por uma transição em sua atuação, a partir de 1980 seguiu outros caminhos. Esses novos caminhos serão abordados na próxima seção.

6.2 Novo Sindicalismo: Direito a ter Direitos

A gente sentiu que no caminho que estávamos levando, fazíamos o trabalho que os governantes tinham que fazer. Quando não estava dando saúde, estava trabalhando com farmácia, ambulância, assistência [...] Não sobrava tempo para reivindicar as questões macro, que seriam da agricultura familiar. Nós fazíamos o que o governo municipal, estadual e federal deveria fazer. (ENTREVISTADO B)

A década de 1980 iniciou com a troca de direção do STR de São Lourenço do Oeste. Esse foi um período de crise na assistência em saúde, um momento em que o hospital, recém-fundado e com sede reinaugurada, estava com dificuldades financeiras, bem como os agricultores e agricultoras pleiteavam atendimento odontológico nas comunidades. Entretanto, internamente, o STR também estava com a questão financeira vivenciando uma fase delicada, os salários pagos aos médicos e dentistas eram baixos, o que ocasionava constante troca de profissionais. A farmácia, sucessivamente estava causando prejuízo, principalmente pelo vencimento de remédios, necessitando aporte financeiro do caixa do sindicato.

Ainda, no ano de 1981 a ambulância, mantida pelo convênio com o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) foi devolvida. Esta transição na atuação do STR de São Lourenço, acompanha um movimento nacional, segundo Favareto (2006), é gestado no ABC paulista, expandido para todo o país, em um processo de retomada de lutas e mobilização social.

Mesmo assim, no início da década de 1980, a saúde ainda era a pauta principal das reuniões, tanto da Direção quanto das assembleias, ressaltando a preocupação dos diretores da entidade com uma possível ausência de assistência médica às famílias associadas. Em uma reunião da Direção, em 8 de setembro de 1983, foi debatida a situação financeira, que contava com dois dentistas, médicos e a farmácia. Após o debate, sobre manter ou não tais serviços, foi decidido manter os convênios, mas conscientizar os agricultores do problema, para que esses se

preparassem para o corte destes serviços, conforme inscrição na Ata de Reuniões de Direção n.º 120, “Iremos levar a conhecimento do agricultor as dificuldades que estamos enfrentando no sentido da assistência, preparando-os para o verdadeiro sentido do sindicalismo”¹⁸.

De tal modo, aos poucos a forma de trabalhar foi sendo transformada. Em novembro de 1983, o sistema de atendimento médico foi alterado, os profissionais não seriam mais contratados e passariam a trabalhar em um sistema de prestação de serviços, recebendo por consulta realizada. Já em junho de 1984, foi decidido vender os medicamentos da farmácia e encerrar os trabalhos, desde que o interessado em comprar, que era bioquímico se responsabilizasse em seguir a mesma tabela de preços, bem como prestar os descontos aos associados.

Em relação ao gabinete odontológico, não existe um registro concreto de quando este deixou de funcionar, ao pesquisar alguns documentos, eles apontam o ano de 1987, tendo o STR recebido um ofício da Câmara de Vereadores solicitando a reativação deste serviço, por ser um “anseio da população”. Em resposta, o gabinete foi colocado à disposição da Prefeitura, porém, essa não demonstrou interesse na utilização, conforme Ata n.º 178, de 11 outubro de 1989¹⁹.

As decisões e as inscrições em atas, apontam que embora houvesse certo prejuízo financeiro, aliado a alteração na forma de trabalho (acompanhando a tendência nacional), houve preocupação constante em não deixar os agricultores desassistidos na questão de saúde, procurando manter algum tipo de convênio. No entanto, com a troca da Direção, no ano de 1983, as discussões sobre a saúde foram deixadas e iniciaram o debate sobre a questão da produção (o Presidente continuava o mesmo, houve a troca apenas nos demais cargos).

Um exemplo, desse novo direcionamento, ocorreu na reunião de 2 de junho de 1983, onde os principais assuntos tratados foram: problemas da cooperativa de produção; apoio a feira livre, que estava passando por dificuldades; intensificar o trabalho na reivindicação de uma política de preços mínimos; e o debate do desenvolvimento de uma planilha de custos, a ser testada com os líderes comunitários, para depois ser difundida entre os demais associados.

Na esteira dessas mudanças, ocorridas na década de 1980, pode ser percebido a intensificação das ações de formação, por um processo natural, em que

¹⁸ Trecho pertencente ao Livro de Atas das Reuniões da Direção, número 2, 1981 a 1995.

¹⁹ Ibid. n.p.

foi primeiramente criada e legalizada a entidade, demonstrando a sua importância nas ações assistencialistas e no próprio processo de consolidação. Em relação ao trabalho assistencialista, um dos diretores relata:

Nós percebemos que isso não estava certo. Foi aí que surgiu na década de 1980 um sindicato mais combativo [...] a gente percebeu que só pedir não adiantava, tinha que transformar isso em lei. (ENTREVISTADO B)

Assim sendo, as ações de trabalho, partiram dos líderes da comunidade, formando as lideranças, processo intensificado a partir de 1982. Neste processo, a federação estadual mantinha as escolas sindicais, onde as lideranças municipais se reuniam em Chapecó nos finais de semana, debatendo temáticas sobre sindicalismo e os pequenos agricultores, com lideranças de toda a região Sul. Após o encerramento do curso, a tarefa era repassar a formação para as lideranças de comunidade, que depois transmitiriam em suas comunidades, um processo de multiplicação das informações. A exemplo, São Lourenço do Oeste chegou a formar uma turma com 125 líderes comunitários.

Dessa forma, em 1983, os novos associados só recebiam a carteirinha após passar por uma formação de três etapas ministrada pelo Presidente da entidade. Corroborando, um dos entrevistados faz um importante relato sobre a formação de lideranças:

O presidente do sindicato tem que ter amizade com as lideranças, e diálogo. Porque na comunidade, se o líder desenvolver um bom trabalho, o diretor não precisa se esforçar tanto, o líder vai lá e faz. Então, é importante esse quadro de lideranças, e construir essas lideranças. (ENTREVISTADO C)

Neste período, houve uma parceria com a Igreja Católica, com o setor mais ligado à Teologia da Libertação, aproximando os agricultores de ideais progressistas, promovendo debates acerca da questão organizativa, produtiva e de qualidade de vida com a base.

Nos primeiros anos de fundação do STR, havia uma discussão sobre a questão da produção em relação à comercialização, tal como o debate que levou a fundação da CooperCaslo. Entretanto, na década de 1980, essa discussão é mais acirrada, pensando na produção “para dentro da porteira do agricultor”, tendo como

primeiro assunto abordado a suinocultura. Na época, a principal atividade da agricultura familiar no município.

Em 1980 a Direção do STR participou da Assembleia Geral Ordinária da FETASC, onde se produziu um documento para o Ministro da Agricultura reclamando dos baixos preços pagos pelos suínos, bem como a decisão da necessidade da organização para protesto em Chapecó. Para esse ato, foi convidado o Presidente da CooperCaslo, que ofereceu os caminhões para deslocamento dos interessados. Uma semana após o ato, foi realizada uma reunião da Direção com intuito de avaliação, ao final, foi considerado “muito além das expectativas” e “um passo muito importante para o sindicalismo do estado de Santa Catarina”.

Segundo os registros, esta foi a primeira participação do STR em reivindicações. Um dos interlocutores, comenta sobre as pautas da suinocultura nos anos 1980,

O sindicato foi uma ferramenta que ajudou os agricultores a se defender das coisas implantadas pelas grandes agroindústrias, que elas também tinham o seu projeto pra colocar em prática, eu vejo que nos anos 1980, a suinocultura era o principal sustento do agricultor, e as integrações e parcerias das grandes agroindústrias foram praticando uma forte exclusão dos suinocultores, e a luta do sindicato foi para manter os agricultores nestas atividades. (SINTRAF, 2019, n.p.)

Entretanto, os problemas continuaram assolando a suinocultura lourenciana. Na reunião, de 5 de fevereiro de 1982, foi decidido orientar os suinocultores a reduzirem a produção de suínos e diversificar a renda nas propriedades. Aliás, com uma inscrição curiosa, que dizia “*os agricultores comam mais carne de porco, ao invés de gado*”, fazendo menção para deixar a venda da produção de suínos, como forma de boicote. Ademais, foi oficializado um documento, encaminhado à Presidência da República, solicitando medidas para a questão, tal como a não importação de carne suína.

Dessa forma, ao longo do período foram organizados vários boicotes na venda dos suínos, visando melhores preços ou prorrogação das dívidas bancárias, sempre com ampla adesão dos agricultores. Como pode ser notado pela fala, registrada em ata, “Muitos associados se manifestaram a favor do boicote, dizendo que vendo a atual situação, não existe qualquer possibilidade de o suinocultor continuar produzindo, pois está tendo prejuízo real” (SINTRAF, 2019, n.p.).

Assim sendo, aos poucos, foi se instaurando um período de forte reivindicação por parte do STR. No final de 1982, o Presidente da entidade participou de uma

reunião com o governador eleito, em Chapecó, para solicitar: seguros agrícolas, crédito fundiário, ações de ATER, assistência na área da saúde (igualmente o prestado em área urbana) e preços justos. Já em 22 de junho de 1983, na reunião de Direção, foram levantadas algumas críticas, sendo elas: emprego de cheque cruzado para pagamento, tendo em vista que o banco descontava o financiamento antes de pagar o cheque, muitas vezes descontando financiamento não vencido e deixando a família agricultora sem dinheiro; corte das vendas a prazo; e suinocultores precisando desviar a entrega da produção para conseguir recursos financeiros, pois a cooperativa não possuía recursos para pagar entrada.

Diante disso, foi marcada uma reunião com os diretores da CooperCaslo, com a finalidade de “tomar medidas para conter a crise pela qual passa a cooperativa” (SINTRAF, 2019, n.p.). Todas as ações que apresentaram resultados foram devido ao comprometimento da direção da cooperativa ou conquistas com outros sindicatos da região. Como exemplo, medidas adotadas para a minimização dos efeitos das enchentes por parte do Governo Federal.

A relação entre o STR e a federação estadual foi ainda mais estreita, ampliando a participação de associados em atividades da mesma. Entretanto, as lideranças ficavam receosas com esta aproximação, sempre pautada com muita cautela. Desta forma, foi discutido na reunião de Direção, 22 de junho de 1983, conforme Ata n.º 118, a participação em um congresso que debateria a criação da CUT. Para os presentes, a ideia foi considerada boa, mas seria necessário aguardar para se engajar, “percebendo se realmente seria uma entidade que estaria ao lado do povo, e o agricultor estaria bem representado”²⁰.

Cabe refletir, que apesar dos receios, estes espaços foram continuamente aproveitados para apresentação das reivindicações, tal como a preparação para o IV Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado em Brasília no ano 1984. Para isso, foram realizadas reuniões de comunidade para o levantamento das demandas dos agricultores, com intuito de apresentar no evento.

Na segunda metade da década de 1980, houve a intensificação das reivindicações. No dia 20 de janeiro de 1986, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para debater a estiagem, decidindo apresentar as seguintes propostas ao governo: 1. Crédito de emergência; 2. Prorrogação dos financiamentos sem

²⁰ Tal filiação só foi concretizada em Assembleia Geral Extraordinária no dia 9 de novembro de 1988. Trecho pertencente ao Livro de Atas das Reuniões da Direção, número 2, 1981 a 1995.

correção monetária; 3. Liberação do milho através de cooperativas e associações; e 4. Seguro agrícola. Caso as demandas não fossem aceitas até a data do dia 13 do mês de fevereiro, os agricultores fariam bloqueios nas agências bancárias. O que aconteceu, o bloqueio foi realizado no Banco do Brasil do município.

Após a frustração de produção na safra 86/87, no dia 5 de março de 1987, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, onde foi debatido e aprovado um documento encaminhando a ruptura com a UDR²¹ e a ocupação de agências bancárias. Essas ações tinham como propósito pressionar o governo para executar a Lei dos Preços Mínimos e a prorrogação das dívidas, bem como pressionar pelo cumprimento das metas da reforma agrária.

Tal assembleia teve início às nove horas da manhã, no Centro Pastoral do município, contando com 391 agricultores e agricultoras, foi nessa reunião a decisão de realizar o bloqueio das agências bancárias neste mesmo dia. Desse modo, foram escolhidos seis coordenadores, cada dupla ficaria em uma agência bancária existente no município, coordenando os demais agricultores. A manifestação durou o dia todo, contando inclusive com discurso de apoio do gerente local do Banco do Brasil. O lema do movimento era *“plante, colha e coma! Se são, o Governo de toma”*. Desse momento em diante todas as assembleias trataram da política agrícola de crédito.

Dentro da atuação reivindicativa, no ano de 1985, houve a participação do STR na formação de um comitê pró-constituente, para debater com a classe trabalhadora do município a eleição dos deputados constituintes. Dessa discussão, o STR se engajou amplamente na mobilização pela ampliação dos direitos previdenciários para os agricultores e na criação do SUS. Para um Ex-presidente:

Nós batalhamos para criar o SUS, e ter a saúde gratuita, não mantendo o hospital com dinheiro do agricultor, mas que isso fosse uma política pública com dinheiro do Governo Federal. (ENTREVISTADO B)

²¹ UDR é a União Democrática Ruralista, entidade fundada em 1985, baseada em ideais conservadores, é uma entidade representativa do patronato rural (CASIMIRO, 2018). Não existem relatos de filiação do STR a tal entidade, apenas esta inscrição de ruptura no ano de 1987.

Além disso, em 1985 começou a aproximação com o Movimento dos Sem Terra²² e a participação em vários manifestos estaduais (tal como o preço dos suínos) e municipais (tais como melhoria na estrada e transporte do ônibus para as comunidades mais distantes do centro urbano). No mesmo ano, foi organizado um encontro com duas mulheres de cada comunidade, para planejar a participação feminina no movimento sindical.

A intensa agenda de formações, combinada com a participação ativa na reivindicação dos direitos, culminou com uma aproximação na questão política partidária. De tal modo, que a Ata n.º 167, 3 de junho de 1987, registrou o debate sobre as várias esferas que o sindicato estava relacionado e a forma de trabalhar vinculado a política.

Assim sendo, nas eleições municipais de 1988 foi a primeira vez que a entidade se envolveu diretamente, apresentando candidatos dentro da política partidária. Consta na Ata n.º 188, de 11 de julho de 1988, o pedido de afastamento de membros para concorrer aos cargos eletivos, sendo um candidato a prefeito pelo PT²³ e quatro para o cargo de vereador, sendo três pelo Partido dos Trabalhadores e um pelo Partido Democrático Social (PDS). Ao final da campanha, o Presidente do sindicato ficou em segundo lugar para o executivo (entre três candidatos), contando com 2.531 votos, 25% dos votos válidos, e dois vereadores foram eleitos (as únicas cadeiras do PT), ficando os outros dois como suplentes²⁴. Esse cenário foi ao encontro do movimento nacional, como reflete Picolotto (2009), o novo sindicalismo foi caracterizado por uma atuação progressista, cobrando ampliação no espaço de representação política da classe trabalhadora.

²² Tal aproximação partiu de uma pesquisa realizada pelo STR, em 1982, apresentando os seguintes resultados: foram visitadas 3.253 famílias agricultoras, sendo 964 proprietárias de áreas inferiores a 10 ha; 1.168 proprietárias de áreas entre 10 ha e 30 ha; 1.000 famílias posseiros, arrendatários, parceiros e assalariados. Os dados foram remetidos aos órgãos competentes, solicitando que as famílias fossem assentadas no município ou em municípios vizinhos. O assunto permaneceu em debate, evidenciando que muitos dos associados não possuíam terra e por isso a necessidade dessa discussão. No ano de 1984, foi decidido fazer um cadastramento dos sem-terra do município, para compreender a situação e as demandas, pleiteando junto à ACARESC um trabalho mais efetivo com este público. Nesse sentido, foi realizado um trabalho com o MST, até meados de 1990, auxiliando a atuação deste movimento no município, relação que só foi finalizada no período de dificuldade financeira da entidade.

²³ Este Ex-presidente teve sua primeira candidatura eletiva como candidato a Prefeito em 1988, posteriormente teve as seguintes candidaturas: Deputado Estadual em 1990; Prefeito em 1992; Vereador em 1996; Deputado Estadual em 1998; Vice-prefeito em 2000; Vereador em 2008 e 2012; obtendo êxito nas eleições de 1996, 2000 e 2012.

²⁴ Após esse ano, em todas as eleições o sindicato apresentou ao menos um candidato ao legislativo municipal, tendo sido eleitos: dois em 1993, dois em 1996, um em 2000, um em 2004, um em 2008, um em 2012, nenhum em 2016, retomando uma cadeira em 2020.

Outro tema debatido e reivindicado nos anos 1980, intensificado pelos debates da nova constituinte foi a aposentadoria rural. Este tema era recorrente desde a fundação do STR. Na década de 1970 foram conquistados alguns benefícios, mas precariamente, entre 1977 e 1978 foi solicitado para equiparar o benefício rural com o urbano. E em 1980, foi criado um projeto para a equiparação, mas não chegou nem no Ministério do Planejamento. Assim, na segunda metade da década, este tema foi muito reivindicado, sendo conquistado com a Constituição de 1988, garantindo a aposentadoria de um salário mínimo para as mulheres com 55 anos e os homens com os 60 anos.

Contudo, esta lei só foi regulamentada em 1991, com vetos para outros benefícios, como o salário-maternidade. Estas discussões, entre a segunda metade da década de 1980, onde iniciaram os debates acerca da nova constituinte, e o ano de 1992, quando os benefícios de fato começaram a ser pagos, o assunto da Previdência Social esteve em constante debate, aparecendo muitas vezes nas atas de reunião da Direção e das Assembleias Gerais do STR. A liderança estadual entrevistada faz um relato que descreve muito bem a atuação sindical neste período:

Nos anos 1980, foi uma década da construção das políticas públicas. Ali foi a questão dos direitos à saúde e da previdência. Que foi o SUS em 1988, que foi para a constituição e a aposentadoria, que foram duas grandes lutas de política pública nos anos 1980, que marcaram a nossa história. (ENTREVISTADO F)

Mais adiante, a forma de reivindicar vai ganhando mais robustez, sendo que eram convocadas Assembleias Gerais Extraordinárias sempre que ocorresse um problema na questão produtiva, tirando vários encaminhamentos. Por exemplo, no ano de 1991, 8 de abril, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária devido à estiagem que assolava os agricultores, com a contagem com a participação de 468 associados, vereadores, representantes da ACARESC, CDL, CASLO, Hospital da Fundação, gerente do Banco do Brasil e Sindicato dos Produtores de Suínos do Oeste Catarinense.

Todas as entidades tiveram a oportunidade de fazer o uso da palavra, bem como manifestar seu apoio à agricultura familiar. Posteriormente, foi aprovado e encaminhado um documento para as autoridades superiores, com as seguintes reivindicações: crédito de emergência; prorrogação de custeio safra 1990/1991; liberação dos valores das poupanças bloqueadas; crédito especial para as safras

seguintes; reforma agrária; seguro agrícola; saúde e previdência gratuitos para os agricultores; políticas de assistência técnica; políticas pelo fim da violência no campo; e salários justos para os trabalhadores rurais.

Além disso, em relação à produção neste período, pode ser referenciado uma forte atuação do sindicato na busca por alternativas à suinocultura. Para isso, se debateu a questão da produção leiteira e o incentivo à implantação de uma bacia leiteira no município, ainda no ano de 1982. Conforme visualizado na Ata n.º 177, de 05 de setembro de 1989,

O presidente se mostrou preocupado com a agricultura nos anos 2000, pois na reunião em Chapecó do seminário agrícola de suinocultura, foi debatido que se os agricultores não estiverem dentro do padrão exigido pelas empresas, não terão onde vender a sua produção.²⁵

Assim, a partir da promulgação da Constituinte de 1988, com a consolidação de algumas pautas caras ao sindicalismo lourenciano, como a saúde e a implementação das novas leis previdenciárias, a década de 1990 inicia com a questão produtiva em debate. Aliás, chega-se inclusive a organizar discussões no município sobre a criação do Mercosul, em 1991, orientando as famílias agricultoras a diversificarem suas propriedades, estando prevenidos a qualquer queda nos preços provocados pelos acordos comerciais, que seriam firmados.

Entretanto, apesar do incessante trabalho e a visualização de novas causas a serem abordadas pelo sindicalismo, o período compreendido entre 1993 a 1995 foi de dificuldades no que se refere a atuação do sindicato. À medida que, na área da saúde estava sendo implantado o SUS e na seguridade social a nova lei previdenciária, deixando o STR envolvido nas questões burocráticas para auxiliar os agricultores no acesso aos direitos. Igualmente, a condição econômica do país²⁶ trazia muitas dificuldades financeiras, devido à alta inflação, o valor pago pelos agricultores como mensalidade rapidamente perdia seu valor real, levando a entidade a uma forte crise financeira, causando dificuldades para contratar novos funcionários para trabalharem na questão previdenciária, impossibilitando os diretores de irem para a base.

²⁵ Trecho pertencente ao Livro de Atas Assembleias Gerais, número 1, 1970 a 1989.

²⁶ Este período foi o de maior descontrolado da inflação, cujas altas começaram nos anos 1980, chegando a 1.927,89% a.a. em 1993 e 2.075,89 a. a. em 1994, controlada somente em 1995, com uma taxa de 66,01%, mesmo assim, considerada alta.

Na esteira da crise, surge intensa discussão acerca dos preços de produtos como feijão, fumo e leite. Inicialmente comparando os custos de produção e preço de prateleira, com o preço recebido pela agricultura familiar, posteriormente fazendo listas para ver se acompanhava a Unidade Real de Valor (URV), moeda utilizada no período de implantação do real. Já no ano de 1992, buscou-se transformar as dívidas dos agricultores em sacas de milho, evitando juros abusivos e prorrogá-las, já que a alta da inflação, combinada à estiagem que assolou o município, estava deixando muitos agricultores inadimplentes.

De tal modo, um período de atuação mais propositiva foi sendo experimentado no STR de São Lourenço do Oeste, início da década de 1990, sendo mais perceptível a partir do ano de 1995. Em muito, essa atuação foi promovida pela questão do crédito agrícola, que começou a ser implementado nessa época, tomando mais forma a partir de 1995, quando se iniciou a implantação do PRONAF. Na época, poucas famílias agricultoras conseguiam acessar o crédito e os que conseguiam detinham a juros muito altos, que, somados à alíquota do Proagro e valor destinado à ASTEC, chegava ao montante de 18% de custos de financiamento.

Diante deste cenário, após a segunda metade da década de 1990, o STR de São Lourenço do Oeste passou por uma transição, lenta, mas perceptível. Nesse sentido, o modo de fazer sindicalismo passou a ser muito mais propositivo em suas ações. Esse tema será abordado na próxima seção.

6.3 A construção de proposições: Quais Direitos queremos?

Nos anos 1990, foi um outro debate, que é o crédito. A marca principal foi o PRONAF, daí teve outras políticas junto, e o debate que é uma grande conquista, diferenciar e criar no campo um ator que é o agricultor familiar. Antes o agricultor não tinha um nome. (ENTREVISTA F)

A nova fase do “fazer sindicalismo” em São Lourenço do Oeste, teve sua gestação a partir de 1995, após um período de crise no STR, conforme já descrito acima. Esse ano houve a troca da Direção e se inicia um alinhamento maior com entidades externas, sobretudo, com a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), discutindo a questão das políticas públicas, melhorias no crédito rural e criação no município da Associação Municipal dos Pequenos Agricultores de São Lourenço do Oeste (AMPASLO), que passaria a realizar trabalhos com a APACO e o sindicato.

Nas discussões sobre as políticas públicas da época, esteve muito presente a questão do crédito. Um entrevistado, comentando sobre as dificuldades em torno do tema nos anos 1970 e 1980 destaca:

O crédito existia, mas era para uma minoria, vinha um monte de recurso, mas muito controlado pelo sistema financeiro. Aqui na época nem agente financeiro tinha, então os agricultores de São Lourenço, inclusive meu pai, iam financiar nas agências de Pato Branco, Xanxerê [...] Então era uma situação bem complicada, além de pouco crédito, os bancos tinham um cuidado de destinar para os maiores, deixando os pequenos à mercê. (ENTREVISTA D)

Outro Ex-presidente, da época em que começaram os debates acerca do PRONAF, relata:

Resolvemos o problema previdenciário, de saúde e tal. Então passamos a brigar em outro campo, que era a parte econômica, a produção, a organização, a comercialização e a tecnologia no campo. (ENTREVISTA B)

Ainda, sobre o crédito, a liderança externa entrevistada comenta da importância do crédito rural, conforme:

Em 1992, o DESER fez uma pesquisa em toda a região Sul, e perguntou para os agricultores 'qual a maior problema que você sentem no campo?', 92% dos agricultores relataram que era a falta de crédito para investir na propriedade. Aí a partir de 1993, se levantamos aqui em Chapecó, na plenária da região Sul, uma luta nacional pelo crédito diferenciado. (ENTREVISTA F)

Neste sentido, na Ata de Reunião da Direção n.º 233, 15 de agosto de 1996, foi discutido o documento que lançava o PRONAF naquele ano, sendo o município de São Lourenço do Oeste um dos dezessete contemplados²⁷ do estado, com um volume de recursos de R\$ 600.000,00 (cada um dos municípios), emprestado a um juros de 9% para custeio, 9% a 11% para investimento. Assim, foi decidido realizar assembleia extraordinária para divulgar a conquista, e a forma de acesso, para as famílias associadas.

²⁷ No início da execução do PRONAF era necessário a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que era quem coordenava e destinava os recursos para as famílias agricultoras.

Cale destacar, que foi nesta reunião a primeira vez em que foi utilizado o termo “agricultura familiar²⁸” na ata, direcionando normativas para a definição de quem se enquadraria na categoria, bem como a necessidade de obter uma “Carta de Aptidão²⁹” para acessar o PRONAF, podendo ser fornecida pelo sindicato. Além disso, consta na Ata n.º 233, de 15 de agosto de 1996 o registro:

O presidente colocou que a agricultura familiar está sendo discutida em todas as esferas e que nos países desenvolvidos ela é quem mantém a produção de alimentos. A Agricultura Familiar está dividida em três camadas: agricultura consolidada, agricultura em transição e agricultura periférica.³⁰

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de agosto de 1996, se debateu que somente o valor de 50%, disponível para o 1995, havia sido utilizado, pela má divulgação realizada por parte do governo. Contudo, no ano de 1996 estes valores foram ampliados. Assim, o objetivo da assembleia foi difundir o funcionamento e a finalidade desta política pública, solicitando ao final que todos os agricultores levassem as informações aos que não estavam presentes.

Esta modificação na forma de atuação, não foi exclusividade lourenciana, ela é fruto de uma construção nacional, tendo como ponto principal o I Grito da Terra Brasil, com grande mobilização em Brasília e em algumas regionais. Todas aconteceram simultaneamente no dia 5 de junho de 1995, sendo que o STR de São Lourenço do Oeste participou do ato organizado no distrito de Goio-ên, Chapecó, tendo como pauta reforma agrária, crédito rural e preços mínimos.

Como reflexo desta mobilização, em São Lourenço do Oeste, no dia 29 de setembro do mesmo ano, foi convocada uma Assembleia Geral Extraordinária, para o debate da questão do crédito agrícola. Na assembleia esteve presentes famílias associadas, Direção do sindicato, representantes das prefeituras e Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte³¹, EPAGRI, PT e o Partido da Frente Liberal (PFL). Após as discussões sobre a necessidade de melhorias no

²⁸ Anteriormente, eram usados vários termos, inicialmente trabalhadores rurais, posteriormente pequenos agricultores e colonos, e em algumas ocasiões apenas agricultores ou produtores.

²⁹ Inicialmente Carta de Aptidão, mais adiante passou a ser chamada de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e a partir do ano de 2022 denominada como Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), documento emitido a partir dos comprovantes de renda e propriedade dos agricultores familiares. É o CAF que garante o enquadramento na categoria, atualmente com base na Lei n.º 11.326/2006, exigido para que este seja beneficiado pelas políticas públicas da categoria. Até os dias atuais o sindicato e a EPAGRI são os responsáveis por fornecê-lo.

³⁰ Trecho pertencente ao Livro de Atas das Reuniões da Direção, número 3, 1995 a 2010.

³¹ No ano de 1992, o distrito de Santa Lúcia conquistou sua emancipação política e administrativa de São Lourenço do Oeste, sendo assim, legalmente o STR de São Lourenço do Oeste passou a ser regional, abrangendo também o município recém-criado.

crédito agrícola e a situação de endividamento da agricultura local, foi encaminhado o envio de um “fax³²”, por parte de todas as entidades presentes, para a Câmara Federal, Governo Federal e o Ministérios da Agricultura e Fazenda. Ao fim, o STR articularia com a CUT a organização do pleito ao nível regional, estadual e federal.

A partir da metade dos anos 1990, chama atenção a intensificação das ações de formação no sindicato, tanto formação de lideranças quanto capacitação nas mais diversas áreas. Como exemplo, no ano de 1995, foi proposto um Seminário de Produção Agroecológica para as lideranças sindicais, promovido em parceria com a FETAESC e a APACO. Ainda, a partir desse ano iniciou-se cursos em parceria com o Sistema Nacional de Empregos (SINE), principalmente na área de informática e culinária.

No entanto, em setembro de 1997, foi decidido promover cursos nas áreas de sindicalização, agroecologia, cooperativismo, agroindustrialização e gestão rural, em parceria com o SINE, o monitor era um dos Diretores do sindicato, que estava participando de treinamentos em Chapecó. Nesse sentido, foram agendados dez cursos, distribuídos entre as comunidades, com duração de um dia e participação de vinte pessoas. Na data de 7 de novembro de 1997, foi marcado um Seminário de Desenvolvimento Local, para toda a direção do sindicato e líderes de comunidade.

Em meio às discussões, cursos de formação e ampliação das atividades do sindicato, as lideranças se engajaram em um movimento estadual, que não se sentia mais representado pela FETAESC e sua forma de pensar o sindicalismo. Para um dos Ex-presidentes entrevistados:

A FETRAFESC foi criada basicamente aqui no Oeste, se você comparar com as outras, aqui sempre predominou a agricultura familiar, então houve uma diferença na atuação, porque os debates aconteciam aqui mais próximo”

(ENTREVISTA C)

Desta forma, na Ata da Reunião da Direção de n.º 235, 14 de setembro de 1996, foi debatido sobre a criação da Federação da Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina. Na reunião do mês de fevereiro de 1997, foram escolhidos dois

³² Fax era uma tecnologia de comunicação muito utilizada para envio de documentos nos anos 1990. Consistia em colocar um documento na impressora e discar o número do fax do destinatário. Assim, esta impressora escaneava o documento e o entrega quase que instantaneamente ao número a ser recebido.

delegados para participarem da assembleia de fundação da nova federação, ocorrida nos dias 20 e 21 de fevereiro de 1997, em Chapecó. Na oportunidade, um diretor de São Lourenço do Oeste foi eleito para compor a direção dessa federação e na Assembleia Geral Ordinária, 5 de dezembro de 1997, foi aprovada a filiação do STR de São Lourenço do Oeste à FETRAFESC.

Aliado a essa nova conjuntura externa para o sindicalismo, percebe-se uma mudança na atuação do STR, a partir de alteração de direção da entidade, em 1998, sendo alcançada uma fase em que o sindicato assumia para si a responsabilidade de implementar a política pública do PRONAF. Corroborando, a inscrição na Ata n.º 248, de 13 de dezembro de 1988, aponta:

Foi feita uma análise do PRONAF especial para os pequenos agricultores, com recursos de R\$ 1.500,00 e R\$ 500,00, com rebate de R\$ 200,00 por financiamento. Sendo que a agência bancária da cidade não se dispõe a fazer os contratos, o STR fará este trabalho, sem custo aos associados, e com uma taxa de R\$ 30,00 para os não sócios.³³

A inscrição ilustra dois pontos, o primeiro é a disposição do sindicato que, além de se mobilizar para conquistar as políticas públicas, se articula e organiza para que elas de fato fossem implementadas e chegassem até as famílias associadas. A segunda, a disposição em atender os não-associados, como auxílio para que aqueles que não eram alinhados ideologicamente ao sindicalismo, também conseguissem acessar tais políticas.

De tal modo, no início desse período (final da década 1990 e de 2000), o STR passou a mobilizar para, além de reivindicar e propor, implementar efetivamente as políticas de Estado, de acordo com as necessidades de sua base, bem como garantia que os agricultores pudessem acessar as políticas públicas. Exemplificando, no ano 2000, a Direção decidiu organizar reuniões nas comunidades a construção de grupos de agricultores para o acesso ao PRONAF Investimento, que deveriam ser compostos por cinco a dez agricultores, em um formato de “aval cruzado”. Essa modalidade está pautada em que cada agricultor ou agricultora fica como avalista da dívida dos outros agricultores pertencentes ao mesmo grupo, todos são responsabilizados caso alguém fique inadimplente.

³³ Trecho pertencente ao Livro de Atas das Reuniões da Direção, número 2, 1981 a 1995.

Dada a complexidade do formato de acesso a esse crédito, o STR atuava como “fiador moral” desses grupos. A importância que a entidade teve na implementação desta política é explicitada no relato de um Ex-presidente, logo:

Quem formava os grupos eram os agricultores. Então a gente foi em todas as comunidades fazer reunião, o pessoal se organizava lá por famílias, vizinhança, afinidade [...] e formavam os grupos. [...] Nos primeiros dois anos o pessoal assinava o contrato na própria comunidade, o gerente do Banco do Brasil nos acompanhava em algumas comunidades, mas nós ia lá, o sindicato coletava a assinatura.

(ENTREVISTA C)

Com o PRONAF em funcionamento, outros problemas passaram a dificultar os caminhos da agricultura familiar, eram os casos de perdas na produção, decorrentes de causas naturais, como estiagem ou excesso de chuvas. Um dos entrevistados destaca:

A gente começou a perceber uma deficiência. Quando havia uma estiagem os agricultores não tinham cobertura nenhuma de suas lavouras, muitas vezes a gente fazia manifesto de ficar um mês em frente aos bancos, muitas horas fechando as agências [...] fechando rodovias, porque a gente tinha dificuldade de ser ouvidos pelos governantes.

Então quando colocava representantes em Florianópolis, ou Brasília, a gente tinha que estar com o movimento forte aqui em frente aos agentes bancários, para garantir que esses representantes fossem recebidos em audiências.

(ENTREVISTA D)

Nesse contexto, foram conquistadas duas importantes políticas vinculadas ao PRONAF, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Ambos os programas previam, quando comprovada frustração de safra decorrente de causas climáticas ou o preço de venda do produto ficasse abaixo do mínimo estabelecido pelo Governo Federal, automaticamente o agricultor receberia um desconto em seu financiamento.

Para além do crédito agrícola, o sindicato também passou a atuar em outras áreas, conforme a necessidade de seu quadro social. Na reunião, de 5 de março de 1999, foi elaborada uma pauta para ser entregue para os prefeitos dos dois

municípios, registrada na Ata n.º 249, com o seguinte teor: Promoção de atendimento odontológico para as famílias agricultoras no gabinete existente no STR; Contratação de profissional da Engenharia Agrônômica para orientação das famílias de sua base e grupos de cooperação agrícola; Criação do Fundo de Aval³⁴ para os financiamentos da agricultura familiar; Criação do fundo municipal de agricultura para financiamento de pequenos investimentos; Regulamentação da legislação das agroindústrias artesanais, com orientações aos agricultores; Repasse de recursos para participação dos agricultores no Grito da Terra Brasil, 1999; Implantação do terminal de calcário em São Lourenço do Oeste³⁵; Solicitação da implementação imediata do seguro agrícola para o estado de Santa Catarina; Implementação do curso supletivo de segundo grau em São Lourenço do Oeste; Melhoria das estradas gerais e vicinais, com acompanhamento técnico; Revogação da necessidade de solicitação de ordem de serviço para realização de pequenos trabalhos na zona rural; e Implantação da patrulha mecanizada para atendimento à agricultura familiar do município.

Esta pauta, foi organizada após a participação da direção no encontro do Fórum Sul da Agricultura Familiar, em Francisco Beltrão, que dentre outros temas, foi debatido *“Como a organização da agricultura, saúde, educação, comércio, indústria e outros, projetam o município para o desenvolvimento local”*³⁶. Desse modo, pode ser percebido que o sindicato passa a propor políticas públicas nas mais variadas áreas, se colocando como mediador. Contudo, a pauta não teve efeito imediato, mas no decorrer dos anos muitas dessas reivindicações foram implementadas, conforme será descrito no decorrer desse trabalho.

Com a ampliação das suas pautas, o STR teve espaço para atuar com mais ênfase na política partidária. Para o mandato municipal do ano de 1997, o Presidente foi eleito vereador e o sindicato passou a ocupar cadeira nos Conselhos de Agricultura, de Trabalho e Emprego, e de Saúde, além de manter uma cadeira na direção da Fundação Hospitalar. Em relação à essas participações, encontra-se na Ata de Reuniões de Direção n.º 241, a inscrição: “Fizemos uma avaliação dos membros da

³⁴ Segundo um dos entrevistados, este fundo pagou todos os que ficaram inadimplentes: “O fundo de aval era um fundo financeiro, sob gestão do governo municipal, para o qual era destinado 2% do valor de cada operação de PRONAF realizada no município. Se uma pessoa do grupo não pagasse os valores em dia, o fundo cobriria essa dívida, limpando o nome de todo o grupo, inclusive do inadimplente”. (ENTREVISTA C)

³⁵ Este terminal foi construído e inaugurado no ano subsequente a entrega desta pauta.

³⁶ Trecho pertencente ao Livro de Atas das Reuniões da Direção, n.º 249, 15 mar. 1999.

direção que participam nos mais diversos conselhos municipais, e estes devem participar com firmeza na defesa de nosso agricultor”.

Para as eleições de 2000, na ata n.º 250, de 19 de maio de 1999, consta a seguinte inscrição: “O sindicato se manifestará num projeto de desenvolvimento para o município, dando prioridade às questões sociais, saúde, educação e agricultura”, explicitando o interesse da entidade em ampliar sua atuação na política partidária. Desta forma, no ano 2000 o Ex-presidente do STR, até então vereador, lançou candidatura ao cargo de Vice-prefeito, sendo sua chapa eleita para mandato entre 2001 a 2004.

Assim, já no final do ano 2000, a Direção realizou uma reunião para debater nomes para a Secretaria de Agricultura do município, chegando no consenso do nome de duas pessoas para serem apresentadas ao Prefeito e Vice-prefeito, a escolha respeitou a vontade do sindicato. Isto abriu possibilitou a ampliação de atuação do sindicato no governo municipal e nas políticas públicas.

A partir de março de 2001 foi contratada uma agrônoma para trabalhar no sindicato, em convênio com a Prefeitura, pleito que se arrastava desde o início da implantação do PRONAF. A partir de maio, do mesmo ano, foi contratado mais um profissional da área, ambos para elaborar os projetos do PRONAF Investimento e prestar assistência técnica para esse público, com foco na produção agroecológica e industrialização do rural. Uma das ações que merece destaque, foi a fiscalização por parte do sindicato, para verificar se o recurso estava sendo devidamente empregado, em caso negativo o agricultor teria que assinar um termo de compromisso, que seria enviado a agência bancária.

O programa foi muito acessado via sindicato, chegando a ser realizado mais de 350 projetos em um ano. Entretanto, criou-se uma pauta ao nível estadual, atendida em 2004 pelo Governo Federal, para a renovação automática das operações. Portanto, neste ano, houve uma queda brusca de movimentação de propostas pelo sindicato, bem como redução na receita da entidade.

Já no ano de 2005, após mais uma estiagem no município, o sindicato convocou uma Assembleia Geral Extraordinária, para orientação dos agricultores sobre o funcionamento do Proagro. Essa ação foi importante, porque as diretrizes do programa tinham mudado naquele ano, destacando que muitos pedidos haviam sido negados, pois os peritos se baseavam nas normas antigas, por isso foi orientado aos agricultores a solicitarem novas perícias.

Desta forma, mesmo tendo trabalhado muito na implementação do PRONAF, após a sua consolidação, o sindicato deixou de ter atuação neste sentido. Após o ano de 2005, muito pouco se fala sobre o programa nas atividades sindicais. Na Ata de Reunião da Direção n.º 311, de 4 de junho de 2008, é possível ler a seguinte inscrição: “O sindicato lutou para que o crédito do PRONAF fosse automático, para facilitar a vida do agricultor. Com isto, muitos que eram associados deixaram de pagar suas mensalidades”.

Nesse contexto, toda a discussão realizada no âmbito do PRONAF, demonstra que essa política pública realmente foi estruturante para a agricultura familiar. Como defendido por Picolotto (2008), que afirma que a criação desta política pública permitiu o início do reconhecimento da categoria agricultura familiar.

Na fase propositiva do sindicato, localmente também foram executadas algumas ações, mediante necessidades da base. No ano de 1998, um laticínio que existia no município decretou falência e as famílias agricultoras estavam sob risco de não receberem o pagamento pelo produto entregue nos meses de junho e julho. Assim sendo, o sindicato pediu uma medida cautelar embargando os bens da empresa, até que estes produtos fossem pagos. Ademais, organizou uma assembleia extraordinária para discutir a situação, contando com a presença de advogado, promotor de justiça, Prefeito e vereadores, além de representantes de novas empresas, com o intuito de encontrar uma proposta para que as famílias pudessem entregar sua produção para outro laticínio. Durante a assembleia, foi explicado como funcionava o embargo de bens e o pedido de falência, bem como duas outras empresas tiveram espaço para apresentar suas propostas, ocorrendo votação entre os associados para a escolha de uma das empresas. Para acompanhamento, a entidade formou uma comissão em conjunto com o poder público municipal para seguir com as negociações.

Outra questão em que o sindicato se envolveu neste período foi com uma dívida da CooperCaslo. Durante a década de 1990, a ela passou por vários problemas financeiros, em virtude da crise econômica vivida pelo país e por algumas questões administrativas. De tal modo, no ano de 1999, um antigo membro da direção do sindicato assumiu a Presidência da cooperativa. Ao longo dos anos 1999 e 2000, por diversas vezes ele foi chamado às reuniões e assembleias do sindicato para prestar esclarecimentos da dívida bancária, uma vez que os agricultores estavam com complicações para acessar o PRONAF, por serem fiadores da Cooperativa. Assim, na Ata de Reunião da Direção n.º 259, de 29 de agosto de 2000, o sindicato se torna

intermediário para negociar a dívida da cooperativa com o Banco do Brasil, construído um acordo que envolveu a entrega de um supermercado da cooperativa e o refinanciamento da dívida. Essa mediação salvou a cooperativa, que continua atuando até os dias atuais, bem como livrou os agricultores de assumirem esta dívida.

Esse período, focado em proposições, apesar de curto, foi muito intenso no sindicato, abrindo espaço para uma nova forma de atuação. Nesse sentido, durante a década de 1990, o STR de São Lourenço do Oeste se engajou ativamente em ações de formação, formando diversos líderes, além da participação ativa na construção de pautas regionais, estaduais e federais. Desse modo, pela sua atuação na federação recém-criada e pela intensificação de participação na política partidária, é possível perceber os efeitos práticos da implementação e estruturação do PRONAF para os seus associados. Assim, a próxima seção se dedica a explorar a fase posterior, onde o sindicato permanece como proponente de políticas públicas, mas com o foco para a implementação destas.

6.4 Os Direitos na prática: implementando às políticas públicas

A família sindical abriu as portas, e abraçaram a minha causa, porque a minha situação era mais pra desespero que esperança [...]. Isso preenche meu coração de alegria, eles fizeram tudo por mim. Sindicato é uma maravilha de Deus, é uma entidade que tá pronta pra ajudar. Eu me pergunto, quantos anos perdidos por não procurar o sindicato pra nos ajudar? (Depoimento de uma agricultora. (SINTRAF, 2019, n.p.)

Conforme exposto anteriormente, esta fase sindical de “implementador” de políticas públicas se ensaia com o PRONAF, que envolve a participação das ações com os governos para criação e melhoria do programa. No que tange as ações locais, a divulgação e avaliação do programa, através de assembleias, reuniões de comunidades e contratação de profissionais técnicos para elaboração dos projetos e assistência técnica, culminou na proposição de mudanças para essa política pública. A fala de um ex-presidente entrevistado, sobre o PRONAF, ilustra muito bem a preocupação do sindicato em implementar com eficiência as políticas públicas,

Quando veio o crédito, a gente viu uma necessidade muito grande de contratar agrônomos. Porque não adianta a gente pegar um crédito, dar pro nosso agricultor, e ele não ter uma orientação, um acompanhamento de como aplicar esse crédito. Porque chega a hora de pagar, e ele tem que ter um retorno. (ENTREVISTA D)

Neste período, outras pautas foram assumidas pelo sindicato, em um período que inicia com ações tímidas, ao findar dos anos 1990 e início dos anos 2000, acentuando-se após o ano de 2003, quando toma posse na Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, com um projeto político que ia ao encontro dos anseios do sindicalismo, que inclusive se engajou muito na sua campanha eleitoral. Desta forma, esta seção se dedica a mostrar como o sindicato de São Lourenço do Oeste atuou como mediador, implementador e avaliador de uma série de políticas públicas que passaram pela entidade neste período.

Uma das questões que vinha há muito tempo preocupando as lideranças, de forma muito similar com a questão de crédito, era a questão do acesso à terra, tanto para os sem-terra quanto para os jovens, filhos e filhas de agricultores familiares que detinham poucas áreas. Tal questão era muito debatida como problema. No entanto, a primeira vez que ela surge na discussão como política de Estado, é na Ata n.º 257, de 10 de abril de 2000, tratando sobre o Programa Banco da Terra. A propósito, em São Lourenço do Oeste naquele ano foram contemplados quatro agricultores, havendo recursos disponíveis para mais seis interessados.

Já na Ata n.º 260 foi decidido que o STR participaria dos debates para indicação de nomes a serem contemplados. Dessa maneira, na Assembleia Geral Ordinária, de 15 de dezembro de 2003, foi debatido que o programa “Minha Primeira Terra” estaria sendo promovido para beneficiar os jovens, mas estes não eram associados ao sindicato. Por conseguinte, foi elaborado uma proposta, na assembleia, para que este público tivesse desconto na mensalidade, somando-se, assim, às lutas da entidade. No ano de 2004 foram encaminhados 56 projetos no município, mas em reunião realizada em 8 de agosto de 2005, conforme registro na Ata n.º 294, a Direção decidiu não trabalhar mais com esse projeto, por compreender que seu trâmite apresentava uma burocracia excessiva, não sendo mais viável para a entidade. Assim, alguns projetos esporádicos foram elaborados, mas tal política só voltou a ser trabalhada com intensidade a partir do ano de 2020.

Pode ser aferido no período posterior ao ano de 2003, o foco da entidade esteve nas políticas de qualidade de vida e geração de renda. Segundo a Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2003, a discussão

esteve pautada no PRONAF Habitação³⁷, sendo que a federação estava articulando junto ao Governo Federal um programa para construção de casas para as famílias agricultoras. Segundo um dos entrevistados,

Uma coisa que os agricultores começaram a demandar nas reuniões de comunidade. 'Tenho crédito pra fazer uma estrebaria, pra um aviário, pra comprar máquina, mas não tenho crédito pra construir uma casa e eu ter uma qualidade de vida, me sentir melhor com a minha família'. (ENTREVISTA D)

Desta forma, várias frentes foram trabalhando e levantando essas demandas, ao nível estadual e municipal. Inicialmente, foi criada uma cooperativa, reunindo os três estados do Sul, totalmente ligada à FETRAF-SUL, tendo uma filial em cada estado, e era por meio dela que os projetos eram encaminhados. No sindicato era providenciada toda a documentação e enviada para a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF), que realizava o trâmite e liberava os valores. Após liberado para construção, o sindicato fazia as vistorias e autorizava a liberação das parcelas.

Já na Ata de Reunião da Direção, de 21 de junho de 2004, foi discutido sobre o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), sendo que as dez primeiras casas contempladas em São Lourenço do Oeste já estavam em fase de construção, sob fiscalização dos diretores do STR. Desse modo, nas reuniões de comunidade seriam levantados os nomes de novas famílias interessadas, que seriam levadas até a federação, para ir em busca de mais recursos. Segundo um Ex-presidente entrevistado:

A nossa organização foi um exemplo pro Brasil todo. Aqui em São Lourenço do Oeste veio pessoas comigo, da Nicarágua e da Colômbia pra conhecer o programa, ver as experiências que nós tínhamos. Não sei em qual ano foi, mas a nossa cooperativa foi premiada a nível internacional pelo trabalho. (ENTREVISTA D)

Esse programa foi um total sucesso na área de abrangência do sindicato. No ano de 2005, foram aprovados 75 projetos de reforma de casas, já no ano de 2006 foram encaminhados 174 projetos. Neste programa, o sindicato atuou como mediador

³⁷ No início do governo Lula foi muito discutido a criação de uma linha de crédito no PRONAF para construção de casas para os agricultores familiares, conforme descrito nesta ata. Entretanto, o programa criado foi o Programa Nacional de Habitação Rural, desvinculado do PRONAF.

durante toda a sua execução, tendo função o levantamento do número de interessados, organização dos grupos, fiscalização da execução das obras e mediação de todo o trâmite do programa. No ano de 2015, o programa foi congelado, porém, o total de famílias contempladas, nos municípios de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte, ultrapassavam aproximadamente seiscentas famílias, entre reforma ou construção de novas casas.

Outra questão debatida, pela primeira vez, na reunião de n.º 288, de 20 de novembro de 2004, foi a importância de trazer o sistema de cooperativismo de crédito da Cresol para o município, ficando acordado em convidar alguém do sistema para conversar com as lideranças locais, bem como estudar a viabilidade da implantação no município³⁸. Assim, após avanço nas discussões, foi aberto um ponto de atendimento da Cresol Formosa no município, isso no ano de 2005. Para início do funcionamento contou com os equipamentos cedidos pelo sindicato, desde cadeiras, mesas, até computadores. A construção da direção local, também passou pelas reuniões da direção do sindicato, sendo que o diretor liberado, que trabalhava no PA local da Cresol, sempre era ligado ao sindicato.

Ainda, em 2004, segundo Ata n.º 287, de 3 de setembro, aconteceu o debate acerca de vários projetos técnicos³⁹, que estavam sendo desenvolvidos por iniciativa do sindicato. Dentre eles, o agrupamento de doze famílias em um grupo de produção orgânica ligada à rede EcoVida e a recriação de uma feira-livre, pois não existia mais no município. Em relação à feira, reativada em março de 2005, se discutiu o problema da pouca procura por parte dos consumidores, concluindo que era preciso aprimorar com os agricultores a produção dos alimentos, para que esses tivessem uma melhor qualidade e aparência, chamando a atenção dos consumidores.

³⁸ No ano de 1988, por iniciativa da CooperCaslo, foi criada uma cooperativa de crédito no município, inicialmente chamada de CrediCaslo, posteriormente aderindo ao sistema SICCOOB, sendo denominada SICCOOB Original. Esta entidade foi criada pela cooperativa de produção e acabou ficando sob domínio de uma ala de agricultores ligada à direita. Assim, na década de 2000, o STR toma iniciativa de formar uma chapa e passa a fazer parte da administração desta cooperativa. A intenção de trazer o sistema Cresol para o município tinha como objetivo que os agricultores tivessem mais uma opção de cooperativa.

³⁹ Na questão dos projetos técnicos, merece destaque a atuação de dois profissionais, uma contratada em 2001 e outro contratado em 2003. Eles tiveram atuação fundamental na questão da organização da produção, por meio da cooperativa e dos projetos de produção orgânica, no início dos anos 2000. Ressalta-se que no ano de 2006, a FETRAF-SUL contratou uma engenheira agrônoma para atuar na entidade regional. Como resposta, o STR de São Lourenço do Oeste enviou uma carta de descontentamento à Federação, agendando uma reunião para registrar esse descontentamento, registrada na Ata n.º 299, de 9 de maio de 2006. Após a reunião, o então presidente do STR pediu afastamento do cargo que ocupava na direção da Federação.

Na mesma linha, no início da década de 2000, o tema sobre leite preocupava as famílias associadas, pois foi um período de crise nos preços pagos. De tal modo, em 23 de outubro de 2003, conforme registro na Ata de Reuniões da Direção n.º 283, foi apresentada a chapa que comporia a fundação da Cooperativa do Leite, denominada Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Lourenço do Oeste⁴⁰ (COOPAF). A ideia inicial era agrupar os pequenos produtores do município, para que esses conseguissem alcançar melhores preços pelo produto vendido, ficando a cooperativa como responsável para negociar com os laticínios. Logo após a sua criação, a COOPAF chegou a contar com 355, todos entregando o leite via cooperativa, o que aumentava o poder de barganha junto aos laticínios.

Entretanto, após poucos anos, a cooperativa esteve envolvida em alguns problemas, tal como: com o grande volume de leite passando pela entidade, alguns grupos de laticínios passaram a fazer propostas para os produtores com maior volume, para alguns que eram líderes do movimento os preços eram irrecusáveis, com a finalidade de desestruturar a cooperativa. Internamente, existiam divergências entre o grupo gestor, direção da cooperativa e do sindicato, sobre os rumos a serem tomados, como, por exemplo, a compra ou aluguel de caminhões. Em meio a isso, por um erro na contabilidade, em alguns anos a cooperativa deixou de pagar os boletos referentes ao Funrural, ficando em débito com a Receita Federal. Novamente, o sindicato entrou em ação mediando as negociações entre a Cooperativa e o Governo Federal, bem como alguns deputados enviaram emendas para manutenção da entidade. Assim, a cooperativa deixou de trabalhar com o leite e passou a atuar no mercado institucional, após encerramento das atividades da AMPASLO.

Concomitante a isso, surgiu com muita força os debates relacionados aos programas de construção de mercados para a agricultura familiar. Nas reuniões da Direção n.º 293 e 294, realizadas, respectivamente, em 2 e 8 de agosto de 2005, foi debatido sobre “um programa lançado pela CONAB”, era o PAA. A forma como estava posto, a venda de frutas e hortaliças, se tornava viável, já outros produtos dependiam de melhores conversas, mas o programa era visto como muito bom para as famílias

⁴⁰ A COOPAF segue até os dias atuais com sede no prédio do sindicato, permanecendo como uma importante ferramenta para os agricultores familiares do município. Como a entidade não paga aluguel ao sindicato, os agricultores familiares que comercializam sua produção na cooperativa, obrigatoriamente, devem ser associados ao sindicato.

agricultoras, desde que fosse trabalhado adequadamente. Portanto, no ano de 2005, foi escrito o primeiro projeto, em parceria com a COOPAF, para a CONAB.

Ainda, em parceria com a COOPAF, foi conquistado no ano de 2005 duas emendas parlamentares, totalizando R\$ 85.000,00, para a construção de um mercado do produtor no município de São Lourenço do Oeste, voltado para a comercialização de frutas, hortaliças e produtos das agroindústrias. Para tanto, a Prefeitura deveria entrar com uma contrapartida no valor de R\$ 5.819,00 e este projeto deveria ser aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores, em reunião extraordinária (Ata de n.º 296, de 27 de dezembro de 2005). Entretanto, o Prefeito da época era componente de um grupo político de posicionamento oposto ao dos membros da direção do sindicato, o que ocasionou o não aceite dos termos da entidade, travando a construção do mercado, resultando a devolução do recurso.

Neste período, o sindicato fez um trabalho em parceria com a COOPAF para que agricultores conseguissem oferecer seus produtos nas licitações de compra para merenda escolar, porém, inicialmente estas ações não tiveram sucesso. No entanto, após a readequação do PNAE⁴¹, a cooperativa passou a participar das chamadas públicas, fornecendo os produtos para Secretaria Municipal de Educação, com compra da agricultura familiar, chegando a fornecer 80% destes produtos em alguns anos.

Quanto ao PAA, a partir o ano de 2005, todos os anos foram escritos e aprovados projetos robustos, doando alimentos para APAE, Fundação Hospitalar, Lares de Idosos e associações de bairros. De acordo com a CONAB, os anos de 2010, 2011 e 2012, foram escritos projetos com valores⁴² respectivos de R\$ 241.343,73, R\$ 383.095,14 e R\$ 472.611,62. A partir do ano de 2013, o programa passou por fortes cortes de recursos por parte do Governo Federal e não foi mais executado no município até o ano de 2020 (CONAB, 2022). Tal período, o ano de 2013, coincide com o ano de maior avanço da operação Agro-fantasma, uma operação da Polícia Federal que agiu com forte truculência contra agricultores, por suspeita em desvios de recursos do PAA. Ao final das investigações, ficou comprovado que não houve crime algum, sendo todos os agricultores absolvidos no ano de 2016 (SALES, 2017).

⁴¹ O PNAE foi reestruturado pela Lei n.º 11.947 de 2009, onde o total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, deve ser no mínimo 30% (trinta por cento) utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, tendo preferência os organizados em cooperativas (BRASIL, 2009).

⁴² Valores corrigidos pelo INPC para o mês de agosto de 2022.

Neste período também ocorreu uma visita da Polícia Federal na sede da cooperativa lourenciana, na qual não foi encontrada nenhuma irregularidade, também não foi apreendido nenhum documento, tampouco agricultor. Porém, a direção do Sindicato, juntamente com a direção da Cooperativa, decidiu não entrar com projeto no ano seguinte, e com os cortes de recursos, essa retomada foi prorrogada por algum tempo.

Após estas situações, entre 2013 e 2019, no ano de 2020 o Governo Federal aportou um maior volume de recursos para o programa, por conta dos problemas sociais causados e virtude da pandemia do covid-19. Assim, a cooperativa e o sindicato escreveram um projeto no valor de R\$ 111.912,91, incluindo como beneficiários, fornecedores dezesseis famílias agricultoras e como recebedores a APAE, Fundação Hospitalar e Secretaria de Assistência Social. Entretanto, no início de 2021, a CONAB, percebendo que não haviam recursos destinados ao programa para o estado de Santa Catarina, encaminhou para cooperativa, materiais com instruções incentivando o contato com deputados e deputadas federais pedindo a inclusão de emenda no Orçamento Geral da União, a ser executada pela CONAB.

Assim, foi organizada uma reunião para encaminhar a solicitação dos agricultores, entre a direção do SINTRAF, direção da COOPAF e assessoria regional de um Deputado Federal. Atendendo à solicitação, o deputado indicou uma emenda orçamentária no valor de R\$ 108.021,75 ao Ministério da Cidadania, carimbada para a Superintendência da CONAB de Santa Catarina, destinada à COOPAF de São Lourenço do Oeste. Esse foi o único projeto de PAA contemplado e executado no Estado de Santa Catarina. Igualmente, no ano de 2022, quando pela articulação das mesmas entidades, foi enviada um pedido de emenda no valor de R\$ 108.047,00, para execução de mais um projeto no município. O projeto foi um entre os cinco contemplados e executados no estado.

Desta forma, ao longo dos anos a cooperativa tem atuado de forma vinculada ao sindicato, como uma ferramenta de implementação de políticas públicas. Cabe destacar, que todos os técnicos que passam pelo sindicato atendem também as famílias cooperadas e elaboram os projetos de venda. A cooperativa, por sua vez, sempre que possível auxilia no pagamento do salário deste profissional, bem como tem sua sede no prédio do sindicato, sem despesas de aluguel, telefone e material administrativo, já que no momento de dificuldade, o sindicato auxiliou na negociação e quitação das dívidas.

Esta intensa movimentação para implementação de políticas públicas demonstra, como pondera Picolotto (2022), um reconhecimento da categoria e das suas organizações de representação. Ainda, é necessário salientar a importância da sua capacidade de interlocução com o Estado, priorizando ações de melhoria de renda e qualidade de vida no campo.

Ao longo deste período, também foram realizadas ações pontuais, de proposição ou reivindicação, principalmente em função de frustrações de safra por estiagem, excesso de chuvas e quedas nos preços de produtos agrícolas, bem como a organização de assembleias, reuniões e participação em manifestos. Todavia, pode ser aferido que o maior foco foi/está na execução das políticas públicas.

Conforme o exposto, é notório que entre os anos 2000 e 2010, ocorreu no sindicato um intenso processo de implementação de políticas públicas, seguindo também um processo de avaliação e correção de rota, quando necessário. A partir da década de 2010, o trabalho esteve focado na implementação destas políticas, expandindo valores e agricultores beneficiados. No entanto, após o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e a desestruturação de boa parte destas políticas públicas, é percebido certa dificuldade em redirecionar as ações do sindicato.

Tal acontecimento e seu desdobramento na entidade, corroboram com Picolotto (2008), quando o autor afirma que, ao mesmo tempo, que a atuação do sindicalismo em formato de cooperação com o Estado tem a possibilidade de trazer benefícios à sua base, também torna o sindicalismo dependente do Estado. Isso acaba reduzindo sua autonomia de atuação, causando, assim, uma perda de direção no momento em que este vínculo é rompido.

Em um primeiro momento, a partir de 2015, ocorreu uma intensa agenda de assembleias e reuniões colocando as ações realizadas e a forma como os governos atuaram para facilitar a realização destas. Ademais, houve o envolvimento da entidade em ações de resistência e manifestações contrárias ao processo. Após a efetivação e aprovação do processo, o sindicato passou por uma série de perdas, que se confundem com as perdas da categoria da agricultura familiar, dentre as quais: corte expressivo nos valores destinados ao PAA; congelamento nos valores destinados ao PNAE; extinção do MDA, que era órgão de mediação entre o sindicalismo e o Governo Federal; extinção do Plano Safra da Agricultura Familiar, voltando a existir apenas um Plano Safra, com aumento significativo de juros para a agricultura familiar, ano após ano.

Com as dificuldades em atuar e encontrar um novo eixo norteador, o sindicato passou a agir com maior ênfase na prestação de serviços, percebendo que esta era uma grande necessidade para a sua base. Entretanto, na reunião de n.º 368, de novembro de 2018, foi decidido demitir o técnico da entidade, permanecendo apenas uma funcionária para atendimento, visando reduzir os custos de funcionamento da entidade.

Também entre 2017 a 2019, um tema que mobilizou o sindicato foi a proposta da reforma previdenciária, que iria retirar direitos da agricultura familiares. Para essa temática foram realizadas assembleias, reuniões de comunidades e discussões, incluindo participação em mobilizações, mesmo com dificuldades em reunir o público. Ao final, o sindicalismo, como um todo, obteve êxito, conseguindo deixar a agricultura familiar fora da reforma.

A partir de janeiro de 2019, outra questão que afetou o sindicato, principalmente na questão financeira, foi que governo recém-empossado proibiu a emissão da declaração sindical⁴³, documento que auxiliava nas aposentadorias mistas e que era uma boa fonte de receita. Apesar, da dificuldade na receita, na reunião n.º 372, junho de 2019, a Direção decidiu contratar novamente um profissional técnico, tendo em vista que os serviços estavam aumentando e os escritórios regionais aumentaram abruptamente seus preços, após o sindicato não oferecer mais esses serviços.

Assim, percebe-se que o sindicato se organiza e articula dentro das possibilidades de sua ação, atendendo os anseios da base, ora levando estes anseios até os entes administrativos, ora levando as decisões dos entes até a sua base, bem como em alguns casos amortecendo as dificuldades enfrentadas, através da prestação de serviços, planejados conforme as necessidades da sua base. Para tanto, a próxima seção se dedica em realizar um panorama da atuação do sindicato em cada uma dessas fases, bem como sua relação com a base e com o Estado.

⁴³ Por meio dos mais variados documentos que comprovassem atuação como agricultor familiar ou trabalhador rural, o sindicato emitia uma declaração, por meio da qual o Instituto Nacional do Seguro Social aceitava averbar este tempo para a aposentadoria, fosse ela, mista ou rural. Desse modo, sem este documento, o interessado precisaria apresentar diretamente tais documentos ao Instituto, através de meio digital, burocratizando o processo e dificultando o acesso à previdência social.

6.5 Sindicalismo lourenciano frente às mudanças nacionais

Esta seção se dedica a trazer um panorama sobre a atuação do SINTRAF de São Lourenço do Oeste, em cada uma das fases acima descritas, conforme resumo no Quadro 4, elaborado com base em Bagnara (2021). A criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em São Lourenço do Oeste não se deu em um ambiente hostil, por meio de um processo de ruptura com o patronato, por estarem os pequenos agricultores excluídos do processo de organização, conforme descrito por Medeiros (1997) e Ramos (2011). Ao contrário, ele é criado por esta entidade, tendo a finalidade de acesso às bolsas de estudo para os filhos de agricultores. Sendo fundado em um período em que tais entidades estavam mergulhadas no serviço assistencial.

Neste período, o foco de atuação estava nas ações de promoção de saúde e educação, Bagnara (2021) e Picolotto (2009) contribuem ao refletir sobre essas ações assistencialistas. Entretanto, percebe-se que o sindicato vai além, levando proposições ao governo, por exemplo, quando solicita alteração dos convênios com os hospitais ou quando compra um hospital e chama para si a responsabilidade de fazer política pública de saúde, assumindo uma responsabilidade que seria do Estado. Isso fica ainda mais explícito, quando no estatuto do hospital recém-criado existem cláusulas de barreira, prevenindo para que a agricultura familiar local não perdesse o controle do mesmo. Outra ação que destoa da atuação sindical no período foi a fundação de uma cooperativa de produção, algo nada comum para o sindicalismo da época.

Atenta-se que, se apoiando em Picolotto (2022), a atuação do sindicato foi bastante assistencialista no seu início, mas também é real a afirmação do autor de que a entidade aproveitava tal atuação para aumentar a sindicalização entre a sua base. Nos primeiros anos de sindicalismo em São Lourenço do Oeste (1971-1980), defendido por Bagnara (2021) como período de assistencialismo, com forte intervenção estatal, pode ser aferido que em partes a atuação da entidade corrobora com tal colocação, como nos convênios mantidos com o Funrural, na prestação de serviços médicos e odontológicos, além do convênio com o Ministério da Educação para as bolsas de estudo. Contudo, tal entidade destoa desta definição como assistencialista, quando tem algumas ações, como a criação de um hospital e uma cooperativa de produção, bem como a luta pela criação da “terceira faixa”, como uma nova denominação e um novo modo de enxergar a agricultura familiar.

Quadro 4 - Atuação do SINTRAF de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte ao longo dos períodos.

Período	Relação Estado Sindicalismo	Relação Sindicalismo/ Políticas públicas	Relação sindicato/base	Foco do SINTRAF de SLO	Políticas públicas trabalhadas
1964 a 1980	Intervenção estatal	Exclusão	Assistencialismo	<ul style="list-style-type: none"> - Pleitear bolsas de estudo - Cursos de capacitação para agricultores - Construção do hospital - Assistência odontológica e farmacêutica - Criação de uma Cooperativa de produção - Implementação dos líderes comunitários 	Convênio Funrural Convênio MEC Criação de um hospital Regularização fundiária Criação da “terceira faixa”
1980 a 1994	Protesto e confronto	Reivindicação	Conscientização, organização e mobilização	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificação da formação de lideranças - Luta por melhorias nos preços dos produtos - Reivindicações para a cooperativa local - Interação com entidades estaduais e nacionais - Políticas de mitigação de problemas ocasionados por intempéries climáticas - Vinculação à política partidária - Debates sobre previdência 	Previdência social Solicitação de crédito rural
1994 a 2002	Protesto e aproximação	Proposição	Organização e mobilização. Experiência em execução de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da AMPASLO - Intensificação nas ações de formação, para toda a base - Criação da FETRAFESC - Audiências com prefeitos dos municípios de abrangência - Participação nos conselhos municipais - Ações de ATER 	PRONAF PGPAF PROAGRO
2003 a 2016	Cooperação conflituosa	Implementação	Organização e implementação de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Mediação de políticas públicas - Criação de Cooperativa de crédito - Criação de uma cooperativa de Produção 	PRONAF PNCF PNHR Feira livre PAA/PNAE
2016 a 2021	Conflito e afastamento	Resistência	Conscientização, organização, mobilização	<ul style="list-style-type: none"> - Foco nos serviços 	PAA PNAE

Fonte: Baseado em Bagnara (2021).

Estas ações merecem destaque, pois podem ser consideradas ousadas, levando-se em consideração que o país passava pela Ditadura Militar e outras entidades sindicais rurais não tomaram tais iniciativas. Entretanto, vale ressaltar que as ações assistencialistas também foram usadas como estratégia para ampliação da base, conforme percebido em outras pesquisas, tal como a de Picolotto (2022).

Já na segunda fase do sindicalismo, definida por Bagnara (2021) como período reivindicativo, marcado por ações de conscientização, organização e mobilização da base, em São Lourenço do Oeste pode-se afirmar que se estende de 1980 a 1994, período em que o sindicato realizou mudanças provocadas pelo novo sindicalismo. Essas ações corroboram com Favareto (2006), pois é a retomada das ações de lutas e mobilizações. Acrescentando Picolotto (2009), também afirma que com a atuação progressista de cobrança para ampliação da representação política da classe, focando em ações locais como a atuação no âmbito da política partidária, bem como nas mobilizações por crédito rural e ações de mitigação de estiagens.

Tais ações, em muito, se devem ao descolamento da FETAESC nesse período, bem como a aproximação da CUT, o que ajudou o sindicato a promover intensas ações de formação de lideranças. Nesse sentido, houve um descolamento grande do Estado, uma vez que durante este período o maior mote do sindicato foram as mobilizações por crédito agrícola, mitigação dos problemas na produção e a implementação dos direitos previdenciários.

Outrossim, a terceira fase, compreendida entre os anos de 1995 a 2002, se apresenta como uma continuidade da primeira, após a conquista do PRONAF. O que corrobora com Picolotto (2009), quando afirma que tal conquista permitiu o reconhecimento da agricultura familiar como categoria política. É possível verificar, que a partir do momento em que o sindicalismo garantiu a conquista de tal política, ele percebeu a sua força, passando a atuar fortemente no melhoramento desta política, através da luta pela criação de suas sequências, como o Proagro e PGPAF.

O que também é possibilitado pela mudança na forma de ver o sindicalismo, propiciado pelo advento do novo sindicalismo. Conforme Picolotto (2008), partir de tal proposta do novo sindicalismo, a bandeira central do movimento passa a ser a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural. O que é percebido no Sindicato de São Lourenço do Oeste, quando olhado para as suas ações, tais como: fornecimento de assistência técnica para as famílias associadas; criação da AMPASLO; intensificação nas ações de formação para toda a base; e a realização de

audiências com prefeitos, lideranças políticas e participação nos conselhos municipais, solicitando ações de melhoria na qualidade de vida e produção. Neste sentido, as ações locais também corroboram com Medeiros (1997), onde o objetivo do emprego do termo agricultura familiar era para que as políticas públicas fossem articuladas nesta perspectiva.

Tal foco, abre espaço para o quarto período do sindicato de São Lourenço do Oeste, entre os anos de 2003 a 2015. Neste período, o sindicato passa a ser um importante mediador das políticas públicas, criando e estruturando entidades para implementação das ações, em sua maioria, desencadeadas pela implementação do PRONAF, conforme descrito por Picolotto (2008), e melhoradas com as nascentes políticas públicas ligadas a geração de renda e qualidade de vida. Destaca-se neste período, uma intensa ligação do sindicato com a Federação Estadual, salientando que vinte lideranças do município estavam na formatura da Primeira Turma do curso Terra Solidária, no Congresso de fundação da FETRAF-SUL, conforme descrito por Picolotto (2014).

O STR de São Lourenço do Oeste seguiu as determinações de tal congresso, tornando-se SINTRAF no ano de 2015, inclusive mudando a composição da Direção, criando a Coordenação Geral (em oposição ao cargo centralizador de Presidente) e mais sete coordenações temáticas. Para Picolotto (2022), essas composições foram criadas visando a tomada de decisões cada vez mais coletivas. Também descrito por Picolotto (2008), ao mesmo tempo, que a ligação com entidades externas e com o Estado possibilita a implementação de várias políticas públicas e muitos benefícios para a base, isto gera uma perda de autonomia e dependência do Estado. Por isso, que a partir do *impeachment* da Presidente Dilma em 2016 e a alçada ao poder de um grupo que, segundo Bagnara (2021), passa a gerir o país com ideais neoliberais, o sindicato passa a sofrer dificuldades em sua atuação.

Este período, entre 2016 a 2020 (ano final da análise), se caracteriza como um período de resistência por parte do movimento sindical, baseado em uma relação de conflito e afastamento do Estado, bem como de conscientização e mobilização para com a base. A partir desta ruptura, conforme descrito por Mattei (2018), o governo Temer promove uma desestruturação do PAA, cancelamento de ações de ATER, desestruturação do corpo técnico de estruturas governamentais e alterações na legislação agrária.

Estes reflexos são sentidos no SINTRAF de São Lourenço do Oeste, que passa a ter uma atuação muito mais voltada à prestação de serviços, acesso aos benefícios previdenciários e as questões da Receita Federal. Essas questões buscam a sua estrutura e permanecer realizando um trabalho de base, com o objetivo que o projeto político defendido pela entidade retorne às instâncias governamentais, possibilitando novamente o acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural.

Importante salientar, em todo esse período, a participação da base associada na construção do sindicalismo da agricultura familiar em São Lourenço do Oeste foi intensa, seja na participação em assembleias (mais de trezentos associados presentes), mobilizações ou na credibilidade da entidade junto à sua base. Esses fatores podem aumentar o engajamento do sindicato e suas lutas, bem como sustentar a atuação na implementação das políticas públicas. Isso fica claro em uma das falas da liderança externa entrevistada:

A microrregião onde está inserido São Lourenço foi uma das mais atuantes nas nossas lutas, mesmo que São Lourenço sempre tivesse um grande cuidado na questão financeira. Esse tema da organização de ponta, das assembleias do sindicato, percebe-se que sempre teve muita confiança dos associados, assembleias muito grandes, reunia muita gente, sempre casa cheia.

(ENTREVISTA F)

Desta forma, a próxima seção é dedicada a trazer alguns exemplos de como essa atuação tem influenciado na vida e na propriedade de seus associados.

6.6 Os reflexos da atuação sindical na base

Pra mim o sindicalismo ele tem além de toda a questão da luta, uma função social, de promover a justiça social, promover a melhoria na qualidade de vida, tentar fazer a sociedade mais justa e mais igual. (ENTREVISTA D)

Nesta seção, abordaremos como o trabalho do sindicato exerce influência nas propriedades e na vida das famílias associadas. Para tanto, será descrito o exemplo das quatorze propriedades que são beneficiadas pelo projeto de ATER, já descrito a metodologia, desenvolvido em uma parceria entre o sindicato, FETRAF-SC e ICAF, conforme Quadro 5 (período de filiação ao sindicato, descrição da família, seu sistema de produção e políticas públicas utilizadas). Estas famílias estão distribuídas em várias comunidades, de São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte. Para não expor as famílias, elas foram numeradas ao acaso entre 1 a 14.

Quadro 5 - Descrição das famílias assistidas pelo projeto de ATER durante o ano de 2022.

Nº Ref	Descrição da família	Ano de associação ao SINTRAF	Políticas públicas acessadas
1	O agricultor associou ainda solteiro, posteriormente a esposa e filho também se associaram. Atualmente trabalha com produção de leite a pasto, horticultura, vende cestas de produtos orgânicos na área urbana e para PAA e PNAE. Montou uma agroindústria de panificados para entregar produtos nos programas institucionais e produz para sua subsistência.	17/04/1990	PNAE/PAA PRONAF PNHR Auxílio doença Salário maternidade Aposentadoria por invalidez
2	O agricultor associou ainda solteiro, fez parte do curso de liderança, tendo sua família presença constante nas mobilizações desde a década de 1990, sendo o agricultor líder comunitário do sindicato desde os anos 2000. Acessou o Programa de Crédito Fundiário. Após um período afastado da entidade, retornou no ano de 2019, em um período de forte dificuldade financeira com a finalidade de entregar citrus no PAA. Atualmente, trabalha com produção de hortaliças para os programas institucionais e compõe a renda com trabalho não agrícola.	10/09/1999	PNAE PAA PRONAF PNHR PNCF Auxílio doença Salário maternidade
3	Casal associou no ano de 2003, após endividamento na produção agrícola e ter entregue os animais para pagamento. Comercializa hortaliças, primeiro na feira livre e posteriormente nos programas institucionais, estando hoje entre os três maiores produtores de hortaliças do município. Além disso, trabalha com produção de leite a pasto e atualmente é o Diretor da COOPAF.	10/02/2003	PNAE PAA PRONAF PNHR Feira do produtor Aposentadoria rural
4	Ex-diretor da entidade, associou-se ainda quando solteiro, sendo acompanhado posteriormente pela esposa e filhos. Foi líder comunitário, participou do curso Terra Solidária e fez uma série de formações até chegar à presidência. Em sua propriedade, trabalha em conjunto com os dois filhos, produzindo leite a pasto de forma intensiva.	25/04/1979	PNHR PRONAF Aposentadoria rural Aposentadoria por invalidez
5	Agricultor foi associado ao sindicato quando solteiro, após casar deu baixa na associação e foi para a área urbana. Em 2021 o casal se aposentou, foram morar em uma chácara e passaram a trabalhar com a produção de hortaliças para restaurantes. No momento, estão se aproximando do sindicato para obter assistência técnica e entregar seus produtos nos programas institucionais.		Aposentadoria urbana
6	Ex-presidente da COOPAF, é liderança atuante na comunidade, trabalhando atualmente com produção de morangos e hortaliças para entregar no PNAE.	01/02/2006	Aposentadoria rural PNAE
7	Agricultora atua como importante liderança comunitária, ficou alguns anos afastada da entidade, retornando em 2020, para construir uma agroindústria de panificados, para comercializar no PAA, PNAE e na feira livre do município. Atualmente faz parte da direção da COOPAF, atuando	21/06/2002	PAA PNAE

	na entidade quatro horas semanais, atendendo na sede do sindicato. Pretende implantar produção de hortaliças na sua propriedade.		
8	Agricultor associou com a finalidade de comercializar hortaliças no mercado institucional. Atualmente se configura entre os três principais produtores de hortaliças no município, atendendo além do mercado institucional supermercados do município. Também trabalha com bovinocultura de leite a pasto, em conjunto com seu filho solteiro.	10/06/2002	PAA PNAE
9	Agricultor associou ainda solteiro, sendo acompanhado posteriormente pela esposa e filho. Importante liderança comunitária, participou de vários cursos de formação de lideranças e foi Coordenador do Projeto Microbacias na sua comunidade, atuou por dois mandatos na direção do sindicato e na direção da COOPAF. Atualmente trabalha com produção de leite a pasto e seu filho tem implantado atividade de horticultura na propriedade.	01/03/1989	PRONAF PNHR Microbacias EPAGRI – Pastagens
10	Agricultor associou ainda solteiro, após um período trabalhando como trabalhador rural na Serra Catarinense, retornou ao município para atuar na pequena parte da propriedade que herdou dos pais. Por estar intoxicado por agrotóxicos, optou pela produção orgânica, fazendo parte dos grupos criados pelo sindicato no início da década de 2000. A família mantém presença constante nas mobilizações promovidas pelo sindicato. Atualmente, trabalha com produção orgânica e morangos, bovinocultura de leite a pasto, mantém uma agroindústria de derivados vegetais, sobretudo, uva (geleias, vinhos e vinagre).	27/05/1988	PAA PNAE PRONAF PNHR Aposentadoria rural
11	Agricultor associado ao sindicato após o casamento, trabalha com produção de leite a pasto e lavoura de grãos juntamente com seu filho.	28/06/2004	PRONAF PNHR
12	Dois irmãos que trabalham em condomínio, com suas esposas. Lideranças comunitárias históricas, sempre presentes nas mobilizações do sindicato, um faz parte da direção da entidade. Atualmente, trabalham com bovinocultura de leite a pasto e produção significativa para subsistência.	30/06/1980	PRONAF PNHR Aposentadoria rural
13	Ambos associaram a entidade ainda solteiros, fizeram parte da direção em momentos distintos. A esposa, após um período trabalhando em Caxias do Sul/RS, após casada retornou para a agricultura, são lideranças comunitárias importantes, tem produção abundante para autoconsumo, trabalham com hortaliças e feijão para o mercado institucional, bovinocultura de leite a pasto e grãos de verão.	11/10/2001	PRONAF
14	Agricultora sem-terra, do município vizinho, foi contemplada com o Banco da Terra (atual PNCF) no ano de 2008, também por várias outras políticas públicas. Atualmente faz parte da Direção no sindicato e trabalha com produção de leite a pasto, buscando implantar a atividade da horticultura em sua propriedade.	20/08/2010	PNCF PNHR

Fonte: Autoria própria (2023).

O primeiro ponto a ser destacado é a motivação pela qual as famílias associaram-se a entidade, alguns ainda solteiros, são incentivados pelos pais a se associarem para fortalecer o sindicato e as pautas caras ao movimento. É comum que neste grupo se encontrem agricultores que participam copiosamente de manifestos, cursos e reuniões de formação, constituindo-se de lideranças locais importantes, que para além do sindicato, atuam nas suas comunidades, cooperativas de produção e de crédito, e nas esferas do poder público municipal.

Outro grupo, se aproxima da entidade quando existe uma necessidade. Dos agricultores relatados pode ser visualizado que vários se aproximaram a partir de uma necessidade, principalmente pela questão da renda, buscando através do sindicato acessar políticas de comercialização pelo mercado institucional ou assistência técnica para implantar novas atividades em suas propriedades. Da mesma forma, acessando arquivos antigos da entidade, é possível perceber momentos em que existe uma grande elevação no número de associados, como no início da década de 1990, quando começou a ser implementada a aposentadoria para as agricultoras e agricultores familiares. Já no fim desta mesma década, quando a entidade encaminhava os projetos de PRONAF, ou em meados de 2010, quando o sindicato fazia o encaminhamento das propostas do PNHR.

Outra questão que chama atenção, são os sistemas de produção dessas famílias. Em sua maioria, possuem produção para autoconsumo, o que faz diferença na qualidade de alimentação da família e para a economia doméstica. A diversificação na produção e nas fontes de renda também merecem destaque, citando como exemplo a família 13, a propriedade foi detectada com brucelose e restaram apenas quatro vacas de um plantel de nove animais. Dada a diversificação nas fontes de renda, a família não teve dificuldade financeira, concentrando seus esforços na produção de hortaliças, principalmente, a batata-doce. Igualmente, chama a atenção que apenas uma delas é ligada a empresa integradora de aves, sendo que no município tal atividade é pouco presente. Isso provavelmente é devido a atuação e orientação do sindicato para que os agricultores se tornem independentes em suas atividades.

Ainda, relacionado à questão produtiva, as famílias mais ligadas ao sindicato, poucas são adeptas da produção de *commodities* internacionais, como soja e milho. Das quatorze famílias citadas, apenas duas, sendo ambas em pequenas áreas e uma delas apenas comercializa o milho que sobra após o corte para silagem. Uma das

motivações para isto, é a manutenção da COOPAF, fundada pelo sindicato e mantida nos períodos de dificuldades financeiras. Nesse sentido, a cooperativa e seus associados conseguem acessar as políticas de comercialização, agregando valor aos produtos produzidos em pequenas áreas de terra, como o caso das hortaliças, bem como ajudam a estruturar as propriedades para aumentar a produção e buscar novos clientes, como a feira (caso da família 3), a comercialização direta (caso da família 1) ou em supermercados (caso da família 8). Por outro lado, a comercialização na cooperativa também estimula a estruturação de agroindústrias, como o caso da família 1, sendo que no projeto de PAA, escrito no ano de 2020, a cooperativa contava com seis agroindústrias legalizadas e duas em processo de legalização. Já para o projeto escrito no ano de 2023, serão quatorze legalizadas, todas motivadas pelas entregas no programa, com expectativa de encontrar novos mercados.

Relacionado a isso, tratando das políticas públicas, percebe-se a ação do sindicato na proposição e implementação de uma gama delas, aliás, estas de fato chegam até os produtores. Além da importância do PAA e PNAE, descritas acima, a maioria das famílias utilizou o PRONAF para melhoria em suas propriedades. O PRONAF Mais Alimentos, foi o mais acessado, usado para investir em máquinas e equipamentos para aperfeiçoar a eficiência da propriedade e facilitar o trabalho. Em relação sobre os benefícios do PRONAF, salienta-se esta frase, de um dos Ex-presidentes,

O PRONAF viabilizou muitas propriedades. Quando entrei no sindicato conheci alguns agricultores que tinham lá uma ou duas vaquinhas duzentos litros de leite por mês. Hoje esses agricultores estão com treze, quinze mil litros por mês. Eles foram dando os passinhos, tomando os investimentos, inclusive fizemos uma compra de novilhas do litoral, de forma coletiva pelo sindicato, e isso foi melhorando a renda dos agricultores, viabilizou eles, hoje nós somos a quarta bacia leiteira do estado.

(ENTREVISTA D)

Ainda, dentre as políticas públicas para a melhoria da produção, o crédito fundiário foi de suma importância, entre as quatorze famílias, duas acessaram a política. Para a família de número 3, os pais do agricultor detinham uma pequena propriedade, ele ainda solteiro conseguiu adquirir por meio do programa a área de uma família vizinha, na qual reside atualmente com sua esposa e filhas. Isso, garantiu a sucessão familiar, unindo as áreas (parte que lhe coube da propriedade do seu pai

e a adquirida) viabilizou a produção de hortaliças e o sustento da família. Já para a família de número 14, que era sem-terra, o crédito fundiário garantiu a compra de uma área de terra, possibilitando acesso aos meios de produção e sustento da família, além da fixação no campo, a família produz leite e está iniciando recentemente a produção de hortaliças. Ambos os agricultores pagaram em dia as parcelas, encerrando-as no ano de 2023.

Quando se trata da qualidade de vida, essa vai além do acesso à terra, por meio do PNCF ocorre o acesso aos meios de produção, facilitação dos processos através do PRONAF e o acesso aos mercados pelo PAA e PNAE. Cabe destacar, em especial, o crédito a fundo perdido para a construção de casas pelo PNHR, dos quatorze exemplos apresentados, nove fizeram reforma ou construíram uma casa nova, através dessa política, viabilizada nos municípios pelo sindicato. Ela foi fundamental, uma vez que trouxe qualidade de vida e conforto para as famílias agricultoras, aumentando sua autoestima por estar morando em um lugar digno, tendo em vista que muitos destes agricultores moravam em residências precárias. Além disso, ao encerramento de cada um dos grupos de construção das casas, era realizado um evento, com palestras e práticas de embelezamento de propriedade através dos jardins e produção para autoconsumo nas hortas familiares.

Para esta ilustração, foram utilizadas políticas e ações realizadas nos últimos 20 anos, mas ao considerar a história do sindicato existem muitos outros benefícios, tais como: acesso universal à saúde, conquistado a partir de 1980; manifestos na CELESC para a redução dos valores das contas de energia elétrica; melhoria na qualidade de transmissão; e audiência pública sobre furtos no rural, que colaborou para reduzir esse crime. Esses exemplos demonstram a credibilidade do sindicato com a sua base, sobretudo, pela eficiência do trabalho, reivindicação, proposição e implementação das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sindicalismo dos “pequenos agricultores” surgiu pela busca de melhorias à educação, saúde e previdência social. No contexto da década de 1970, a atuação estava centrada, no assistencialismo médico e odontológico, extrapolando para a criação de um hospital e uma cooperativa de produção, o que demandou a base associada a definição de nova Direção para a entidade.

É notório que as ações de formação e a ligação com a hierarquia sindical, inicialmente com a FETAESC e posteriormente com a CUT e o “sistema FETRAF”, possibilitam ao sindicato realizar intensos debates com a base, contextualizando as reais necessidades de seus associados, bem como encaminhar as demandas aos órgãos competentes, convertendo-as em políticas públicas. Essas questões podem ser percebidas na intensa participação da entidade nas mobilizações e manifestos ao nível municipal, estadual e nacional, bem como pela participação política.

Nesse contexto, a fidelização da base e sua intensa participação nas ações, se dá baseada na permanente disposição do sindicato em defender seus associados, se envolvendo em ações que buscam a solução dos problemas. Isso, desde os problemas locais, como a conta abusiva de um hospital, até os mais complexos, como crédito e aposentadoria rural. É importante destacar que, em conexão com os movimentos ao nível estadual e nacional, após cada um dos pleitos que se convertiam em política pública, duas frentes eram formadas. Uma delas, focada em materializar tal política para a família agricultora, auxiliando a base para o acesso dessas conquistas, e, em outra frente, buscando identificar novas necessidades, além de organizar novas pautas e ações. Exemplo disso, são as entidades articuladas e criadas para operacionalização das políticas conquistadas mediante atuação do movimento sindical, como a Fundação Hospitalar, CASLO, CRESOL e COOPAF.

Destarte, destaca-se que as ações do sindicato, na construção de políticas públicas, de fato promovem qualidade de vida ao agricultor. Ao analisar cronologicamente, tais lutas buscaram assistência a saúde e previdência social, avançando depois para o acesso ao crédito agrícola, melhorando as condições de trabalho e produção dos agricultores. Posteriormente, a atuação na qualidade de vida, com a política de habitação, o aumento de renda com políticas de acesso aos mercados (tais como PAA e PNAE). Além dessas questões macro, outras questões específicas tiveram espaço na entidade, como crédito fundiário, luta por resolução de

problemas sazonais e locais, além de pleitos municipais que eram colocados pela base ou percebidos pelos diretores.

Outrossim, por um lado a atuação do sindicalismo, em uma cooperação com o Estado, trouxe benefícios aos agricultores e fidelização da base, o tornou de certa forma, dependente desta condição. Essa dependência gerou desorientação a partir do momento em que é alçado ao poder nacional, em 2016, um grupo ligado ao neoliberalismo e contrário as pautas sindicais. Tal grupo promoveu um desmonte nas políticas públicas, fazendo com que o sindicalismo necessitasse reencontrar seu rumo. Neste período, o SINTRAF lourenciano precisou de uma correção de rota, focando sua atuação novamente em duas frentes, uma focada na prestação de serviços para os agricultores, e a outra na disputa ideológica, buscando conscientizar a base sobre as perdas de direitos. Tais frentes são tomadas com a finalidade de manter a fidelização e participação de sua base, que até o momento analisado, se mostrou eficiente.

Outro ponto que merece ser destacado, embora não seja o foco desta pesquisa, é a questão de gênero. Percebeu-se ao longo da pesquisa que apenas uma mulher chegou aos espaços de liberação na direção, mas por um espaço de tempo extremamente curto. Também é perceptível que as ações voltadas para o “ambiente público” foram voltadas para os homens, cabendo às mulheres apenas ações como cursos de culinária, ou cursos de corte e costura. Diante disso, é importante que sejam realizados trabalhos para incentivar a participação feminina, e valorizar o trabalho das mulheres, tanto na propriedade familiar, quanto nas entidades de representação.

Finalmente, considera-se que existem ainda muitas lacunas de pesquisa e análises, relacionando o sindicalismo da agricultura familiar e a construção de políticas públicas, para compreender as necessidades, os processos de formulação e percepção dos problemas, demandas de políticas públicas, implementação e eficiência política. Além disso, é importante salientar, a necessidade de novas pesquisas para a compreensão de como as entidades se articulam e suas necessidades, de uma base que é social, econômica e culturalmente heterogênea.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRODER, Mônica. Representatividade e Inovação na Governança dos Processos participativos: O Caso das Organizações Brasileiras de Agricultores Familiares. **Sociologias**, v.12, n. 24, p. 268-306, mai-ago, 2010.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAGNARA, Alcemir Antonio. **Enquadramentos interpretativos da FETRAF e as mudanças da atuação sindical na relação com Estado, políticas públicas e base social**. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECK, Ulrich. A Reinvenção da Política. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. Oeiras: Celta Editora, 1994. cap. 1.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a Entrevistar: Como Fazer Entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan/jul. 2005.

BRASIL. **Lei n.º 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 11.947 de 2009, 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CAMPOS, Arnaldo de; BIANCHINI, Valter. A agricultura familiar passa a ser uma prioridade de estado. In: GROSSI, Mauro Eduardo del; KROEFF, Denise Reif (org.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: MDS, 2013. cap. 1.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. Rearticulação Política das Classes Dominantes no Processo de Redemocratização do Brasil nos anos de 1980: A União Democrática Ruralista e o Movimento Democrático Urbano. **Revista Expedições**, v. 9, n. 1, 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Execução do PAA**. 2022. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

DIEL, Paulo Fernando. A Importância de Dom José Gomes Para uma Igreja de Base, Popular e Libertadora. *In*: ORO, Ivo Pedro; CENCI, Rosangela (org.). **Diocese de Chapecó: 60 anos de caminhada**. Chapecó: Editora Pallotti, 2018.

FUNDAÇÃO MÉDICA ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. **Escritura de Constituição de Fundação**. São Lourenço do Oeste, 1981.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, Trabalhadores os Trinta Anos do Novo Sindicalismo Rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006.

FOX, Jonathan. A Política e as Novas Formas de organização Camponesa na América Latina. *In*: NAVARRO, Zander (org.). **Política, Protesto e Cidadania no Campo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai-jun. 1995.

GOMES, Paulo. **Dom José Gomes: A Revolução Pela Palavra**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. S125-S146, 2014.

GRISA, Cátia; ZIMMERMANN, Silvia A. Estado e Sociedade Civil na Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: A Construção do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). **Agroalimentaria**, v. 21, n. 41, p. 17-36, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: agricultura familiar - MDA/PRONAF** (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário Santa Catarina**. 1970a. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/45/ca_1970_v3_t20_sc.pdf>. Acesso em 10 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Santa Catarina**. 1970b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t20_sc.pdf>. Acesso em 10 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: São Lourenço do Oeste**. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-lourenco-do-oeste/panorama>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jacome. A CUT e o Sindicalismo Brasileiro nos Anos Recentes: Limites e Possibilidades. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 76, 2018.

MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **OKARA: GEOGRAFIA EM DEBATE (UFPB)**, v. 12, p. 293-307, 2018.

MAGALHÃES JUNIOR, Walter Coelho Pereira de; HOTT, Marcos Cicarini; ANDRADE, Ricardo Guimarães. **Municípios com maior produção de leite por área no Estado de Santa Catarina**. Embrapa, 3 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1151669/1/Municipios-maior-producao-leite-SC.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Editora Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Trabalhadores Rurais, Agricultura Familiar e Organização Sindical. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n 2, p. 65-72, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Prefácio. *In*: PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A Formação da Agricultura Familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Curitiba: Editora Appris, 2022.

NAJBERG, Estela; BARBOSA, Nelson Bezerra. Abordagens Sobre o Processo de implementação de Políticas Públicas. **Interface**, v. 3, n.2, p. 31-45, 2006.

NARDELLA-DELLOVA, Pietro. O Kibutz—Considerações Verticais sobre a Experiência Judaica de Uso do Imóvel Rural em Israel, como Função Emancipatória, Cooperativa, Social e Econômica, a fim de contribuir com o Entendimento da Entidade Cooperativa e da Função Social da Propriedade. **Revista Direito Civil**, v. 2, n. 2, p. 23-68, 2020.

NAVARRO, Zander. **Política, Protesto e Cidadania no Campo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Barreta. Memórias e Trajetórias de Luci Choinacki: Histórias e Lutas Pelos Direitos das Mulheres Camponesas. *In*: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: Quatro Décadas de Diálogos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A Emergência dos “Agricultores Familiares” como sujeitos de Direitos na Trajetória do Sindicalismo Rural Brasileiro. **Mundo Agrário**, v. 9, n. 18, jan-jun. 2009.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A Formação da Agricultura Familiar no país da grande lavoura**: as mãos que alimentam a nação. Curitiba: Editora Appris, 2022. 387 p.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A Formação de um Sindicalismo de Agricultores Familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 204-236, jan-abr., 2014.

PICOLOTTO, Everton Lazaretti. Quando novos atores entram em cena o que muda? A construção de representação política dos agricultores de base familiar no Sul do Brasil. **Espaço Acadêmico**, v. 1, n. 91, 2008.

PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre de Avila. Variações Setoriais em Arranjos de Implementação de Programas Federais. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 2, p. 195-226, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. **Município**. São Lourenço do Oeste. 2020. Disponível em <<http://www.saolourenco.sc.gov.br/municipio/19>>, Acesso em 12 de dezembro de 2021.

RAMOS, Carolina. **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro**: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985). 2011. 266 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

REIS, Leonardo Silva. **Políticas Públicas sob a Ótica do Novo Gestor**: O Public Policy-Cycle de Howlett e Ramesh como Estratégia para ação do Estado. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 21 set. 2010. Disponível em: investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/politica/169814-politicas-publicas-sob-a-otica-do-novo-gestor-o-public-policy-cycle-de-howlett-e-ramesh-como-estrategia-para-acao-do-estado. Acesso em: 5 jun. 2021.

SALES, Juliana de Oliveira. **A criminalização da Agricultura Camponesa**: o Caso da Operação Agro-Fantasma no Brasil. In Congresso ALAS, XXXI, 2017, Montevideu.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* **O programa de aquisição de alimentos (PAA)**: instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional em tempos de COVID-19. Brasília: DIRUR - IPEA, 2020. (Nota Técnica n. 17).

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: Visões da História do Movimento Sindical Brasileiro. **Revista 0 Sociais**, v. 14, n. 41, p. 103-120, out., 1999.

SCHWARZ, Arlindo; MIGLIORANZA, Rosito; LIMA, Luiz Vargas de; BELTRAME, Jaime. **Trabalhador Rural Autônomo, Qual é Teu Sindicato?** Cartilha de divulgação. [S.l.]. [s.d.].

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural. *In*: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora URGs, 2009. p. 9-20.

SILVA, Márcio Gomes; DIAS, Marcelo Miná; SILVA, Sandro Pereira. Relações e Estratégias de (Des)envolvimento Rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **RESR**, v. 52, n. 02, p. 229248, 2014.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E NOVO HORIZONTE. **Atas de Assembleias Gerais**, 1970 a 1989. Livro 1, 100 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E NOVO HORIZONTE. **Atas de Assembleias Gerais**, 1989 a 2011, Livro 2, 100 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E NOVO HORIZONTE. **Atas de Assembleias Gerais**, 2011 a 2020. Livro 3, 100 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E NOVO HORIZONTE. **Atas de Eleições**, 1971 a 2017. Livro 01, 50 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E NOVO HORIZONTE. **Atas de reuniões da Direção**, 1974 a 1981. Livro 1, 50 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E NOVO HORIZONTE. **Atas de reuniões da Direção**, 1981 a 1995. Livro 2, 100 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E NOVO HORIZONTE. **Atas de reuniões da Direção**, 1995 a 2010. Livro 3, 100 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E NOVO HORIZONTE. **Atas de reuniões da direção**, 2010 a 2020. Livro 4, 100 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. **SINTRAF de São Lourenço do Oeste: 50 Anos de História**. São Lourenço do Oeste: 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma Revisão de Literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul-dez 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Agricultor familiar no Brasil: Um Ator Social da Construção do Futuro. *In*: PETERSEN, Paulo. (ed.) **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

APÊNDICE A - Questionário de pesquisa

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AS LIDERANÇAS DO SINTRAF – SÃO LOURENÇO DO OESTE E NOVO HORIZONTE E LIDERANÇAS EXTERNAS

A – Dados Pessoais

- 1) Nome:
- 2) Endereço:
- 3) Idade:
- 4) Em que ano começou a se envolver com o SINTRAF?

B – Participação no Sindicato (Conforme período de participação, algumas perguntas não serão respondidas).

- 5) Qual o Período você ficou na entidade?
- 6) Como se deu a sua entrada no SINTRAF?
- 7) Quais Cargos você ocupou na Entidade?
- 8) Neste período, quais eram as bandeiras do sindicalismo rural?
- 9) O que o sindicato fazia neste período em que você ficou na entidade?
- 10) Quais as atividades que foram delegadas a você a partir do momento que você adentrou na entidade?
- 11) Qual a maior conquista/ação do sindicato neste período que você esteve na entidade?
- 12) Durante o período que você atuou no sindicato, qual agricultor ele representava?
- 13) Como você vê a relação da Igreja com o sindicalismo?
- 14) Qual a sua opinião sobre a transição de STR para SINTRAF?
- 15) Escreva pontos positivos e negativos de ter feito parte da entidade.
- 16) O que significou o *impeachment* da presidente Dilma e a ascensão da direita para o sindicalismo?
- 17) Qual a sua opinião/entendimento acerca dos seguintes termos e entidades?
 - a. Sindicalismo pelego.
 - b. PróRural/Funrural.
 - c. Grito da Terra.
 - d. Cartas de Chapecó, Francisco Beltrão e Erechim.
 - e. Novo Sindicalismo.
 - f. Agricultura familiar.
 - g. Política Pública.
 - h. EPAGRI/ACARESC.
 - i. PRONAF.
 - j. CONTAG.
 - k. FETAESC/FETRAFESC.
 - l. CUT.
 - m. MST.
 - n. APACO/UCAF/ECOVIDA/COOPERHAF.